

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

VALÉRIA APARECIDA DE CASTRO MORAIS

**ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE DE LAGOA DA PRATA
(MG): Velhas Práticas, Novos Arranjos**

CATALÃO (GO)
2014

VALÉRIA APARECIDA DE CASTRO MORAIS

**ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE DE LAGOA DA PRATA
(MG): Velhas Práticas, Novos Arranjos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carmem Lúcia Costa

CATALÃO (GO)
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

VALÉRIA APARECIDA DE CASTRO MORAIS

ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE DE LAGOA DA PRATA (MG): Velhas Práticas, Novos Arranjos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Catalão, / / 2014

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Doutora Carmem Lúcia Costa

Departamento de Geografia UFG/CAC

Titular: Professora Doutora Magda Valéria da Silva

Departamento de Geografia UFG/CAC

(*) Suplente: Professor Doutor Gilmar Alves Avelar

Departamento de Geografia UFG/CAC

Titular: Professora Doutora Maria Erlan Inocêncio

Departamento de Geografia UEG, Campus Pires do Rio

(*) Suplente: Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro

Departamento de Geografia IESA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Clotilde Maria de Castro e Osvaldo Dias de Castro (*in memoriam*), que juntos me educaram e ensinaram valores.

Ao Eurico, companheiro e amigo em todas as horas. Incentivou-me sempre.

As minhas filhas, Érica e Jéssica, que compreenderam a minha ausência em momentos importantes.

Aos sujeitos da presente pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A realização de qualquer tipo de pesquisa só é possível pela somatória de esforços. Esta dissertação reúne empenho de amigos, companheiros, familiares, professores, orientadora, marido, filhas e os sujeitos participantes da pesquisa. Ainda assim, às vezes, apresentou-se penosa, árdua, solitária e ao mesmo tempo compensatória.

De alguma forma os conselhos, opiniões, ideias, anseios e entrevistas das pessoas, que colaboraram para a realização desta pesquisa, estão aqui inseridos. A todos meus agradecimentos pela contribuição para a consolidação deste trabalho.

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me fortalecido para eu prosseguir na busca da realização do meu sonho e por ter colocado pessoas especiais em meu caminho.

De forma muito especial, a Professora Doutora Carmem Lúcia Costa, pela orientação nas diversas fases da execução da dissertação. Quero ressaltar a minha gratidão pela confiança, dedicação, conselhos e apoio, principalmente, em momentos em que me encontrei fragilizada. Também pelos momentos de significativa reflexão no Grupo de Estudos Interdisciplinares: gênero, cultura e Trabalho (Dialogus); pela disposição e confiança em abrir sua casa e biblioteca particular para empréstimo de livros e orientações. Na ausência de uma palavra apropriada que externar o meu reconhecimento e gratidão, digo-lhe obrigada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que fomentou a presente pesquisa; à Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, representado pelo Professor Doutor Idelvone Mendes Ferreira. Aos funcionários e prestadores de serviços terceirizados da UFG/Campus Catalão.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação pelas riquíssimas horas de aprendizagem proporcionadas, quando o aprimoramento teórico-metodológico foi prestado com primazia.

Aos membros da banca examinadora de qualificação Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro e Professora Doutora Magda Valéria da Silva pelas contribuições, reflexões e encaminhamentos apontados. Também as professoras Doutora Maria Erlan Inocência e Doutora Magda Valéria que compuseram a banca de defesa desta dissertação.

Aos meus ex-professores e hoje, amigos, do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Pires do Rio. Especialmente, Cleusa Maria da Silva, Maria Erlan Inocência, Marise Vicente de Paula, Ademir Divino Vaz e Marcelo Venâncio pelas contribuições à minha formação acadêmica.

A todos os companheiros da turma de Pós-Graduação (2012), especialmente Dayse Luzia do Nascimento da Silva Caetano, pelas caronas, pelo ombro amigo, pelo companheirismo, pelas horas de estudo compartilhadas e livros emprestados. Algumas vezes na vida temos a oportunidade de encontrar pessoas singulares, que são capazes de mudar a nossa vida, simplesmente, porque está nela. Fez-me acreditar que era capaz, clareou meu mundo, ajudou nas horas difíceis, tristes e confusas, ligando quando mais precisa. Você é assim Dayse. Valeu a pena conhecê-la: amiga. Muito obrigada por existir na minha vida. Estendo este agradecimento também as minhas amigas Sueley Luana da Silva e Márcia Maria da Gomes.

Aos meus irmãos, Olair Dias de Castro e Odair Dias de Castro, pelo apoio e ajuda durante a realização das entrevistas e aplicação dos questionários. A minha sobrinha Nirley, pelo auxílio no mapeamento das empresas que confeccionam mercadorias a serem comercializadas pelos vendedores ambulantes e colocadores de rifa de Lagoa da Prata (MG).

De modo particular, agradeço a todos os sujeitos (vendedores ambulantes) e residentes da cidade de Lagoa da Prata (MG), que contribuíram imensamente para a realização da pesquisa ora apresentada.

Por fim, ciente do risco de não referenciar pessoas igualmente importantes para a realização da presente pesquisa, agradeço a todos que partilharam a paixão pelo tema e aos que convivi durante a execução deste trabalho.

De tudo, ficaram três coisas

De tudo ficaram três coisas:

a certeza de que estamos sempre começando;

a certeza de que é preciso continuar;

a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar.

Portanto devemos fazer da interrupção um caminho novo;

da queda um passo para a dança;

do medo, uma escada;

do sonho, uma ponte;

da procura, um encontro.

(Fernando Sabino)

RESUMO

O mundo vivencia o mais novo modelo produtivo capitalista, a propalada reestruturação produtiva do capital, iniciada no Brasil na década de 1990. Um modelo caracterizado pela flexibilidade no processo produtivo e aquisição de força de trabalho. Nesse contexto, ocorre a terceirização, considerada por muitos pesquisadores, o carro chefe da precarização do trabalho e que está presente em empresas públicas e privadas. Somados aos processos de terceirização, tem-se os contratos de trabalho *part time*, serviços temporários, subcontratações, além da ampliação do desemprego e a desregulamentação da classe trabalhadora. Nesta conjuntura, direitos e garantias conquistadas pelo trabalhador por meio de lutas históricas estão sendo perdidos. Assim, uma vez que muitos trabalhadores têm buscado meios de sobrevivência, amplia-se a informalidade, na qual encontram-se marginalizados e despossuídos de quaisquer direitos trabalhistas. Na perspectiva da compreensão da informalidade, esta pesquisa teve por objetivo entender a dinâmica do trabalho informal realizado pelos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) e, em seguida, verificar em que medida a precarização está presente nessa atividade. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisas bibliográficas e leituras de teses e dissertações; pesquisas de campo pautadas em observações, registros em diário de campo, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas direcionadas aos vendedores ambulantes e antigos moradores de Lagoa da Prata (MG). O aprofundamento teórico deu-se com amparo em Marx (1983), Alves (2005; 2007), Thomaz Júnior (2009), Antunes (1992; 1997; 1999; 2002), Milton Santos (1979; 1985; 1996), dentre outros. Os resultados dos dados e entrevistas coletadas em trabalho de campo foram expostos na segunda e terceira seção da presente pesquisa. No terceiro capítulo fica evidenciado que o trabalho informal realizado pelos vendedores de Lagoa da Prata (MG) é permeado pela precarização nas relações de trabalho e a informalidade comparece como opção de emprego para muitos trabalhadores, tendo sua funcionalidade prioritariamente para a reprodução do capital. Entre outros aspectos, a pesquisa apontou que a produção realizada nas fábricas de Lagoa da Prata e destinada ao abastecimento do comércio informal é impulsionada pelo trabalho feito por vendedores ambulantes e colocadores de rifas. Com as análises tecidas nesta pesquisa espera-se contribuir para o entendimento das alterações apresentadas no mundo do trabalho, principalmente, para aqueles que compõem o mercado de trabalho informal.

Palavras-chave: Trabalho. Comércio. Informalidade. Vendedor ambulante. Lagoa da Prata.

ABSTRACT

The world experience in the newest contemporary capitalist production model, the vaunted productive capital restructuring, which began in Brazil in the 1990. A characterized model by processes of flexibility in the production process and the acquisition of workforce. In this context, outsourcing is considered by many researchers, the leader of the precariousness of work and that is present in public and private companies. Added to outsourcing processes, we have employment contracts part time, temporary services, subcontracts, it also occurs a growth in unemployment and the out of rules of the working class. In this context, rights and guarantees conquered by the employee through historical struggles are being lost. Thus it broadens the informality, where many workers have sought livelihoods. Informal, several times workers are marginalized and desprovided of any labor rights. From the perspective of understanding the informality, the survey's purpose is to understand the dynamics of the informal work done by street vendors of Lagoa da Prata (MG) and then check to what extent the precariousness is present in this activity. The methodological procedures used in the research were: literature searches and readings of theses and dissertations; field research guided by observations, records in field diaries, questionnaires and semi-structured interviews directed to street vendors and old residents of Lagoa da Prata (MG). The theoretical study was given up based on Marx (1983), Alves (2005, 2007), Thomaz Júnior (2009), Antunes (1992, 1997, 1999, 2002), Milton Santos (1979, 1985, 1996), among others. The results of the data collected from interviews in the fieldwork are exposed in the second and third sections of this research. In the third chapter it is shown that the informal work done by vendors of Lagoa da Prata (MG) is permeated by insecurity in labor relations and that informality appears as employment option for many workers, and has its has worked, including playback capital. Among others, the research shows that production held in Lagoa da Prata intends to supply the informal trade is driven by the work done by street vendors and raffles placers. With the analyzes woven in this research is expected to contribute to the understanding of the changes to the working world, especially for those who make up the informal labor market.

Keywords: Work. Trade. Informality. Street vendors. Lagoa da Prata.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Lagoa que deu nome a cidade de Lagoa da Prata (2014). -----	50
Foto 2 - Colcha comercializada pelo vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG), 2014 --	53
Foto 3 - Fachada e lateral de empresa de confecção, sem identificação em Lagoa da Prata (MG), 2013-----	70
Foto 4 - Fachada da fábrica Panda Indústria e Comércio Ltda, Lagoa da Prata (MG), 2014-	71
Foto 5 - Brinquedos de pelúcia fabricados na Panda Indústria e Comércio Ltda, 2014-----	72
Foto 6 - Jogos de panelas oferecidos como brinde por vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) -----	73
Foto 7 - Futuras instalações de fábrica de confecção, Lagoa da Prata, 2014 -----	82
Foto 8 - Vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG), em Pires do Rio (GO), 2014 -----	85
Foto 9 - Ônibus utilizado na viagem dos vendedores de Lagoa da Prata, 2014 -----	104
Foto 10 - Interior do caminhão baú, com leitos, utilizado nas viagens pelo vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2014-----	105
Foto 11 - Leitos no interior de caminhões baú, utilizado nas viagens pelo vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2014-----	105
Foto 12 - Automóvel utilizado como meio de transporte para o vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2014-----	107
Foto 13 - Acidente com carro que transportava vendedores ambulantes de Lagoa da Prata, 2013 -----	111

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Lagoa da Prata – MG-----	49
Mapa 2 - PLANTA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA – MG. Distribuição espacial das fábricas -2014-----	64
Mapa 3 - Brasil Político - Fluxos dos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata – MG, 2013 -----	100

LISTA DE TABELAS, DIAGRAMA E QUADRO

Tabela 1 - População ocupada nas regiões metropolitanas em % (2008-2013) -----	22
Tabela 2 - Evolução da população de Lagoa da Prata (MG), de 1940 – 2010-----	51
Diagrama 1 - Circuito produtivo e de distribuição de mercadorias a partir de Lagoa da Prata (MG), 2014-----	55
Quadro 1 - Empresas de confecção e montagem de <i>kits</i> em Lagoa da Prata (MG), 2014----	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desemprego no Brasil (2003/2013)-----	23
Gráfico 2 - Faixa etária dos trabalhadores vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG), 2013 -----	86
Gráfico 3 - Nível escolar dos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG), 2013 -----	87
Gráfico 4 - Vendedor ambulante de Lagoa da Prata – Tempo que exerce a atividade, 2013-----	91
Gráfico 5 - Vendedores ambulante de Lagoa da Prata que já compuseram o mercado formal de trabalho, 2013-----	94
Gráfico 6 - Pretensão quanto à carteira de trabalho assinada pelos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata em 2013-----	95
Gráfico 7 - Determinantes da migração para o trabalho informal – vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2013 -----	97
Gráfico 8 - Tipos de veículos utilizados para o transporte do vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG), 2013-----	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	14
1 A (RE)PRODUÇÃO DO URBANO: Velhas Práticas, Novos Arranjos -----	18
1.1 O Trabalho e o Trabalhador na Sociedade Capitalista -----	18
1.2 O Trabalho Informal e a Totalidade da Informalidade -----	28
1.3 Trabalho e Capitalismo: discutindo a precarização -----	35
1.4 Elementos do Espaço Urbano: trabalho, indústria e o comércio -----	41
2 LAGOA DA PRATA (MG) E O COMÉRCIO INFORMAL -----	48
2.1 O Universo da Pesquisa: Lagoa da Prata, um pedacinho de chão mineiro -----	48
2.2 O Comércio Informal de Lagoa da Prata (MG): a prática da rifa e a venda ambulante -----	55
2.3 Abastecimento do Comércio Informal em Lagoa da Prata (MG): pequenas e microempresas e atacadistas -----	63
2.4 Formas Flexíveis de Uso da Força de Trabalho das Empresas que Abastecem o Comércio Informal de Lagoa da Prata (MG) -----	74
3 O CONTEXTO DO VENDEDOR AMBULANTE DE LAGOA DA PRATA (MG): a Informalidade e as Tramas Tecidas no Cotidiano -----	79
3.1 A Venda Ambulante Através das Lentes dos Moradores de Lagoa da Prata -----	80
3.2 Características Socioeconômicas dos Ambulantes de Lagoa da Prata -----	83
3.3 O Cotidiano do Vendedor Ambulante Lagopratense no Exercício do seu Trabalho ----	99
3.4 “Vai Trabalhar Vagabundo”: preconceito e informalidade -----	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	117
REFERÊNCIAS -----	122
ANEXOS -----	128
Anexo A - Questionário ao trabalhador vendedor ambulante -----	129
Anexo B - Roteiro de entrevista ao vendedor ambulante -----	131
Anexo C - Roteiro de entrevista aos moradores de Lagoa da Prata (MG) -----	133

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho e da produção está presenciando transformações aprofundadas no Brasil a partir da década de 1990. Tais alterações exigem das ciências humanas e sociais, dentre elas a Geografia, a busca de explicações para o que está acontecendo. As transformações são tão intensas e expressivas, que atingem todas as instâncias da produção e (re)produção do capital, assim como a vida de todos que vivem do trabalho.

As alterações no mundo do trabalho provocadas pela reestruturação do capital implicam em considerar que estas transformações trazem ao mercado de trabalho a ampliação do número de pessoas inseridas na informalidade, altera as relações de trabalho e colocam muitas pessoas em situação de contratos atípicos¹. A venda ambulante de mercadorias expressa muito bem uma das faces da informalidade e é uma das principais atividades desenvolvidas na atualidade no espaço urbano brasileiro.

A informalidade que sempre permeou o espaço urbano das cidades, apresenta-se de forma mais intensa na atualidade. Trabalhadores vendedores ambulantes, como os sujeitos da presente pesquisa: camelôs, sacoleiras, prestadores de diversos serviços, vendedoras de cosméticos, entre outros, transitam pelas cidades constantemente, compondo o espaço urbano brasileiro e tornando visíveis as diversas formas de trabalho.

Neste sentido, entende-se que a classe trabalhadora ampliou-se e não tem mais as mesmas características de meados do século XX. Ela metamorfoseou-se e merece uma nova interpretação. As alterações na composição e organização da classe trabalhadora mundial conduz para a necessidade de se repensar a morfologia e as características dessa nova classe, por isso optou-se pelo trabalho informal.

Seguindo a lógica racional do capital, as empresas do circuito superior da economia urbana de Lagoa da Prata (MG) inserem-se na lógica da reestruturação produtiva do capital e adotam novas formas de aquisição de força de trabalho como, por exemplo, a utilização de trabalhos prestados por empresas terceirizadas, mecanização das atividades agrícolas e redireciona parte da força de trabalho formal do município para a informalidade.

¹ Na literatura existem várias conceituações para o trabalho atípico, das quais se destacam duas: a) diferenças em relação padrão: falta uma ou mais características em relação ao trabalho efetivo, à integração organizativa da empresa, à obrigatoriedade do tempo indeterminado, ao regime constante de prestação de serviços, à exclusividade na relação e na oferta da disponibilidade temporal; b) uma apresentação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado em *full time*. (VASAPOLHO, 2006, p.33).

A cidade Lagoa da Prata (MG) abriga grande número de trabalhadores que se dedicam ao comércio ambulante informal, sendo um campo fértil para o entendimento da informalidade e das relações de trabalho. Para tanto, a fim de aprofundar a observação empírica e realizar a coleta de dados, que possibilitasse a análise e compreensão do trabalho informal, optou-se pelos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata. A escolha deste objeto de pesquisa justifica-se, porque neste município houve a ampliação do trabalho informal, fazendo surgir na cidade um centro de produção e distribuição de mercadorias para o abastecimento deste comércio realizado por trabalhadores ali residentes.

Os objetivos principais deste estudo é entender a dinâmica do trabalho informal realizado pelos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) e verificar em que medida a precarização está presente nesta atividade. As discussões que norteiam esta dissertação estão pautadas na emergência de se aprofundar o estudo sobre os trabalhadores informais, uma classe que se amplia e vivencia o crescimento da precarização das relações de trabalho.

Ante a amplitude do número de trabalhadores de Lagoa da Prata (MG), inseridos na informalidade e na venda ambulante, surgem algumas indagações: sob quais condições é realizado o trabalho do vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG)? Por que os trabalhadores de Lagoa da Prata (MG) se inserem na informalidade? Como é requisitada a força de trabalho para a venda ambulante em Lagoa da Prata (MG)? Qual a importância da atividade para o referido município?

Para melhor entender a dinâmica do trabalho realizado pelos vendedores ambulantes, foi necessário envolver o circuito produtivo presente em Lagoa da Prata (MG) e que abastece o comércio informal, a fim de visualizar a rede de atividades e atores diretamente ligadas a este tipo de comércio.

A presente pesquisa está organizada metodologicamente em torno de três eixos principais, a saber: pesquisa bibliográfica, pesquisa estatística e pesquisa de campo. Para entender as questões teóricas atinentes ao tema, recorreu-se à produção intelectual de vários estudiosos, geógrafos ou não. A pesquisa bibliográfica foi realizada em artigos, teses, dissertações e livros, os quais abordam a temática e os conceitos norteadores (trabalho, informalidade, rede e espaço), como Alves (2005, 2007), Thomaz Júnior (2002; 2007; 2009), Antunes (1992; 1997; 1999; 2002; 2009), Milton Santos (1997; 1985), Carlos (1994), Cacciomali (1983), Marx (1983; 1984), Corrêa (1997; 2009), dentre outros.

A obtenção dos dados estatísticos de origem primária deu-se por meio de 70 entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados aos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) e 10 entrevistas a antigos moradores da cidade. Estes dados somados as

observações realizadas durante as visitas a campo foram fundamentais para o entendimento da dinâmica do trabalho dos vendedores ambulantes e das relações de trabalho desses trabalhadores na referida cidade. Fez-se também uso das informações obtidas por meio de fontes secundárias como, por exemplo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A pesquisa compõe-se de três capítulos. No primeiro capítulo, constrói-se uma abordagem teórica, em que se edificam reflexões sobre a captura do trabalho pelo capitalismo; o trabalho na sociedade contemporânea; as formas flexíveis de produção, aquisição e uso da força de trabalho conduzida pelo mais novo modelo de produção, a reestruturação produtiva, que amplia a precarização do trabalho. Também discutiu-se o aumento do desemprego, intensificado pelos novos reordenamentos do capital e a ampliação do trabalho informal no espaço urbano.

Ante os reordenamentos produtivos, a flexibilidade de aquisição de força de trabalho e as formas produtivas, velhas práticas comerciais de trabalho são reinventadas e capturadas pelo capital, o qual produz e comercializa mercadorias, aumentando o ciclo do capital. Acredita-se que a cidade é o lócus da reprodução do capital e atrai forças produtivas, de comércio e de consumo.

No segundo capítulo, apresenta-se ao leitor a área de pesquisa e os reordenamentos produtivos presenciados pela cidade e seus moradores nas últimas décadas. Evidencia-se o surgimento de dezenas de micro e pequenas empresas dedicadas à produção de peças de vestuário, brinquedos de pelúcia e montagem de *kits* diversos como, por exemplo, de afrodisíacos, perfumaria, *lingerie*. Essas empresas originam-se no município a partir da necessidade de abastecimento do comércio informal realizado por trabalhadores ambulantes, embora forneçam muitos postos de trabalho em caráter formal em Lagoa da Prata (MG).

Evidencia-se ainda uma rede de atividades que abastecem o comércio informal e sua relação com outros circuitos econômicos, comprovando a relação recíproca entre formalidade e informalidade. Da mesma forma, confirma-se que a informalidade é útil à reprodução do capital e é incentivada, pois pode ser mais eficiente e lucrativa do que a economia formal. Por isso, mostra-se também que as micro e pequenas empresas de Lagoa da Prata (MG) fazem uso de formas flexíveis de produção e de aquisição da força de trabalho, a exemplo, o uso de serviços de facções e do trabalho domiciliar de muitas costureiras.

No terceiro capítulo, explicita-se o elo conceitual com a empiria através do estudo de caso. Também apresenta-se o resultado das entrevistas concedidas e da tabulação dos dados dos questionários aplicados aos vendedores ambulantes. As respostas aos questionamentos

permitem asseverar que o trabalho do vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG) é permeado por relações contratuais atípicas, nos quais os processos de precarização e precariedade nas relações de trabalho são acentuadas.

Hoje, a informalidade tal como se apresenta não é o campo dos não alfabetizados, ainda que muitos componentes deste setor tenha baixa escolaridade. O comércio realizado pelo vendedor ambulante ainda revelou que a informalidade não é sumariamente o lugar dos baixos salários, pois no caso dos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) esse setor pode aferir salários maiores que os da economia formal.

As considerações finais afirmam que toda imensa trama social e econômica envolvendo o trabalho na venda ambulante e, em particular em Lagoa da Prata (MG), apresenta-se num contexto que evidencia ser o sentido do trabalho geralmente subjugado ao domínio do capital e se resume a um meio de (re)produção capitalista, cujos trabalhadores são meros coadjuvantes deste espetáculo e, por isso, sofrem as mazelas deste sistema.

1 (RE)PRODUÇÃO DO URBANO: Velhas Práticas, Novos Arranjos

O primeiro capítulo da presente pesquisa tem por finalidade construir uma reflexão sobre o trabalho na contemporaneidade e as transformações sofridas pelos trabalhadores em consequência da reestruturação produtiva do capital, proporcionando formas flexíveis de trabalho e de produção, originando entre outras coisas, o desemprego estrutural e o aumento da informalidade. Assim, pondera-se que velhas práticas comerciais e de trabalho se reinventam e são capturadas pelo capital para atender as suas próprias necessidades.

Para analisar a temática busca-se leituras em Marx (1982; 1985) Thomaz Júnior (2009), Alves (2005), Antunes (1992; 1997; 2006), Tavares (2002), Carlos (1994), Malagutte (2000), Cacciomali (1983), Harvey (1992; 1989), que analisam as transformações nas relações de trabalho no modo capitalista de produção e o crescente aumento da informalidade alavancada pelas mutações do capitalismo. E, mais recentemente, pela reestruturação produtiva do capital que tem como características, processos como o enxugamento dos postos de trabalho formais, a terceirização, a precarização e a informalização das atividades industriais, agrícolas e comerciais.

As alterações na composição e organização da classe trabalhadora conduz para a necessidade de se repensar a morfologia e as características da classe trabalhadora na contemporaneidade. Dentre as questões postas ao entendimento da “nova” classe trabalhadora opta-se pelo trabalho informal, uma vez acreditar que, neste contexto, os trabalhadores sofrem com mais frequência e intensidade as adversidades impostas pelo sistema capitalista de produção.

Na busca por maior aprofundamento das alterações que o mundo do trabalho presencia e com o intuito de conhecer as especificidades do trabalho informal na execução do labor e na vida dos trabalhadores, a presente pesquisa tem como fonte de observação e investigação um conjunto de sujeitos trabalhadores assalariados informalmente de Lagoa da Prata (MG).

1.1 O Trabalho e o Trabalhador na Sociedade Capitalista

A década de 1970 é caracterizada por mais um dos momentos de crise do modelo de produção capitalista. Por consequência, o fim do século XX presencia uma série de

alterações na forma de acumulação de capital e de organização do trabalho, advindas da reestruturação do capital que se ampara, entre outros fatores: na alta tecnologia de produção; moderna organização do trabalho; novas formas de gerir o processo produtivo e a força de trabalho; redução dos custos produtivos por meio de processos como as terceirizações, multifuncionalização, formas flexíveis de aquisição da força de trabalho e aplicação do sistema de produção *just-in-time*².

Para se adequar ao novo sistema de produção cria-se uma empresa enxuta e flexível. Isso se faz possível por meio da “[...] desverticalização e subcontratação de empresas que passam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades, com utilização de força de trabalho polivalente [...]” (PINTO, 2010, p.46), que se adapta a necessidade do capital.

Em oposição à acumulação e à necessidade do capital, o novo modelo produtivo proporciona ao mundo do trabalho significativas transformações e traz consigo, entre outros fatores, a acumulação flexível caracterizada por processos como:

[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços” bem como novos conjuntos industriais. (HARVEY, 1989, p.140).

Assim entendida, a acumulação flexível altera a morfologia dos contratos de trabalho e de produção e inaugura um novo contexto para a classe trabalhadora, que passa a conviver com formas contratuais e de trabalho atípicas possibilitadas por processos como a terceirização de determinados setores produtivos e subcontratações da força de trabalho.

Estes fenômenos aumentam o desemprego formal, juridicamente legalizado, e cria uma massa de trabalhadores apta a se inserir na informalidade, seja como mão de obra de empresas subcontratadas e terceirizadas, seja como trabalhadores autônomos, camelôs, ambulantes assalariados informalmente, catadores de recicláveis, entre outras atividades.

Os efeitos para os trabalhadores são inegáveis e ocorrem em sua grande maioria de forma depreciativa, afetando a vida cotidiana do trabalhador. É como se estivesse ocorrendo um retrocesso na história de conquistas da classe trabalhadora e as formas de trabalho ora ultrapassadas ressurgem como meio de sobrevivência para muitos cidadãos.

² Sistema de administração que tem por caráter a compra, produção e transporte de mercadorias e matéria-prima na hora certa; evitando desse modo estoques desnecessários.

Antunes (1997, p.16) tecendo argumentações com relação aos direitos do trabalho, assegura que, diante do novo modelo produtivo esses “[...] são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital de instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase”. Neste contexto, direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e/ou eliminados no mundo da produção, pois o sucesso do novo modelo de acumulação de capitais pressupõe que a “[...] liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado” (CHESNAIS, 1996, p.25), os quais ampliam as formas de produção e do trabalho e a (re)produção de capitais.

Esse conjunto de transformações ocorridas a nível macro e microeconômicos possibilitaram um novo regime de acumulação de capitais em âmbito global. As novas condições e contradições do capitalismo ordenam-se no sentido de ampliar o processo de exploração do trabalho. O que se presencia atualmente é “uma nova dinâmica de constituição da hegemonia do capital na produção que se dá através da corrosão das delimitações inscritas do espaço da produção, do espaço da circulação e da vida social.” (ALVES, 2007, p.199).

Os padrões de produção e produtividade do novo sistema econômico esvaziam os trabalhadores de sua forma. É por isso que “os dilemas e incertezas da classe trabalhadora estão na ordem do dia e suas indefinições quanto a que rumo tomar está posta. É o momento da desesperança, em que a grande questão para os trabalhadores é qual rumo tomar.” (FREITAS, 2010, p.22).

Uma das consequências dessa nova organização do capital é o desemprego estrutural que açoita, fragiliza e enfraquece o trabalhador. Sob essa ótica está em curso o “[...] solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação objetiva da luta de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho passando para um terreno muito confuso e perigoso [...]” (HARVEY, 1992, p.145-146), em que imperam a insegurança daqueles que têm emprego, ainda que esse se realize em condições precárias e degradantes, e a realidade daqueles que não o têm, tendo em vista que:

Ser excluído do processo de exploração do trabalho no capitalismo não se torna um privilégio, e sim um fator de inserção em uma condição de privação e de pobreza, ainda maior do que aquela sob a qual continuam submetidos os que sofrem a exploração no trabalho, restando aos deserdados do capital procurar outras formas para garantir a sua sobrevivência, sujeitando-se ao subemprego e ao trabalho informal. (GONÇALVES; THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.20).

Para dimensionar o desemprego no Brasil, o país que possui a quinta maior população mundial, ocupou no ano de 2000 o terceiro lugar no *ranking* mundial, tendo 7,1% da população desempregada. Segundo o Departamento Internacional de Estatística e Estudos Socioambientais (Dieese) e o Sistema Estadual de Análise em Dados (Seade), citado pelo *Jornal do Brasil* (2013), no mês de março, o Brasil apresentava em números absolutos um contingente de 2.439 milhões de desempregados, número menor que os apresentados no ano de 1998 pelas mesmas instituições, e que correspondia à cifra de 3,0 milhões de desempregados, o qual ainda se apresenta elevado. De acordo com Gustavo Patu, em matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo*, de 18 de janeiro de 2013, o Brasil apresentava para esse mês,

[...] um contingente de 61,3 milhões de brasileiros de 14 anos ou mais que não trabalha nem procura ocupação e, portanto, não entra nas estatísticas de desemprego. Trata-se de 38,5% da população considerada em idade de trabalhar pelo IBGE, ou o equivalente à soma do total de habitantes dos Estados de São Paulo e do Rio. [...] Referente ao segundo trimestre de 2013, o dado brasileiro ajuda a ilustrar como, apesar das taxas historicamente baixas de desemprego, o mercado de trabalho mostra sinais de precariedade. Mesmo tirando da conta os menores de 18 anos e maiores de 60 anos, são 29,8% milhões de pessoas fora da força de trabalho, seja porque desistiram de procurar empregos, porque nem tentaram, ou porque são amparados por benefícios sociais [...]. (PATU, 2013).

Estes dados mostram que o índice de desemprego no Brasil é uma realidade. E mais, que as pesquisas governamentais quanto ao desemprego não expressam a realidade brasileira. Não que o governo ou as instituições promotoras das pesquisas manuseiem dados, e sim, porque as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, desconsideram toda a massa de desempregados que não está à procura de emprego, seja por motivos de saúde ou porque perderam a esperança em encontrá-lo.

Quanto à taxa de ocupações formal/informal para as regiões metropolitanas, os índices estão expressos na Tabela 1. Cabe esclarecer que, de acordo com o IBGE (2010), a população ocupada compreende aqueles que estavam em qualquer tipo de emprego na semana anterior a da pesquisa, seja com vínculo empregatício, ou que gerenciam seu próprio negócio, ou ainda em ajuda a algum membro familiar. Portanto, não se deve confundir indivíduos ocupados com cidadãos empregados no setor formal.

Tabela 1 – População ocupada para as regiões metropolitanas em % (2008/2013).

Regiões metropolitanas	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Recife	90,5	89,6	91,9	92,4	94,4	93,6
Salvador	87,2	98,1	88,7	89,5	91,7	92,3
Belo Horizonte	92,8	93,4	93,7	94,7	95,0	94,8
Rio de Janeiro	93,4	93,4	93,6	95,1	94,4	95,2
São Paulo	90,6	89,5	91,8	93,1	93,5	93,2
Porto Alegre	93,1	93,6	94,1	95,0	93,5	96,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Org.: MORAIS, Valéria A.C.

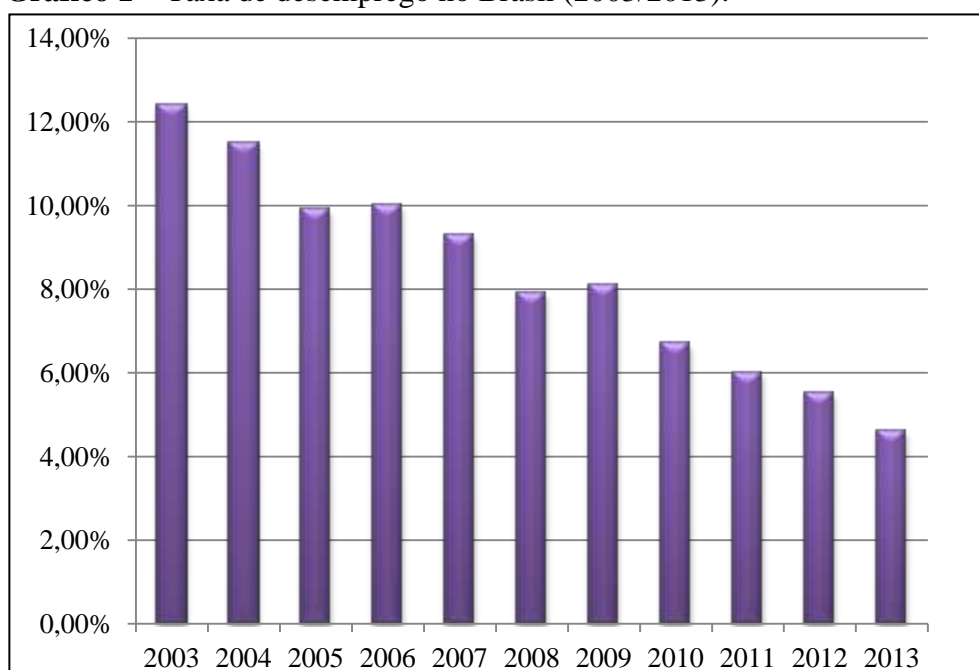
Os índices apresentados pelo IBGE e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para a população ocupada de 2008-2013, nas seis regiões metropolitanas explicitadas na Tabela 1, indicam uma variação de população ocupada relativamente pequena entre regiões metropolitanas do Sudeste, Sul e Nordeste do país. Observa-se, por exemplo, que a região metropolitana de Recife apresenta um índice de população ocupada levemente maior que São Paulo em 2013.

Os dados dão conta que a região metropolitana paulista, apesar de ser o centro econômico, industrial e financeiro do país, apresenta índice inferior de população ocupada em comparação a outras capitais, com exceção de Salvador. Frente à constatação dos dados expressos na Tabela 1, pode-se argumentar que o crescimento econômico não necessariamente representa desenvolvimento social e geração de empregos.

A pesquisa ainda revela que, desde 2008, a população ocupada das regiões metropolitanas está crescendo. Contudo, o panorama geral da taxa de população ocupada não esclarece quantos trabalhadores estão no mercado formal e informal de trabalho, não elucida em quais condições as atividades são executadas, se são trabalhos temporários, familiares ou precários.

Ante o aumento do desemprego estrutural e da imprecisão das pesquisas brasileiras, tornam-se válidas as pesquisas empíricas direcionadas ao entendimento do mundo do trabalho e a realidade cotidiana dos trabalhadores. É com este intuito que se realiza a presente pesquisa.

Segundo o IBGE e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), há dez anos consecutivos o Brasil presencia queda na taxa de desemprego, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego no Brasil (2003/2013).

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE); Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Os índices apresentados pelo IBGE e a OCDE indicam que a taxa de desemprego vem caindo progressivamente no Brasil há pelo menos uma década. Certamente, o crescimento no número de empregos se deve, entre outros fatores, a atuação do Estado por meio de políticas e obras públicas de incentivo ao crescimento econômico, ao empreendedorismo, às pequenas e médias empresas, às indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos e à abertura da fronteira para a instalação de indústrias de outros países no Brasil.

A importância da atuação do Estado pode ser verificada no Registro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do MTE, o qual revela que a construção civil gerou 14,2% dos empregos de janeiro a outubro de 2013. Sabe-se que, em grande parte, estes postos de trabalho foram suscitados pela construção de estádios de futebol para sediar a Copa do Mundo, realizada no Brasil em 2014, e pelas construções de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³, que ajudou o Brasil a gerar 8,2 milhões de postos de trabalho no período de 2006 a 2010⁴. Citam-se também as construções de casas direcionadas ao programa “Minha Casa, Minha Vida”. No entanto, comumente os trabalhadores inseridos na construção civil são autônomos ou se encontram com contratos atípicos na informalidade.

³ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado no ano de 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e em continuidade pela então presidenta Dilma Rousseff.

⁴ Informações colhidas no PAC2, Ministério do Planejamento. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso: 24/04/2013.

As obras dos estádios de futebol para a realização da Copa do Mundo estão em fase de acabamento e o Programa “Minha Casa, Minha Vida” tende a decrescer com o passar dos anos. Isso significa que o problema do desemprego no Brasil não está resolvido, pois o que se tem são medidas paliativas de contenção e não mecanismos efetivos de criação de empregos formais e permanentes. Soma-se ainda a desarmonia entre o número de postos de trabalho criados seja pelo poder público, estatal ou privado e o número de pessoas que entram para a população economicamente ativa, ou seja, aqueles aptos ao trabalho.

O crescimento no número de empregos, geralmente, não tem proporcionado trabalhos formais, melhorias nas relações e condições de trabalho, aumento significativo do salário e sua manutenção, assim como não tem se mostrado capaz de absorver toda a força de trabalho que dele carece. A insegurança ainda reina no imaginário do trabalhador. O mercado de trabalho brasileiro, que sempre teve como características a flexibilidade na contratação da força de trabalho e a existência em larga escala da informalidade, acelera a junção de novas formas de flexibilização a antigas dinâmicas de exclusão. (FUENTES, 1997).

Pochmann (2008) tecendo uma probabilidade de desemprego para uma população economicamente ativa esperada de 111,1 milhões de pessoas em 2020, assevera que o Brasil deverá ter cerca de 17,1 milhões de desempregados, correspondendo a 15,4% de taxa nacional. Se essa expectativa se confirmar, o Brasil contará com um quadro de desempregados sete vezes maior do que o anunciado pelo Dieese e Seade para o ano de 2013, o que equivale a dizer que um quarto da população estará desprotegido de benefícios e seguridade social, como os proporcionados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Muitos, provavelmente, estarão em situação de vulnerabilidade social, sentindo o resultado da exclusão do mercado de trabalho.

De acordo com Pochmann (2008), das pessoas com alguma ocupação para o ano de 2020, 49% serão assalariadas e 51% informais, dos quais 48% estarão ocupados em serviços autônomos, cooperativados, trabalhos familiares, sem remuneração, onde predomina a informalidade nas relações de trabalho. Tecendo hipóteses com amparo nos índices apresentados por Pochmann, em 2020 mais da metade dos trabalhadores brasileiros não se beneficiarão de salários mensais garantidos, provavelmente, estarão em condições de assalariamento ilegal e 48% serão trabalhadores informais. Se a previsão de Pochmann (2008) se confirmar, o Brasil está caminhando para um país de relações de trabalhos informais.

Cabe ressaltar que a realidade do desemprego não é exclusiva do Brasil ou de países da América Latina. Conforme o relatório “Trabalho Decente e Juventude no Brasil:

Políticas para ação”, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013), a taxa de desemprego no país para o ano de 2006 entre os jovens de 15 a 24 anos era de 17,8%. O alastramento da crise financeira iniciada em 2008 nos Estados Unidos e propalada para outros países, somado a desequilíbrios fiscais e sociais já existentes nos países capitalistas, fizeram prosperar o desemprego mundialmente.

Consoante a OIT (2013), nos Estados Unidos o desemprego atinge 7,6% da população; no Japão é de 4,2%. Enquanto a Zona do Euro é a que mais sofre com o desemprego, registrando o índice de 12,3% da população. Dos 17 países que a compõem, nove apresentam taxas de desemprego superiores a 10%; na Espanha e Grécia esses índices chegam a 26% e 27%, respectivamente. Já no Brasil, a taxa de desemprego entre os jovens de faixa etária de 15 a 24 anos ficou em 15,3% em 2011, enquanto para os adultos de 25 anos ou mais, correspondeu a 4,6%, indicando que o desemprego é maior para os jovens.

Esses dados mostram que o desemprego não é exclusivo a países periféricos ou de industrialização tardia, como é o caso do Brasil. O desemprego é um fenômeno que atinge todos os seguimentos da economia capitalista. Neste sentido, Mézáros (2006) afirma que, se atingiu uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista, cujo desemprego não é limitado a um exército de reserva à espera de ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital. A grave realidade do desemprego assumiu um caráter crônico, reconhecido até mesmo pelos defensores do capital, como “desemprego estrutural”, atingindo de formas variadas todos os países e trabalhadores do mundo.

Reafirma-se, desse modo, que as novas formas de produção e de trabalho, amparadas na flexibilidade das empresas, alteram a composição da classe trabalhadora mundial, a qual torna-se muito diferenciada. Tem-se, então, em conformidade com Birh (1998), os proletários estáveis e com garantias, os proletários excluídos do trabalho e uma massa flutuante de trabalhadores instáveis, em que se inserem os trabalhadores subcontratados, informais, contratados por tempo determinado e da economia subterrânea. Porém, todas as categorias têm em comum:

A submissão a um conjunto de constrangimentos; instabilidade de empregos e, portanto, de rendas; desregulamentação mais ou menos forçada de suas condições jurídicas de emprego e de trabalho (em relação às normas legais e convencionais); conquistas e direitos sociais em regressão; com frequência, ausência de qualquer benefício convencional; a maior parte do tempo, ausência de qualquer proteção e expressão sindicais; enfim, tendência à individualização externa da relação salarial. (BIRH, 1998, p.86).

É nesse cenário que alguns trabalhadores passam a compor,

[...] pequenos negócios que em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices de sistema produtivo. (ANTUNES, 1992, p.145).

O novo panorama desenhado para os trabalhadores compõe-se de alterações nas relações de trabalho, formas atípicas contratuais, florescimento de antigas formas de trabalho informais, enfraquecimento da classe trabalhadora, desemprego, subcontratos, serviços terceirizados. Tudo isso não pode ser visto como normalidade, pois o desemprego do trabalhador, a desregulamentação nas relações contratuais, o aumento da precarização da vida humana e o ressurgimento de sistemas antigos de trabalho, não significam crise para o capital, e sim, o aumento da condição de pobreza e miséria dos trabalhadores. Haja vista que o capital é incapaz de respeitar os seres humanos, porque só conhece uma maneira de utilizar o trabalhador, maximizando a exploração a fim de se extrair mais valia.

Diante das transformações impostas ao mundo do trabalho e ao trabalhador tem-se uma nova classe trabalhadora. Ela já não é mais como outrora, assim como sua composição já não mais deriva da simples relação trabalho/empregador. A classe trabalhadora se ampliou, suas características se alteraram, por isso, há a necessidade de se ampliar o conceito de classe trabalhadora e os componentes dela. Nesse sentido é

[...] importante assumir que há limitações teóricas de elevada monta para entendermos o que está se passando no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil [...] tendo em vista que a verticalização dos pressupostos eminentemente capitalistas da reprodução do capital dissolve e refaz relações não capitalistas no interior do trabalho, entendemos que se faz necessário ampliar os horizontes dos significados, tanto de trabalho (como categoria marxiana) quanto da classe trabalhadora. [...] Não é mais possível afirmar e sustentar empírica e teoricamente que o proletariado é a única classe da sociedade burguesa que continua produzindo o conteúdo material da riqueza através da transformação da natureza com fins à reprodução social, e, portanto, portadora exclusiva do significado da [...] emancipação da classe trabalhadora. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p.8-9).

As argumentações levantadas pelo autor Thomaz Júnior (2007) asseveram que a classe trabalhadora se amplia e metamorfoseia. Isso dificulta o entendimento desta classe que está presente na indústria e nos comércios modernos, bem como nas formas produtivas e

comerciais ancestrais, tradicionais e familiares, prestadores de serviços, *part-time*⁵, trabalhos precarizados, formais, informais e desempregados.

A modernidade presencia o ressurgimento de velhos modelos de uso da força de trabalho e de comércio, que tendiam a ser eliminadas pelo capitalismo, como a venda ambulante, os camelôs, trabalhadores informais. Estas convivem com formas modernas de comércio, como por exemplo, os *Shoppings Centers*. Cabe esclarecer que, estas formas de trabalho consideradas atrasadas comungam do mesmo espaço/tempo, porque o capitalismo não foi capaz de eliminá-las e hoje elas são chamadas a “complementar à proteção social”. (TAVARES, 2002, p.51).

As velhas práticas de trabalho florescem e adquirem dimensões consideráveis na história daqueles que têm como único meio de sobrevivência a força de trabalho. Elas persistem ao movimento do capital, que tendia a excluí-las e agora se apresentam rentáveis a ele, principalmente em processos como as terceirizações, uma criação flexível de uso da força de trabalho que se articula diretamente ao capital. A propósito, a terceirização tem a capacidade de combinar práticas utilizadas no passado com formas criadas para o presente, preservando e até intensificando a exploração do trabalho.

Quanto ao trabalho informal, Tavares (2002, p.52) esclarece que toda relação entre capital e trabalho, cuja compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos, que descaracterizam a condição formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadorias, consubstancia trabalho informal e compõe a classe trabalhadora. É por isso que não se pode mais limitar a classe trabalhadora àqueles ligados ao proletariado fabril, industrial e formal. Todos os que compõem o mercado de trabalho produzem e (re)produzem cotidianamente o capital, a sociedade e o espaço, uma criação histórica e social.

No que diz respeito à composição da nova classe trabalhadora, Antunes (2009) propõe uma abordagem em que se incluam

[...] todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part-time*, o novo proletariado dos McDonald's, [...], os trabalhadores terceirizados e precarizados, [...], os chamados assalariados da chamada “economia informal” [...], além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*. (ANTUNES, 2009, p.103-104, grifos do autor).

⁵ Trabalho realizado em horário parcial.

O que se tem, atualmente, é uma classe trabalhadora multifacetada, heterogênea, fragmentada e muitas vezes enfraquecida. Por isso, para se entender a classe trabalhadora atual faz-se necessário considerar a sua totalidade, uma vez que abriga uma imensidão de homens e mulheres vivendo as diversas formas de venda da força de trabalho, não se limitando mais a trabalhos manuais diretos e nem a trabalhadores formais. Os ajustes estruturais impostos à classe trabalhadora pela economia capitalista através da acumulação flexível, portou mudanças na composição da referida classe, na qual se inclui o trabalhador informal.

1.2 O Trabalho Informal e a Totalidade da Informalidade

O trabalho informal não é um fenômeno recente no mundo do trabalho. Nos reordenamentos recentes impostos à classe trabalhadora, o trabalho informal toma importância considerável e o novo milênio inaugura um novo período para o trabalhador. Incentivado pelos altos índices de desemprego promovidos em grande medida pela reestruturação produtiva do capital, o trabalho informal não mais se restringe à países periféricos, como afirmaram os economistas da OIT (1972), através de pesquisa realizada na década de 1960/70 a respeito do desenvolvimento da África.

Nesta pesquisa, a OIT apontou como componentes característicos da informalidade naquele momento o “baixo nível de produtividade, remuneração irrisória, duplas jornadas, trabalhos domiciliares”. (GONÇALVES, TOMAZ JÚNIOR, 2009, p.126). Com esta investigação, a OIT objetivava “construir uma categoria de análise que descrevesse as atividades geradoras de uma renda relativamente baixa e aglutinasse os grupos de trabalhadores mais pobres do meio urbano” (CASSIOMALI, 1983, p.18), tornando clara a intencionalidade de relacionar a informalidade à questão social, ou seja, a fenômenos como pobreza, exclusão e desqualificação profissional. Neste contexto, o emprego parece deixar de ser uma questão econômica para se transformar em uma questão social.

Já na década de 1970,

[...] os componentes do trabalho informal são redimensionados [...] e passa a ser entendido como setor econômico que abriga os trabalhadores incapazes de serem integrados aos setores produtivos mais importantes da economia capitalista em desenvolvimento, sendo assim obrigados a compor e buscar meios de sobrevivência em atividades menos importantes e que compunham o denominado setor informal. (FORBES, 1989 apud GONÇALVES; THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.126).

Nesta conjuntura, a informalidade passa a ser entendida como fonte de oportunidades para muitos trabalhadores excluídos de setores econômicos importantes, como na indústria moderna, onde normalmente se exige educação formal e qualificação profissional. Assim, a economia informal caracteriza-se por ocupar trabalhadores sem qualificações obtidas na educação formal e trabalhadores recusados pelo capitalismo em desenvolvimento, como os vendedores ambulantes, os autônomos, as domésticas, entre outros.

Estar em condição de desemprego ou se ocupar no mercado formal/informal aparece como responsabilidade do trabalhador e não como produto de um sistema alicerçado na divisão de classes, na exploração do trabalhador, na formação de exército de reserva de força de trabalho e na extração de mais valia. Um sistema que não abriga toda força de trabalho ociosa e comumente por questões econômicas, alguns se beneficiam mais do que outros de tudo aquilo que o sistema pode oferecer, inclusive a oportunidade de um emprego.

Ao traçar um paralelo das características do setor informal da década de 1960/70 com o panorama atual, nota-se que, a informalidade é constantemente acelerada pelo movimento do capital e pela atuação do Estado, “elemento de legitimação da classe dominante”. (CORRÊA, 2007, p.83). A informalidade tal como se apresenta não tem por parâmetros únicos de caracterização a falta de qualificação profissional, inabilidade ao trabalho e salários baixos, por exemplo.

A informalidade nas relações de trabalho é alicerçada pelo desemprego, que é fruto dos ajustes e reajustes econômicos e produtivos, a qual assume configurações opostas às daquelas de tempos passados. Antunes (1999, p.119) defende a tese de que, o capital requer “cada vez menos trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, *part time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista”, ou seja, são caracterizadas por relações informais de trabalho.

A informalidade não se restringe aos grupos mais pobres da sociedade. Hoje, ela também abriga trabalhadores qualificados e aptos ao trabalho industrial e moderno, assim como acolhe jovens, idosos, homens, mulheres e negros, os quais são submetidos às leis de mercado, isto é, à lei da oferta e procura de trabalho.

[...] sendo ora reivindicada ora rejeitada, como qualquer bem que é produzido para a venda. Na medida em que o aumento da produtividade e a desregulamentação das relações de trabalho contribuem para a disponibilidade e a desregulamentação da força à procura de emprego [...] o trabalho formal, estável, em tempo integral e socialmente protegido tende a ser uma categoria do passado. (TAVARES, 2002, p.51).

Como toda a economia capitalista está submetida às leis de mercado, o desemprego e o trabalho informal não se restringem mais a países periféricos. Todavia, amplia-se para economias emergentes e industrializadas, nas quais também se presencia o rápido crescimento das economias ‘negras’ ou ‘subterrâneas’ (ANTUNES, 1992). Neste sentido, Cattani (1996, p.48) assevera que, “[...] as economias avançadas viram renascer os ‘bicos’ e o subemprego no setor informal, que até recentemente, era considerado apanágio das situações de subdesenvolvimento”.

A fim de não incorrer no equívoco de que a informalidade é resultado exclusivo do desemprego, ressalta-se que, para a inserção nesse setor da economia é preciso estar em condição formal/informal de trabalho. Como afirma Rodrigues (2008, p.7), “[...] os motivos pelos quais muitos preferem trabalhar na informalidade, a origem e a continuidade do trabalho informal passam por escolhas feitas pelos próprios indivíduos”.

Não se descarta a ideia de que a inserção no mercado informal pode originar-se em outros elementos, como a inaptidão para horários rígidos, baixos salários, submissão a ordens dos empregadores ou chefes imediatos, avaliações e experiências anteriores de trabalho, gostos ou vínculos pessoais com a atividade desenvolvida. Ou seja, a inserção nem sempre se dá de forma obrigatória. O mercado informal e formal de trabalho são heterogêneos e abrigam pessoas em diferentes condições.

Analisando o caso do Brasil, soma-se que “em geral o crescimento brasileiro levou às regiões metropolitanas enormes bolsões de informalidade e miséria, e é nesses espaços que se avolumam estruturalmente o fenômeno da informalidade e da exclusão”. (FUENTES, 1997). Fenômeno que alguns autores denominam de “*bolhas da exclusão*”.

Mesmo considerando que gostos, habilidades, experiências prévias de trabalho e outros fatores devem ser considerados ao se falar em informalidade, no Brasil não se pode ignorar a amplitude que este fenômeno vem tomando. Ele é um dos reflexos das transformações ocorridas no modelo de produção capitalista e no mundo do trabalho, dando origem às *franjas de exclusão*, nas quais estão inseridos vários indivíduos, que marginalizados pela sociedade pelo simples fato de não terem uma carteira de trabalho assinada.

Um estudo realizado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), em 2013, para traçar o perfil do trabalhador informal no Brasil, apontou que, a cada dez brasileiros no mercado de trabalho quatro estão na informalidade. Daí que, “[...] a economia informal, como existe hoje, é o lugar em que, mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos de trabalho formais.” (CLEPS, 2009, p.03).

A pesquisa sobre “Orçamento Familiar”, realizada pelo IBGE (2008; 2009), apurou que quase 56,8% dos trabalhadores do Brasil possuem empregos informais. Revelando que, mais da metade da mão de obra brasileira está na informalidade, sendo privada de direitos trabalhistas, constitucionais e jurídicos. Muitos trabalhadores vivendo em condições insalubres e a negação de direitos básicos, como alimentação, moradia e saúde, tendo ainda que conviver com o estigma de ser informal.

Mesmo havendo divergências entre as inúmeras pesquisas com relação ao trabalho informal, não seria exagero deduzir seu crescimento e os níveis de exploração, precarização e vulnerabilidade da classe trabalhadora que ocupa esse mercado de trabalho.

A informalidade é extremamente útil à reprodução de capital, pois grande parte da renda obtida na economia informal ou em trabalhos informais é imediatamente direcionada ao consumo de várias mercadorias, movimentando o setor produtivo, financeiro e mercadológico. Permitindo afirmar que, a informalidade é positiva para a economia formal e este setor não sobrevive independentemente do que acontece nas demais esferas da produção.

Tal aspecto corrobora a tese da OIT (1972, p.6), quando diz que, “[...] la mayoría de las actividades en el sector informal es económicamente eficiente y rentable, aunque en pequeña escala y limitada por las tecnologías”. A principal vantagem da informalidade constitui as proporções socialmente adequadas de fatores utilizados no processo produtivo, já que “maximiza o emprego de mão de obra sem provocar requerimentos exagerados de capital e pressões excessivas sobre a balança de pagamento”. (PREALC, 1978, p.65).

Convém assinalar que, a existência de empregos e de relações informais contratuais em momento algum significa estar à margem do capital. Pois, “é a própria estrutura capitalista que imprime esse caráter, pelo qual se explica a expansão do trabalho informal e o modo como parte dele, medida pelos processos de terceirizações, se articula diretamente com o capital”. (LAUTIER, 1991 apud TAVARES, 2002, p.56).

Por isso, pode-se afirmar que a economia informal como se apresenta na atualidade não é um setor independente. Em momento algum é ignorada pelos agentes produtores de riqueza, pois este setor com seus mecanismos de não captação de impostos e de contratação não legais de trabalhadores, transforma-se num campo em que a produção de riqueza torna-se ainda maior.

Para os grandes empresários, as unidades produtivas menores são úteis, porque direcionam a elas as atividades que exigem maior força de trabalho e menos tecnologia, como é o caso das terceirizações. Estas têm originado facções muito utilizadas no setor têxtil e na materialização das pequenas e microempresas.

O Estado também tem incentivado o crescimento do trabalho e da economia informais ao promover a propagação das pequenas e médias empresas, nas quais estão inseridos

muitos trabalhadores informais. O aumento das unidades de “pequenas e médias empresas tem sido a válvula de escape que tem evitado que o desespero e a desesperança provoquem uma convulsão social”. (MALAGUTI, 2000, p.86). E o Estado tem utilizado desse mecanismo para tentar evitar o colapso.

Ante a ação do Estado,

[...] os diversos seguimentos da elite brasileira não poupam elogios às “pequenas empresas/grandes negócios”. Os políticos no poder, os intelectuais submissos e a mídia acrítica clamam por incentivos às pequenas empresas e microempresas. Os empreendedores emergentes agradecem, já que só assim poderão escapar à humilhação da exclusão social. (MALAGUTI, 2000, p.89).

Outro fator que tem contribuído para o crescimento da economia e do trabalho informais, no Brasil, são os altos tributos que o empregador tem na constituição jurídica das empresas, na aquisição e manutenção de um trabalhador formal. Assim, o Estado por meio dos altos e inúmeros impostos tributários, dentre eles: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição de Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Renda (IR) e cobranças de tributos indiretos, tem contribuído para o aumento da informalidade, seja das empresas, seja nas relações de trabalho.

O próprio Estado se utiliza de formas contratuais informais em setores de transporte, limpeza, segurança patrimonial, manutenção de áreas externas de várias instituições governamentais e terceiriza setores que julga pouco lucrativos ou muito onerosos. O uso de subcontratação da força trabalhadora, o contrato temporário e a prestação de serviços apresentam-se como fenômenos mundiais presentes também nas grandes empresas. Portanto, a desregulamentação nas formas contratuais de trabalho não pode ser relacionada a unidades pouco produtivas ou atividades de sobrevivência.

Diante da amplitude, heterogeneização e complexidade, as atividades informais não podem ser vistas como passageiras ou amortecedoras de momentos de desemprego em períodos de crise cíclica do capitalismo, posto que a informalidade não é superada com a retomada do crescimento. Segundo Thomaz Júnior (2002), a economia informal

[...] não é mais um simples depositário de força-de-trabalho que atua autonomamente [...] As atividades informais não são apenas permitidas, mas vem sendo incentivadas, visto que conduzidas pelo capital, podem ser até mais lucrativas que as formais [...] uma vez que liberam os empresários das relações de assalariamento e em decorrência, dos custos sociais fundados no vínculo empregatício. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.10, *sic*).

As atividades informais permeiam os trabalhos formais. Os baixos salários, os anseios e as necessidades de uma vida digna conduzem muitos trabalhadores a transitarem entre a formalidade e a informalidade nas relações de trabalho. Por isso, quantificar os trabalhadores que se encontram na informalidade é uma realidade quase impossível, pois “[...] a ‘informalidade’ é muito mais ampla do que o ‘setor informal’. O setor informal expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo: a segunda engloba o primeiro”. (MALAGUTI, 2000, p.98).

A informalidade abriga os trabalhadores que vivenciam diariamente relações de trabalho informais, mas também acolhe aqueles que temporariamente estão nela inseridos. Estar na posição de trabalhador formal, quanto aos direitos trabalhistas, não impede que o mesmo transite no setor informal de trabalho. Sob este prisma, os trabalhadores dos setores formais de trabalho, como uma funcionária pública, podem desempenhar alguma atividade informal como, por exemplo, a venda de produtos da Avon, Natura, Mary Kay, Hermes, Jequití, Demilus, Abelha Rainha, entre outros, sem ter vínculos empregatícios com estas empresas. A venda pode se realizar durante o expediente de trabalho formal ou não.

Deste modo, a funcionária pública transita entre a formalidade e a informalidade. Sendo funcionária pública é considerada uma trabalhadora do setor formal, mas, em alguns momentos, através da prática de prestadora de serviços a outras empresas por meio da venda de mercadorias, ela estaria vivendo uma situação de informalidade. A carteira de trabalho assinada não pode configurar o único indicativo elucidativo de quantitativo de trabalhadores expressos na formalidade ou informalidade, pois, um único trabalhador pode vivenciar uma mescla de atividades e viver as duas realidades.

Neste sentido, “a formalidade e a informalidade coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis [...]. A formalidade penetra o ‘setor’ informal e o ‘setor’ formal nutre-se da informalidade”. (MALAGUTI, 2000, p.100). Não há dualidade entre formalidade e informalidade, pois o processo de vendas realizado no campo da informalidade, automaticamente se reverte em produção, que, muitas vezes, ocorre no setor formal dotado de alta tecnologia e nível organizacional de excelência.

Para caracterizar o segmento informal dentro de um sistema produtivo heterogêneo, quanto à forma, função, organização, meios de produção e capital investido, não seriam suficientes apontar elementos como: “[...] subemprego, baixas rendas, concentração de mão de obra não qualificada [...] produções arcaicas ou agricultura de subsistência – como se elas pudessem sobreviver independentemente do que acontecem nas demais esferas da produção”. (CUNHA, 1979, p.34). Caracterizar e quantificar os trabalhadores no mercado

informal não é uma tarefa de fácil execução. Mas, já se conhece: o número de trabalhadores inserido neste mercado vem aumentando e as relações de trabalho formais estão se tornando uma tendência.

Acredita-se que o mundo do trabalho está se distanciando da proposta da OIT (1999) citada pela OCDE (2002), que é promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. O Trabalho Decente almejado pela OIT propõe ainda o respeito aos direitos no trabalho, à promoção do emprego, à extensão da proteção social e ao fortalecimento do diálogo social, como condição fundamental para a superação da pobreza, das desigualdades sociais e para a criação do que a instituição denomina de ‘Trabalho Decente’. (OCDE, 2002).

Diante da realidade que se apresenta ao mundo do trabalho em 2013 o ‘Trabalho Decente’ elaborado nos moldes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 não se realizou e constitui-se em uma realidade cada vez mais distante. Proporcionar qualidade e dignidade ao trabalhador não é atraente ao capital, a ele não interessa o trabalhador e sim sua força de trabalho, então é suficiente que o capital ofereça ao trabalhador condições de reprodução dessa força. O Trabalho Decente se torna uma realidade ainda mais distante se ele estiver relacionado ao trabalho formal, uma vez que, a informalidade e o desemprego se apresentam como tendência no Brasil e no mundo.

Ainda com amparo nas considerações tecidas pela (OIT, 1999) citada pela (OCDE, 2002) pode-se ponderar que, grande parte da população trabalhadora está no que se caracteriza como trabalhos indecentes, indignos, subterrâneos, ilegais. As formas precárias de trabalho são uma realidade do capitalismo e intensificam-se, desde a propalada acumulação flexível, pois as atividades em condições precárias estão inseridas dentro da funcionalidade do movimento do próprio capital.

Tecendo conjunturas para o futuro, pode-se ponderar que o aprofundamento das relações de forma degenerativa ao trabalho tomará provavelmente dois caminhos: esses elementos dificultarão a organização dos trabalhadores em favor de conquistas comuns à classe, devido à fragmentação e heterogeneização da classe ou, como apregoa Antunes (2013) sobre a situação de desemprego e de informalidade, será uns dos muitos motivos que levará ao fim a paz social mundial.

Segundo Antunes (2013), a mobilização mundial iniciada na Tunísia, Egito, Turquia, Grécia, Itália, Portugal, França, Reino Unido, Estados Unidos, Espanha e mais recentemente no Brasil, pelo Movimento do Passe Livre, em seis de junho de 2013, tomando o

espaço público brasileiro, demonstra a insatisfação da sociedade com esse sistema excludente apoiado pelo Estado.

O que não se pode perder de vista é que está em curso um descontentamento com relação às transformações no mundo do trabalho e com as desigualdades sociais, as quais se aprofundam com as manobras do capital para aumentar lucros e amenizar despesas. Pinto (2010, p.12) afirma que, o alicerce de todos esses fatos está na “forma como são organizadas, nas sociedades atuais, as atividades de trabalho humano, sua divisão técnica e a política entre as classes sociais e, por fim, a distribuição dos resultados entre empregadores e empregados”.

A classe trabalhadora, o trabalho, o mercado de trabalho e as cidades não são mais idênticos àquelas existentes em meados do século XX. Porém, o trabalho ainda é o que dá sentido à vida do ser humano, pois por meio dele o homem se realiza enquanto ser social. No entanto, o trabalho se apresenta cada vez mais precarizado para aqueles que dele carecem. Os trabalhadores vivenciam constantemente a ausência de direitos legais e jurídicos e a precarização nas relações de trabalho.

1.3 Trabalho e Capitalismo: discutindo a precarização

Ao longo do processo de evolução da humanidade, o trabalho tem se apresentado de diversas formas e tem sido condição fundamental na vida do homem, porque por meio dele o homem realiza a produção de bens necessários à manutenção da vida individual e coletiva. Assim entendido, o trabalho se estabelece como alicerce de efetivação das relações sociais, ou seja, da (re)produção social. Nesse sentido, Marx afirma que o trabalho,

[...] como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho [...] uma condição da existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. (MARX, 1985a, p.50).

Ao aceitar o trabalho como criador de valores de uso, concebe-se a existência de uma relação entre o homem e a natureza. O trabalho é condição fundamental para a produção, manutenção e sentido da vida humana. Partindo deste raciocínio, acredita-se que o trabalho humaniza, diferencia os homens dos outros seres e reforça sua força produtiva, fundamentando as relações sociais, proporcionando a produção social e a reprodução da humanidade.

Sobre a diferença constitutiva entre os homens e os animais Marx (1983) elucida que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão; a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos da colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói na sua imaginação antes de construir na realidade. No fim, ele chega a um resultado que já existia desde o início. (MARX, 1983, p.249).

Portanto, o trabalho distingue o homem dos outros seres, mantendo a sua sobrevivência. A princípio, os homens comandavam os tempos sociais e o tempo disponível ao trabalho, criando instrumentos a serem utilizados na vida cotidiana: “cultiva agricultura, a fiação, a elaboração de metais, a olaria, a navegação, o comércio e os ofícios aparecem”. (NOGUEIRA, 2006, p.141, 142). Entretanto, não se pode perder de vista que a arte da criação, a capacidade de produzir seus próprios meios de existência, de se realizar por meio do trabalho, de comandar seu próprio tempo e utilizá-lo segundo seus anseios, vão sendo redirecionados. À medida que o trabalho se insere em novos sistemas de produção e de trocas, os quais culminam no capitalismo industrial, autônomo e independente do comercial, desaparece gradativamente o artesão e o pequeno produtor independente, que trabalha diretamente para o consumidor.

Instaura-se no núcleo do sistema econômico capitalista uma nova relação de trabalho, a assalariada, e se efetiva uma nova classe, o proletariado. Concretizando ainda a subordinação dos que perderam os meios de produção e a possibilidade da criação de mercadorias para a troca a uma classe que domina, comanda e utiliza o trabalho de outrem da forma como lhe é conveniente.

No contexto de transição social estabelece-se a divisão da sociedade em classes, cujo acesso aos meios de produção e ao produto produzido ocorre de acordo com a classe que ocupa. O trabalhador é inserido em um sistema, em que a minoria detém os meios de produção e a maioria é portadora somente da força de trabalho a ser negociada de modo a proporcionar ao trabalhador pelo menos as condições mínimas de consumo, que se realizam através salário, o qual é parte estrutural do processo de circulação de mercadorias. Esse salário ainda propicia ao trabalhador a satisfação de suas necessidades vitais.

Especificamente, sob o modo de produção capitalista, outras bases são estabelecidas para o trabalho, adquirindo uma nova forma histórica, cujo princípio das relações sociais de produção ocorre a fim de se extrair mais valia e reproduzir o capital. De acordo com Marx, a sociedade capitalista é o arranjo social mais desenvolvido e mais variado de todas as formas de organização social já existente. Assim, o trabalho adquire sua forma mais cruel e alienante.

Corroborando com Marx (1985a), Alves (2005) assegura que, no capitalismo o trabalho assumiu sua forma mais desenvolvida, atingindo o ápice do desenvolvimento social e histórico, no qual o trabalho adquire sua forma mais cruel. De atividade livre e consciente, o trabalho transforma-se em simples meio de sobrevivência, pois a força de trabalho é consumida como forma de criar novas mercadorias, valorizando desse modo o capital.

Seguindo este raciocínio, é possível observar que, desde a implantação do capitalismo está em curso uma mudança na essência das relações de trabalho e de produção, que sustentam o capitalismo e os proprietários do capital. Pois, para manter-se o capitalismo revoluciona constantemente os instrumentos e as relações de produção, assim como as relações sociais, ocasionando cada vez mais a degradação e a precarização da vida do trabalhador.

Sob o sistema capitalista de produção, a essência do trabalho transforma-se em algo sofrido e penoso. O operário, consoante Marx (1983), é reduzido a um apêndice da máquina, isto é, o trabalho adquire um sentido estranho para o trabalhador.

Ao produzir mercadorias para fins de troca, o capital se (re)produz, cria uma divisão social do trabalho e uma massa operária crescente, diversificada e precarizada. São partes de um único processo, cujo objetivo maior é a extração de mais valia. Por isso, o trabalhador sob o capitalismo, frequentemente, não se satisfaz, degrada-se, não se reconhece e muitas vezes se desumaniza no trabalho. (ANTUNES, 2002). O modo de produção capitalista tende a desenvolver ao extremo os processos de alienação⁶ e estranhamento do homem quanto aos elementos do processo de trabalho.

A alienação materializada no processo de separação do trabalhador e do processo de criação da mercadoria por ele produzida é uma consequência do capitalismo e da divisão social do trabalho criada pelo sistema. Efetua-se também na impossibilidade de opção de escolha do trabalhador das ferramentas a serem utilizadas no trabalho e do que produzir. Neste processo, em grande medida o saber do trabalhador é fragmentado e, às vezes, ignorado, assim como sua relação direta com o consumidor é perdida. Por isso, dizer que o trabalhador sob o modo de produção capitalista não mais se reconhece no trabalho.

Por sua vez, o estranhamento do trabalhador com seu objeto de criação, segundo Marx (1983), ocorre de forma que, quanto mais o trabalhador produz menos tem para consumir; quanto mais valores cria tanto mais ele se torna sem valor e sem dignidade; quanto melhor for o produto por ele formado, mais o trabalhador se deforma; quanto mais civilizado o

⁶ O processo de alienação especificamente sobre o modo de produção capitalista, no processo de criação da mercadoria, foi tratado por Marx. Para maior entendimento dessa questão indicam-se as obras *A câmera escura* de Raneri, J. (2002); *Marx e a teoria da alienação*, de Mészáros, (1981).

objeto do seu trabalho, mais bárbaro o trabalhador se torna; quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza.

As transformações ocorridas no trabalho, desde o início do sistema capitalista de produção e ainda em curso, têm despertado cada vez mais o interesse de estudiosos, os quais têm buscado entender como se situam as atividades laborativas⁷ diante do sistema capitalista e as suas multifaces.

O que se apresenta ao mundo do trabalho, hoje, é uma situação ainda mais degradante e mais precarizante que em tempos pretéritos. A situação torna-se ainda mais aviltante se se considerar que vários direitos e deveres do trabalhador estão diretamente associados à condição de assalariado e que, na contemporaneidade, muitos trabalhadores não vivem a segurança mensal de um salário a possibilitar a manutenção de necessidades basilares, como: alimentação, higiene, roupas adequadas, saúde, lazer e educação.

Estar em condição de desemprego ou de subemprego aumenta a insegurança de vários trabalhadores em relação ao futuro. É neste contexto que a informalidade se apresenta como perspectiva para muitos. Assim, no mundo do trabalho hoje há uma classe trabalhadora ampliada, pois, desde a captura do trabalho pelo capitalismo, o trabalho tem adquirido novas características, novos contornos, tornando-se heterogêneo em sua forma e função.

A homogeneidade e a amplitude da classe trabalhadora devem-se, entre outros fenômenos, a mecanismos flexíveis usados por muitas empresas mundiais e no Brasil, transferindo parte dos processos produtivos e custos de mão de obra para outras empresas. Este fenômeno tem sido denominado “terceirização” e entendido como a chave da precarização do trabalho no Brasil, de acordo com Thomaz Júnior (2009).

Genericamente, terceirização é entendida como a transferência de uma atividade a um terceiro, o qual torna-se responsável pela relação empregatícia, pelos encargos e direitos do trabalhador. No campo dos estudos acadêmicos, a terceirização tem sido entendida como parte de um novo padrão organizacional do trabalho, a qual precariza e desregulamenta a classe trabalhadora.

Na literatura sobre o tema existe duas linhas de entendimento para a terceirização: uma tem como referência o paradigma da ‘especialização flexível’, cujos estudos ressaltam a parceria interempresas, a flexibilidade produtiva como fator de incentivo às micro e pequenas empresas. Em outra linha, situa-se a maioria das análises que, a partir de estudos empíricos,

⁷ Labor – neste texto, usa-se labor como sinônimo de trabalho e não o conceito formulado por Hannah Arendt.

demonstram que a terceirização como política de ‘gestão flexível’ do trabalho, invariavelmente conduz para a precarização das condições de trabalho, do emprego e da saúde do trabalhador.

Entende-se que, a terceirização abriga as duas linhas de entendimento, haja vista que as micro e pequenas empresas têm surgido e se especializado em determinados setores produtivos ou de prestação de serviços, a fim de que as empresas maiores possam dedicar-se às ocupações de gerência, criação intelectual, serviços dotados de alta tecnologia e aplicação intensiva de capital. Contudo, não se pode perder de vista, como se tem demonstrado no decorrer desta pesquisa, que a terceirização faz parte de uma política de flexibilização do trabalho, a qual tem levado à precarização das condições de trabalho e de vida de muitos trabalhadores.

Por motivos de posição ideológica e por esta pesquisa destinar ao entendimento das relações de trabalho e as condições em que tem sido executado, acredita-se que, a segunda linha de entendimento é a que melhor explica as novas relações de trabalho.

Na terceirização a relação entre as empresas contratantes e contratadas é de subordinação das segundas às primeiras, as quais pressionadas pelas contratantes e pela concorrência fazem uso de formas precárias de trabalho, prevalecendo os sem contratos registrados, os baixos salários e as extensas jornadas (DRUK 1999 apud DRUK; FRANCO 2009). A extensa jornada de trabalho contínua e muitas vezes em condições insalubres têm provocado em muitos casos problemas à saúde do trabalhador.

Desde a propalada reestruturação do capital, as relações de trabalho estão permeadas por modelos normativos de trabalho, que caminham para a precariedade no e do trabalho. Esses modelos normativos adquirem uma centralidade na lógica de dominação do capital e se institucionalizam em todo lugar do mundo.

A terceirização de setores produtivos mobilizam a transferência do trabalhador do mercado formal para o trabalho informal, caracterizando uma nova classe trabalhadora. Parafrazeando Giovani Alves (2005), está em curso uma nova *morfologia social do trabalho*, que implica

[...] flexibilizar a legislação do trabalho [...] aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-guerra – 1930, quando se toma o exemplo do caso brasileiro. (ANTUNES, 2011, p.109).

Essa nova morfologia do trabalho, amparada nas transformações impostas pelas novas dinâmicas produtivas, que “[...] mistura repressão, familiarização, cooptação, e

cooperação [...]” (HARVEY, 1992, p.121), somados às descobertas científicas e tecnologias aplicadas ao processo produtivo, subdivisões das tarefas, produção em massa e rigidez na divisão e execução das tarefas, alteram sobremaneira as relações de trabalho e a configuração dos espaços de trabalho.

Os mecanismos anteriormente mencionados, incentivados pelo neoliberalismo e apoiados pelo Estado liberal, proporcionam a reorganização do ciclo produtivo sem alterar seus fundamentos principais, que são: a extração de mais valia e a exploração do trabalhador. Esse momento caracteriza-se pelo crescente desemprego e precarização do trabalho.

Por isso, acredita-se que o atual momento histórico produtivo e de acumulações de riquezas presencia uma das expressões de mudança sistêmica mais direta: a transformação de estrutura ocupacional (CASTELLS, 2007, p.266) apresentada sob muitas faces.

O cenário atual desenhado para o trabalhador é preocupante, pois assiste-se a uma constante retração no trabalho formal industrial devido à flexibilização das formas contratuais e tempos de trabalho, das quais cita-se: os trabalhos em horas extras, quando as empresas necessitam; compensação de horas extras, em que se registra as horas trabalhadas e em momento oportuno para a empresa essas se revertem em tempo livre; férias coletivas, recurso utilizado pelas empresas para reduzir gastos em momentos de crise; trabalho em fins de semana, feriados e em tempo parcial utilizado em serviços essenciais urbanos, como: saúde, segurança e também por empresas privadas, a exemplo, os frigoríficos.

Além dos aumentos abusivos de horas de trabalho, inclusive sem a obrigação de serem acrescidas ao salário, ocorre a ampliação de formas de trabalho urbanas extremamente precarizadas como, por exemplo, os serviços de telemarketing, em que geralmente trabalham com tempo cronometrado até para as realizações de necessidades biológicas; os motoboys que morrem diariamente no trânsito das cidades brasileiras; as operadoras de bancos que sofrem com doenças ocupacionais; assim como, a subproletarização do trabalho e ampliação de trabalhos informais.

O aumento da exclusão do emprego formal, apontado como uma das maiores mazelas atuais da sociedade, tem direcionado para uma crise social, uma vez que para grande parte da sociedade a sua reprodução está diretamente ligada ao trabalho. A exclusão e a inclusão no mercado de trabalho de forma atípica precariza a cotidianidade do trabalhador e suas inter-relações e agrava o quadro de miserabilidade dos trabalhadores urbanos e rurais, ocorrendo a “desestabilização dos estáveis”. (CATEL, 1999).

A desestabilização instalada no centro do projeto de vida do trabalhador e a precariedade de suas condições sociais adquirem uma amplitude maior, reinando a incerteza do

destino da vida individual e de sua prole, impedindo “qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável”. (BOURDIEU, 1998, p.120).

A descrença deve-se ao movimento contraditório baseado na relação globalizadora e avassaladora da economia industrial e comercial capitalista, que unifica os mercados, abre as portas para empresas transnacionais e multinacionais e, ao mesmo tempo, convulsiona, fragmenta, marginaliza, precariza e enfraquece a classe trabalhadora.

É neste cenário de intensa desregulamentação e precarização da classe trabalhadora e do aumento de formas atípicas contratuais, que atividades tradicionais, a exemplo da venda ambulante e do trabalho em domicílio, adquirem importância como meio de sobrevivência e compõem muito comumente o espaço urbano. Se é verdade que a indústria e o comércio têm poder de organizar os espaços urbanos, o trabalhador e os grupos sociais excluídos também o têm.

O modo de produção capitalista necessita da constante troca de mercadorias, efetiva-se por meio de diversas formas comerciais e da permanente e latente força de trabalho. O espaço urbano, abrigo desses elementos, apresenta-se como fundamental para a (re)produção do capital, das relações sociais e dos grupos que o habitam.

A classe trabalhadora metamorfoseia-se e está sendo desfeita sob as injunções do trabalho precário e as garantias legais com relação ao trabalho formal não se apresentam mais como referência para a maioria dos trabalhadores. Contudo, o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social que organiza os espaços urbanos, é resultado de ações passadas, reflexo da sociedade atual e condição para a reprodução da sociedade futura.

Acredita-se que, o espaço urbano é o lugar por excelência do trabalho com todas as suas formas e relações. Abriga diversas indústrias, grandes e pequenas, inúmeras figurações de comércio, desde as mais modernas até aquelas mais arcaicas como a venda ambulante. Assim sendo, não há como pensar o espaço urbano desvinculado do trabalho e vice-versa.

1.4 Elementos do Espaço Urbano: trabalho, indústria e comércio

A cidade é o lugar por excelência da produção e da circulação de mercadorias, conseqüentemente é o *lócus* que abriga trabalhadores. Portanto, neste espaço os elementos contextuais da presente pesquisa realizada em Lagoa da Prata são observados. Pequena cidade

do interior de Minas Gerais, um centro de produção de mercadorias de baixo custo para abastecimento do comércio informal e de distribuição das mesmas para diversas cidades brasileiras. A cidade é local de moradia de trabalhadores envolvidos em uma rede de vendas ambulantes, na qual se insere o sujeito da presente pesquisa.

Partindo da contribuição de Carlos (CARLOS, 1994, p.98), entende-se que o “[...] processo de (re)produção do espaço é, ao mesmo tempo, condição e produto da (re)produção humana e da (re)produção do capital”. A partir desta tese, analisa-se a rede de produção e distribuição de mercadorias, bem como a vida de trabalhadores envolvidos nesta forma de trabalho.

Destaca-se o processo de reprodução do urbano marcado por um mundo do trabalho em transformação, que agrega velhas práticas de comércio – como a rifa, uma vertente da venda ambulante – como uma nova forma de produzir espaço, objetivando maior lucratividade. A reprodução do urbano ainda é marcada por novas formas de trabalho, as quais precarizam a vida de milhares de trabalhadores em todo o país.

Além disso, o fato de que no espaço urbano capitalista encontram-se os elementos essenciais para a caracterização do espaço geográfico materializado na forma essencialmente urbana. Quanto aos homens e mulheres, eles “[...] são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, [...] as infraestruturas são trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos”. (SANTOS, 1998, p.6).

No capitalismo, as cidades se transformam no espaço favorável à produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias, sejam artesanais, manufaturadas ou industriais, assim como as formas de trabalho formais ou informais. Atualmente, o espaço urbano é ocupado por formas de comércio, produção e trabalho formais e informais. Nas últimas décadas, por causa dos reordenamentos produtivos várias práticas tradicionais, como a rifa e o comércio ambulante de ponto fixo ou vagante pelas ruas, camelô, mascate, entre outros, vêm adquirindo espaço no meio urbano. As práticas comerciais informais compõem a paisagem urbana e são utilizadas pelo capital cada vez mais, integrando os circuitos da economia urbana.

No espaço urbano concentra-se a classe trabalhadora que busca os meios de sobrevivência. Lugar da materialização e expressão nítida das desigualdades e diversidades das relações econômicas e sociais, das estratégias de vida desenvolvidas pelos menos favorecidos e pelos excluídos do processo de exploração direta do capital, que tentam se incluir, mesmo que precariamente, na lógica social imposta pelo sistema de produção vigente.

Amparado no poder dinamizador do capital, a distribuição e circulação de riquezas organiza-se espacialmente de forma intensa e desigual, sendo mais densa quando há maior

concentração de infraestruturas, sejam elas de fixos ou fluxos. Contudo, são comuns a quase todos os espaços, ainda que em intensidades diferentes: o comércio, o consumo, a informalidade e a presença de circuito produtivo artesanal, manufatureiro ou industrial, sendo este moderno ou tradicional.

As formas de consumo ocorrem na economia formal e informal. A economia formal “desde sempre esteve presente na cidade e se expande por meio de articulações entre a tradicional economia de sobrevivência, os mercados locais, que se espalham pelas regiões, mesmo as mais distantes da cidade e os circuitos globalizados da economia”. (TELLES, 2010, p.193). O setor formal é responsável pela geração de um grande número de postos de trabalho, mas também beneficia-se do trabalho informal. Em Lagoa da Prata (MG) é possível notar a relação entre estes dois setores, bem como um depende da existência e (re)invenção do outro. Por outro lado, a economia informal ganha fôlego e passa a contribuir com a geração crescente de postos de trabalho, embora ainda mais precários.

A partir das contribuições de Antunes (1992), afirma-se que, ante o desemprego iminente e a necessidade de produção e (re)produção da vida individual e coletiva, novas formas contratuais, comerciais e produtivas tornam-se regras nas cidades e no campo. Trabalhos informais, familiares e tradicionais ressurgem, dinamizando o espaço urbano, garantindo uma taxa maior de lucro, além de ocupar o contingente de mão de obra e amortizar o enfrentamento de classes. Cada vez mais na acumulação flexível percebe-se a apropriação de “velhas” formas de produzir e comercializar para aumentar o ciclo de reprodução do capital. E a cidade é o centro atrativo de todas estas formas para dinamizar o comércio e o consumo.

O Estado tem asseverado condições de (re)produção do capital por meio de estímulos fiscais, subsídios, insumos, fomentos, medidas protecionistas, empréstimos, mecanismo de regulação de importação/exportação e isenção de impostos, de modo a manter positiva a balança comercial e o crescimento do capital, beneficiando a indústria e agroindústria com capital público.

Nota-se que, esse arranjo governamental vem ao encontro das necessidades do grande capital não apenas com investimentos, mas com leis que regulamentam as “velhas” e “novas” maneiras de exploração do trabalhador. A exemplo, a lei da terceirização no Brasil, a qual encontra-se em tramitação no Congresso Nacional e a regulamentação do trabalho doméstico, ocorrido em 2013.

Observa-se ainda no espaço urbano, nas últimas décadas, a proliferação de “velhas” práticas de comércio, como as feiras-livres, a venda ambulante de alimentos e mercadorias

diversas ofertadas pelo vendedor ambulante e pelos camelôs. Práticas que resistem e apresentam-se como alternativa de trabalho para muitos.

Todas essas atividades dividem o espaço das cidades com práticas modernas de comércio, como o *Shopping Center*, franquias e *boutiques*. Ao abordar a economia urbana, Santos (1979) argumenta sobre a existência de dois circuitos – o superior e o inferior – e como estes interagem de forma a garantir a rápida circulação das mercadorias. Em Lagoa da Prata (MG) é perceptível este movimento, como se verá adiante, uma vez que a cidade sedia indústrias abastecedoras de uma rede de comércio de produtos de venda ambulante em todo o país.

As atividades comerciais, dentre elas o comércio informal, constitui-se em elemento indispensável ao espaço urbano capitalista. Neste concentra-se grande público consumidor, embora não seja algo da modernidade, pois,

Desde as feiras medievais até os modernos centros comerciais do findar do século XV, o comércio tem sido e continua a ser uma das principais formas de uso da terra das cidades. Podem aparecer e desaparecer outras funções, mas o comércio é o sangue que alimenta a vida das cidades. Sem o comércio não há atração para a vinda de grande número de pessoas à cidade, e não afluindo pessoas, as actividades entram em decadência e acabam, [...]. Acresce que o comércio é, possivelmente, a função urbana mais passível de mudança [...]. (PARKER 1989 apud ORTIGOZA, 2010, p.25).

É preciso entender a importância do comércio para a dinamicidade das cidades e dos consumidores, que nela se instalam. Parker (1989) menciona que o comércio alimenta a vida da cidade e se mistura a ela como um mosaico de cores, formas, conteúdos, sons, cheiros, tempos históricos e hábitos de vida numa combinação múltipla de agentes. São espaços diversos para atender a uma clientela heterogênea, freguesia que não para de crescer em função dos planos de inclusão social do Estado. Por conseguinte, crescem também o número de vendedores ambulantes.

A modernidade no seu movimento dialético entre o velho e o novo mantém configurações muito específicas de comprar e vender, sempre reinventadas. Este processo origina uma rede de produção e distribuição em todo o país, envolvendo setor formal e informal.

Com relação às redes, estas não se apresentam de forma linear por todo o território das federações. No caso brasileiro, algumas regiões, estados e metrópoles encontram-se mais adensadas quanto à distribuição das redes, principalmente no Sudeste e Sul. É neste sentido, que os territórios se inserem de forma heterogênea no circuito da produção, circulação, distribuição, troca e consumo.

A construção das redes não é um fenômeno recente, e, após o surgimento do capitalismo, a sua importância teórica e conceitual para explicar as conexões produtivas, de circulação e consumo são inquestionáveis. Nas palavras de Moreira (2012), a origem da sociedade em rede está associada ao

[...] desenvolvimento dos meios de transferência (transporte, comunicações e transmissão de energia), característica essencial da organização espacial da sociedade moderna – uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e à movimentação de pessoas, objetos e capitais sobre os territórios – tem lugar a mudança, associada à rapidez do aumento da densidade e da escala de circulação. (MOREIRA, 2012, p.170).

A modernização e a intensidade das redes, assim como as sucessivas revoluções indústrias, amparadas em aportes técnicos, na ciência e nos meios informacionais proporcionam às cidades e as pessoas outra configuração no modo de gerir, produzir, consumir, relacionar e fazer circular bens materiais e imateriais. “O eixo norteador desse rearranjo é o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho e das trocas [...], sendo que as cidades se transformam em nós de uma trama” (MOREIRA, 2012, p.171-172), envolvendo relações dialéticas.

Com relação à importância das redes, Dias (2001) afere que a sua densificação regional, nacional ou internacional, é condição à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas. Neste sentido, afirma-se que, na reprodução de capitais e na circulação de mercadorias, quanto mais densa é a rede em que se está inserida, mais rapidamente os agentes se beneficiam dela. E quanto mais densa é a rede técnica e informacional das empresas mais competitivas elas se apresentam.

Considerando que, “num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas” (SANTOS, 1996, p.214), os processos principais a que servem a rede de circulação e comunicação são hierarquizados. Essa desigualdade condiciona a inserção dos espaços e subespaços na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) de forma diferenciada em seus papéis. O que está em questão é que o processo de produção do espaço urbano ocorre, hoje, a partir da universalização da divisão do trabalho e das trocas, em função das estratégias gerais da formação econômica da sociedade capitalista. (CARLOS, 1994, p.98).

É interessante ressaltar que, independente da intensidade com que as redes são usadas, há conexão entre os circuitos produtivos, circulação, distribuição e consumo de mercadorias. É nesta direção que, Castells (1999) reconhece a sociedade contemporânea como

“sociedade em redes” e o espaço como um “espaço de fluxos”. De acordo com o autor, é necessário atentar para a ocorrência de que a sociedade está,

[...] construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos da informação, fluxos da tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, som e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Nesse caso, o suporte material dos processos dominantes em nossas sociedades será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e proporcionam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo. (CASTELLS, 2007, p.501).

O desenvolvimento do transporte e dos meios de comunicação permite fluidez e a união de lugares longínquos, de pessoas distantes, unificando o mundo. Ao eliminar barreiras, as redes promovem a mobilidade territorial por meio do aparente encurtamento das distâncias, mas não rompe com as desigualdades entre os lugares.

Em um mundo marcado por processos de globalização, comandados por redes construídas pelas grandes corporações comerciais financeiras e industriais, nem assim, esses conseguem ter pleno controle espacial. Pois, por todo o espaço ocorrem reações sociopolíticas, culturais e econômicas que contrariam a lógica dominante do capital e faz proliferar economias e circuitos ilegais, gerados por processos de exclusão acendidos pela própria dinâmica capitalista moderna.

Dentre as velhas práticas comerciais exercidas no espaço urbano tem-se o comércio realizado por vendedores ambulantes que, de acordo com Singer e Pochmann (2001), podem ser definidos em três grupos: vendedores em ponto fixos, em trânsito ou em sinal de trânsito.

O Ministério da Administração Interna e do Comércio e Turismo, por meio do Decreto-Lei nº 122/79, de 08 de maio de 1979, considera ambulantes os que:

- ✓ Transportando as mercadorias do seu comércio, por si ou por qualquer meio adequado, as vendam ao público consumidor pelos lugares do seu trânsito;
- ✓ Fora dos mercados municipais e em locais fixos demarcados pelas câmaras municipais, vendam as mercadorias que transportem, utilizando na venda os seus meios próprios ou que à sua disposição sejam postos pelas referidas câmaras;
- ✓ Transportando a sua mercadoria em veículos, neles efetuem a respectiva venda, quer pelos lugares do seu trânsito, quer em locais fixos, demarcados pelas câmaras competentes fora dos mercados municipais;
- ✓ Utilizando veículos automóveis ou reboques, neles confeccionem na via pública ou em locais para o efeito determinados pelas câmaras municipais, refeições ligeiras ou outros produtos comestíveis preparados de forma tradicional.

A existência do trabalho e de formas de comércio informais, como a venda ambulante, são uma realidade no Brasil e precisa ser estudada pelas ciências. Dentre eles, a Geografia tem se dedicado à compreensão do trabalho e da classe trabalhadora. A interpretação crítica do que está acontecendo no interior das relações de trabalho, proporcionadas em grande medida pela flexibilidade no modo de produção, intensificado com as sucessivas modernizações tecnológicas dos parques industriais e da agricultura, leva a crer que esses mecanismos culminam no desemprego e esses trabalhadores, por ora estão excluídos no setor formal de trabalho têm buscado como meio de sobrevivência o trabalho informal.

Lagoa da Prata (MG), assim como as demais cidades brasileiras, tem presenciado reordenamentos na forma de produzir e nas relações de trabalho. Diante destes reordenamentos a informalidade apresenta-se como meio de trabalho para muitos homens e mulheres, que dedicam-se à venda de mercadorias variadas e em caráter ambulante. É com o intuito de se conhecer a dinâmica produtiva de Lagoa da Prata (MG), que se constrói o segundo capítulo, em que se analisa seu circuito produtivo e a importância de parte deste circuito para a manutenção de empregos formais e informais na cidade, dentre eles o vendedor ambulante, sujeito desta pesquisa.

2 LAGOA DA PRATA (MG) E O COMÉRCIO INFORMAL

O presente capítulo tem por objetivo expor a constituição territorial e econômica de Lagoa da Prata (MG), a fim de caracterizar a área de pesquisa. Também discute-se sobre os processos de remodelagem na gestão e no uso de formas flexíveis de contratação da força de trabalho, proporcionados pelas empresas Usina Luciânia⁸, Embaré Indústria Alimentícia S.A.⁹ e as que abastecem o comércio informal realizado por trabalhadores informais na referida cidade. Apresenta-se ainda um setor produtivo de Lagoa da Prata (MG), composto por micro e pequenas empresas, originadas a partir da necessidade de abastecimento do comércio informal, que fornecem empregos formais e informais para cidadãos lagopratenses.

Como mostrado no primeiro capítulo, o uso de formas flexíveis de contratação da força de trabalho precariza as relações de trabalho e a vida cotidiana do trabalhador, inserindo alguns deles na condição de desempregados. Assim, a informalidade aparece como campo de trabalho para muitos trabalhadores, seja por necessidade ou por escolha em função de uma série de fatores, como acontece com colocadores de rifa¹⁰ e vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG).

2.1 O Universo da Pesquisa: Lagoa da Prata, um pedacinho de chão mineiro

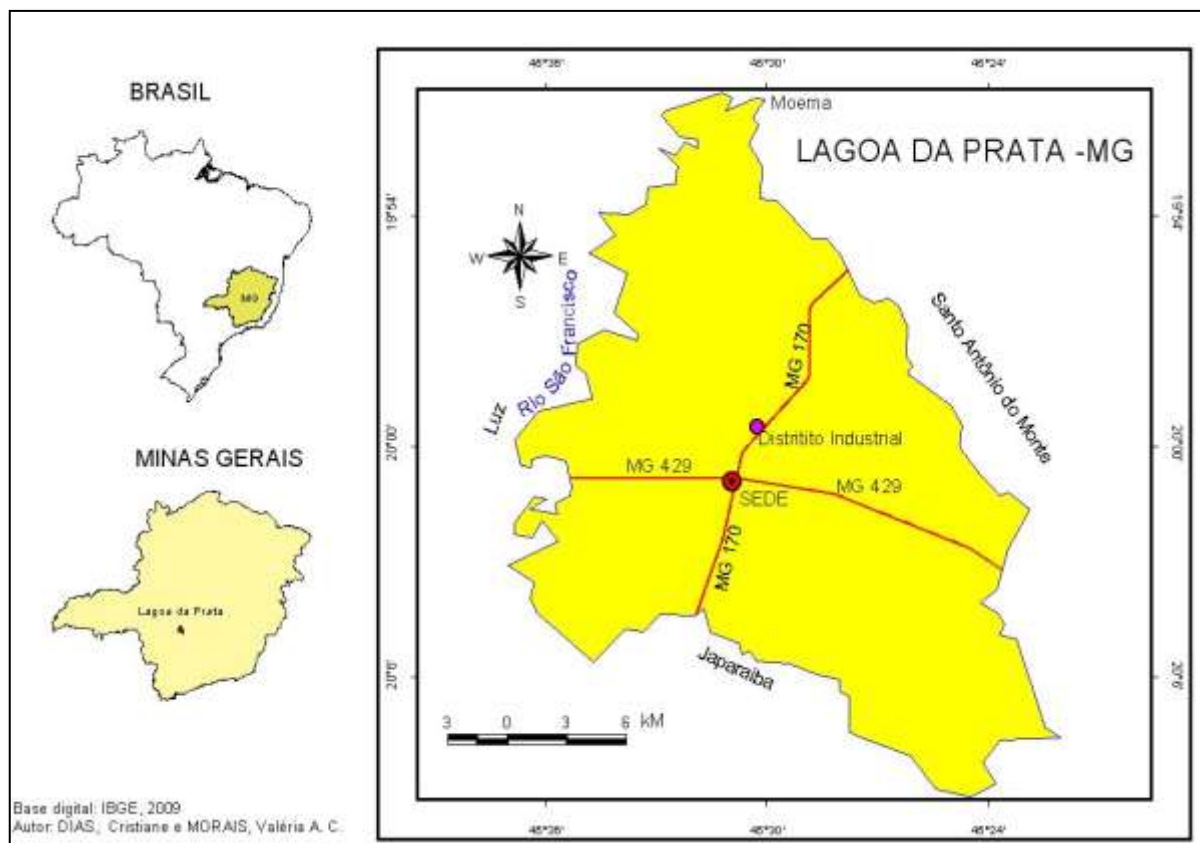
Lagoa da Prata é conhecida como capital da rifa. Está localizada na região Sudeste do Brasil, no Centro-oeste mineiro, na microrregião administrativa de Bom Despacho e na região do Alto São Francisco. O limite fronteiro apresenta-se da seguinte forma: Santo Antônio do Monte a leste; Moema ao norte; Japaraíba ao sul e Luz a oeste (IBGE, 2014), como apresenta o Mapa 1.

A cidade de Lagoa da Prata está a 20°06'22'' latitude Sul e 45°36'37'' longitude Oeste, distante 211km da capital mineira, Belo Horizonte; 683km do Rio de Janeiro e 754km de São Paulo, os principais centros econômicos da região Sudeste. Está a aproximadamente 30km da BR 262, rodovia que liga diretamente Lagoa da Prata ao Espírito Santo e ao Centro-Oeste do país. (IBGE,2014).

⁸ Empresa sucroenergética, que se dedica à produção de álcool, açúcar e energia elétrica.

⁹ Empresa que atua no ramo de laticínios.

¹⁰ De acordo com informações colhidas e registradas em diário de campo, colocador de rifas é uma expressão utilizada pelos moradores de Lagoa da Prata (MG) e cidades vizinhas para nomear as pessoas que se dedicam ao trabalho com as cartelas de rifas.



Mapa 1 – Lagoa da Prata - MG.

Autores: DIAS, Cristiane; MORAIS, Valéria A.C. (2014).

O município também é servido por duas rodovias estaduais, a MG 429 e a MG 170, que se une a BR 262, favorecendo a mobilidade de pessoas e mercadorias para outras regiões brasileiras. De acordo com as Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2007), Lagoa da Prata (MG) no âmbito da rede urbana brasileira está classificada como Centro de Zona B, o que equivale a dizer que se relaciona com outros 16 municípios, favorecendo à circulação de bens e pessoas na sua área de influência (IBGE, 2008). Além disso, a área territorial do município é de 438km², onde estão distribuídos 45.984 habitantes, segundo o IBGE (2010), sendo considerada uma cidade pequena.

O povoamento de Lagoa da Prata deu-se em função da decadência do ouro na Província de Tiradentes (MG), ocasionando a evasão de mineradoras de ouro para Goiás Velho (GO) e Paracatu (MG). Este movimento de migrantes acarretou um deslocamento de pessoas para as margens do Rio São Francisco, dando início ao povoado de Escorruptilho, um pequeno lugarejo em que alguns migrantes se fixaram.

No século XIX, o então coronel Carlos José Bernardes Sobrinho funda um pequeno povoado denominado Retiro do Pântano e transfere toda a estrutura do Escorruptilho para esse local. Em 1862, o povoado recebe o nome de Lagoa da Prata. Segundo narrativas de pessoas

idosas do município, obtidas através de trabalhos de campo e registros em diários de campo, a origem do nome atual do município deve-se à passagem de quatro evangelizadores pela cidade em uma peregrinação. Segundo as narrativas, os missionários se encantaram com a beleza da lagoa e sugeriram que o nome da cidade deveria ser Lagoa da Prata.

Corroborando com as narrativas, Oliveira (1998) relata que, quando os Missionários Franciscanos chegaram naquelas terras e avistou aquela linda lagoa de águas limpas (Foto 1), que refletia em seus olhos a cor prateada resultante da mistura do azul celeste com o brilho dos raios solares, sugeriram que o nome da cidade deveria fazer alusão à referida lagoa. Daí a denominação Lagoa da Prata em substituição ao gentílico Retiro do Pântano.



Foto 1 – Lagoa que deu nome à cidade de Lagoa da Prata (2014).

Autor: MORAIS, Valéria A.C.

Fonte: Arquivo pessoal.

A referida lagoa possui uma área total de 750.000m² com 600 metros de orla. Em 1968, a lagoa foi transformada pela Prefeitura Municipal da cidade em uma área de lazer, conhecida como Praia Municipal. Em frente a ela, está localizada a praça de eventos denominada “Praça dos Trabalhadores”. Em seu centro encontra-se a estátua da “Mulher Canavieira”, a qual foi construída pelo artista plástico lagopratense Heleno Nunes para homenagear as mulheres que se dedicaram ao corte manual da cana-de-açúcar na região.

Em 1916, a via férrea chegou a Lagoa da Prata, inserindo a cidade na rede de transporte ferroviário, conectando-se diretamente a outras cidades da região mineira. A

presença da ferrovia favoreceu a aplicação de capital na cidade e o escoamento de mercadorias, o que motivou a instalação da Usina São Francisco, atual Usina Luciânia, às margens da lagoa. (IBGE, 2010).

Lagoa da Prata tem sua economia pautada na agropecuária, principalmente a criação de gado leiteiro para o abastecimento da Embaré Indústria Alimentícia S/A e o cultivo da cana-de-açúcar para abastecer a indústria sucroenergética Usina Luciânia, desde 2000 sob a direção da multinacional Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A. Empresa mundialmente conhecida e classificada como uma das maiores negociadoras de grãos, sementes oleaginosas, açúcar, café, arroz, algodão, suco de laranja e biocombustíveis. Os índices populacionais da referida cidade estão expressos na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução da população de Lagoa da Prata (MG), de 1940/2010.

População	Décadas							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	2.189	3.208	6.853	12.306	2.0004	2.8108	37.890	44.938
Rural	3.855	7.396	7.021	5.956	4.257	2.708	847	1.046

Fonte: Censo populacional do Brasil, IBGE, 2013.

Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Os dados expressos acima revelam que, na década de 1940, a maior parte da população de Lagoa da Prata era rural. No entanto, duas décadas a seguir a população urbana apresenta dinâmico crescimento, representando mais de 300% de acréscimo. É possível observar também que a população rural apresenta aumento neste período, embora em menor proporção que a urbana.

O aumento da população no período analisado de 1940/60 está ligado ao fortalecimento da economia agropecuária, proporcionado principalmente pela instalação em 1946 da usina produtora de álcool e açúcar no município e dois anos depois a instalação do Laticínio Lagoa da Prata, atual Embaré. Para além da força de trabalho requisitada para a construção da Usina Luciânia, a mesma também requer mão de obra para o preparo do solo, plantio, manutenção dos canaviais e corte da cana-de-açúcar, quando a usina entra em operação.

As indústrias Embaré e Usina Luciânia demandavam mão de obra especializada que não se encontrava em Lagoa da Prata à época. Assim, houve um processo de migração populacional para a cidade, a qual oferecia postos de trabalho e carecia de mão de obra. Embora as empresas Embaré e Usina Luciânia tenham suas atividades ligadas ao campo, muitos trabalhadores e respectivos familiares residem na zona urbana de Lagoa da Prata, porque a cidade oferece mais atrativos. Além disso, a empresa Embaré oferece empregos na cidade.

O aumento da população rural para o período analisado 1940/60 pode ser explicado pela construção de uma vila rural, próxima à indústria Luciânia, no período de 1945/50, para abrigar os seus trabalhadores, bem como outras vilas rurais nas fazendas da empresa, como a Forquilha, por exemplo.

A década de 1970 pode ser apontada como marco para o início da saída do homem do campo para a cidade de Lagoa da Prata. Muito provavelmente este fenômeno ocorreu devido à oferta de empregos proporcionada pela Usina Luciânia, como plantio dos canaviais, manutenção e corte de cana-de-açúcar, pois nesta década a citada usina “multiplica sua produção inicial, bem como a área inicialmente plantada” (MACIEL, 2010, p.17). A Embaré também amplia sua indústria e passa a oferecer maior número de empregos.

Nesta década teve início em Lagoa da Prata o comércio informal, que abriga trabalhadores, dentre eles, alguns demitidos no período de entressafra da Usina Luciânia. Isto é, durante o período ocioso da empresa, os trabalhadores buscam empregos em outras atividades, por exemplo, a rifa¹¹, transitando da formalidade para a informalidade durante o ano todo.

A cidade apresenta altos índices de crescimento ao longo dos anos em função da presença das empresas de grande porte citadas, assim como pelas dezenas de micro e pequenas empresas ali sediadas. Estas oferecem empregos aos moradores da cidade e constituem centro de distribuição e de abastecimento do comércio informal, realizado pela prática da rifa e a venda ambulante, setor expressivo da economia da cidade.

Para manter este mercado Lagoa da Prata abriga micro e pequenas empresas que se dedicam à confecção, montagem de maletas de maquiagem e de *kits*¹² diversos, que abastecem a rifa e a venda ambulante. Os *kits* são formados por um conjunto de mercadorias, como: bijuterias, peças íntimas, toalhas, lençóis, jogos de cozinha, cortinas, colchas (Foto 2), remédios homeopáticos, perfumaria, afrodisíacos, cosméticos, entre outros, os quais são colocados no circuito do consumo através do trabalhador informal (vendedor ambulante e colocadores de rifa) de Lagoa da Prata.

¹¹ De acordo com (FERNADES; LUFT; GUIMARÃES, 1993), a rifa é o sorteio de qualquer objeto por meio de bilhetes ou cartelas premiadas. Uma prática antiga e muito cotidiana no país. Constitui-se numa espécie de jogo em que se aposta em um número ou bilhete e o apostador que acertar o número ou bilhete premiado recebe um prêmio. Em Lagoa da Prata (MG) a prática da rifa é uma atividade comercial, em que um comerciante dispõe mercadorias no circuito do consumo por meio da colocação de cartelas de rifas em todo território brasileiro. Essa atividade será melhor explicitada no decorrer deste capítulo.

¹² *Kit* é uma palavra de origem inglesa que significa um conjunto de objetos ou materiais agregados para uma finalidade específica.



Foto 2 – Colcha comercializada pelo vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG), 2014.
Fonte: Catálogo de amostras de prêmios oferecidos às revendedoras.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Estas mercadorias são colocadas no circuito de vendas pelo comerciante não lojista¹³ de Lagoa da Prata e pelo rifeiro¹⁴ através do uso do trabalho informal do vendedor ambulante e do colocador de cartelas de rifas. Estas mercadorias são oferecidas como premiação para os ganhadores das cartelas da rifa, assim como para as vendedoras das cartelas desta prática, como veremos adiante com mais detalhes.

Em mapeamento de campo, realizado em 2013, foi possível identificar 58 unidades de micro e pequenas empresas na cidade, as quais empregam elevado número de trabalhadores diretos formais/informais e indiretos em trabalhos domiciliares ou em facções. Percebe-se que o uso de formas flexíveis da força de trabalho e do processo produtivo não é característica exclusiva de grandes empreendimentos. As pequenas firmas também fazem uso destes mecanismos, partilhando a responsabilidade do custo do processo produtivo para outras empresas ou para os próprios trabalhadores, como é o caso dos trabalhos domiciliares.

¹³ Na presente pesquisa denomina-se o proprietário das mercadorias como comerciante não lojista devido às características peculiares que o mesmo apresenta. Ele não tem uma loja ou ponto fixo para expor as mercadorias isentando-se, deste modo, de encargos como aluguel, água, luz, telefone e despesas com impostos para legalização do comércio, expedição de alvará de funcionamento, entre outros. Mas, coloca várias mercadorias no circuito de vendas por meio do trabalho do vendedor ambulante assalariado.

¹⁴ Segundo informações colhidas em campo e anotadas em diário de campo, a denominação rifeiro é dada aos donos das cartelas de rifas e mercadorias a serem colocadas no circuito do consumo pelo colocador de cartelas de rifas.

A oferta de empregos no município pode ser verificada pela avaliação do CAGED, realizada junto a municípios com mais de 30.000 mil habitantes do estado de Minas Gerais, no período de maio de 2012. A pesquisa indica que Lagoa da Prata ocupa a 15ª posição em relação à evolução do emprego formal, no respectivo ano na cidade foram admitidos 735 empregados formais, havendo o desligamento de 365 trabalhadores, obtendo um saldo positivo de 370 trabalhadores.

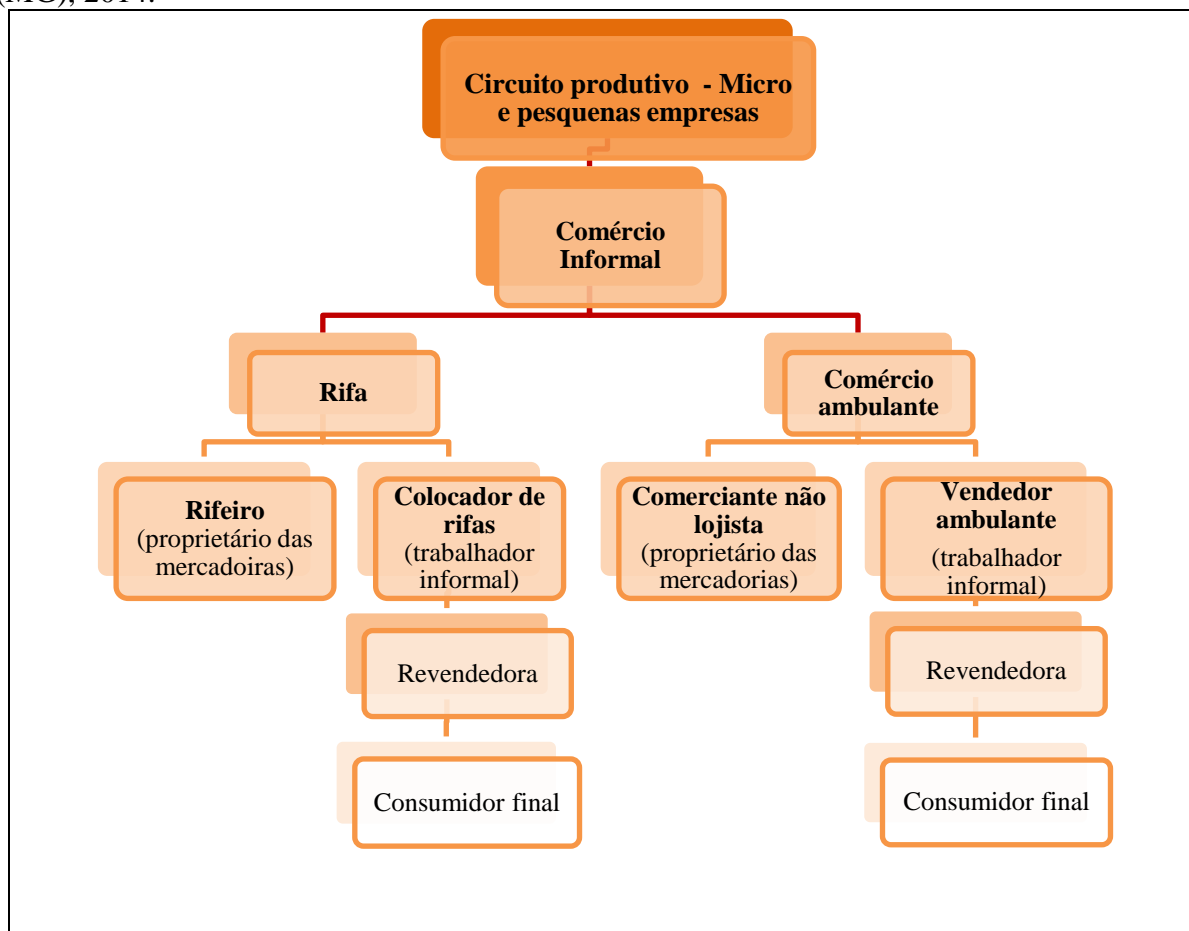
Os dados anteriores sugerem que as empresas de Lagoa da Prata têm gerado empregos formais, contudo, estes não são suficientes para toda a população ativa. A ausência de postos de trabalho formais, para os que dele carecem, pode ser consequência dos reordenamentos na forma de gerir o processo produtivo das grandes empresas, as quais aderem ao uso de formas flexíveis de aquisição da força e uso do trabalho, através da terceirização de determinados setores, mecanização e uso da terra como arrendamentos e parceiras. Todos estes reordenamentos não exclusivos às empresas de Lagoa da Prata intensificam a precarização da força de trabalho.

Como se discutiu anteriormente, o novo modelo produtivo amparado na flexibilidade da contratação da força de trabalho, na alta tecnologia e em formas flexíveis de produção promove o desemprego. Assim, o novo cenário desenhado para o trabalhador lagopratense, somado à aptidão de muitos para o trabalho informal, intensifica no município o uso de velhas práticas de trabalho, como a venda ambulante e a locação de cartelas de rifas, as quais se realizam sob contratos atípicos, ficando os trabalhadores destituídos de todos os direitos garantidos pela Legislação Trabalhista.

Refletindo sobre o circuito produtivo¹⁵ e a distribuição de mercadorias por meio do comércio informal a partir de Lagoa da Prata, elaborou-se o Diagrama 1, que objetiva mostrar a estrutura deste processo de forma simplificada.

¹⁵ A respeito dos circuitos da produção, Santos (1985) afirma que eles ocorrem no espaço de forma desagregada, mas articulada. Sendo assim, a importância que as etapas da produção têm a cada momento histórico e para cada caso particular ajuda-nos a entender e compreender a organização do espaço. Deste modo, todo o ato de produção é obrigatoriamente um ato de produção do espaço, e “como produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção [...] mudam a estrutura e o funcionamento do espaço”. (SANTOS, 1999, p.6).

Diagrama 1 – Circuito produtivo e de distribuição de mercadorias a partir de Lagoa da Prata (MG), 2014.



Fonte: Pesquisa de campo (2013, 2014).

Org.: MORAIS, Valéria A.C. (2014).

O circuito produtivo e o comércio informal, representados na cidade de Lagoa da Prata pelo exercício da colocação de cartelas de rifas premiadas e pela venda ambulante. Isto influi diretamente na organização socioespacial da cidade e redefine o espaço urbano, que passa a abrigar objetos, ações que sustentam o trabalho informal e, conseqüentemente, dinamiza o espaço econômico por meio de recursos financeiros oriundos do circuito inferior (rifeiros, colocadores de rifas, vendedores não lojistas, vendedores ambulantes), que gera divisas para o município e estabelece relações diretas e indiretas com o restante do país.

2.2 O Comércio Informal de Lagoa da Prata (MG): a prática da rifa e a venda ambulante

O comércio informal, representado pelos vendedores em ponto fixo ou em caráter ambulante, costuma ser visto pela sociedade de maneira depreciativa no contexto urbano. Na

contramão deste pensamento, a presente pesquisa entende que o comércio informal com todas as suas derivações é uma forma de suprir lacunas existentes na geração de emprego pela empresa moderna. Pois, na maioria das vezes, muitos trabalhadores inseridos neste tipo de comércio são os excluídos do setor formal de trabalho.

Considera ainda a importância que o comércio informal tem na distribuição de mercadorias, quase sempre, a um preço acessível a significativa parcela de consumidores. Ademais, o comércio informal movimenta o processo produtivo, gerando indiretamente empregos formais e informais em diversas empresas e em todos os circuitos econômicos do espaço urbano e rural. Não podendo, portanto, ser relegado a um plano secundário na análise dos fenômenos urbanos.

Em Lagoa da Prata (MG), o comércio informal tem criado postos de trabalho para inúmeros trabalhadores e tem suscitado o surgimento de várias empresas, as quais dedicam à produção de mercadorias, como: brinquedos de pelúcia, maletas de maquiagem, remédios homeopáticos, roupas íntimas, cama, mesa, banho, bijuterias, sandálias e outras, para o abastecimento deste comércio. A amplitude da atividade também proporcionou o surgimento de distribuidoras atacadistas para o abastecimento deste comércio.

Na presente pesquisa, o comércio informal é representado pela venda ambulante e pela colocação de cartelas de rifas feitas por trabalhadores informais de Lagoa da Prata (MG) em todo o país. É interessante esclarecer que, neste município, as empresas e os atacadistas que abastecem esse comércio surgiram em função da prática da rifa e do comércio ambulante, não o contrário. Assim, é possível afirmar que, este trabalho realizado é a centralidade dos processos de produção, distribuição, circulação, trocas e consumo, formando uma rede de atividades, a qual tem colocado Lagoa da Prata (MG) no cenário econômico nacional.

A centralidade e a importância dos trabalhadores informais mencionados são percebidas por alguns moradores da cidade, como podem ser dimensionadas nos dizeres de Tulipa ao relatar que:

[...] esse menino que sai daqui e vai para o Brasil inteiro, eles devem ser valorizados. [...] Eles é que vendem o que é feito aqui. Se eles não vendem não fabrica, e aí não tem serviço para as costureiras e para um tantão de gente, aí manda as pessoas que trabalha nas fábricas embora e fecha a fábricas [...] (Informação verbal)¹⁶.

A partir do fragmento de entrevista, pode-se aferir a importância dos trabalhadores que se dedicam ao comércio informal para a geração de empregos no município, como o das

¹⁶ Tulipa, 54 anos, nascida e criada em Lagoa da Prata (MG). Informação colhida em entrevista por esta pesquisadora em trabalho de campo, julho, 2013.

costureiras nas confecções ou no âmbito do lar, ressaltando que, muitas têm a condição de informais nas facções.

Não se pode negar que a informalidade, desde sempre, permeou o espaço urbano de Lagoa da Prata (MG), materializada nos trabalhos da construção civil, das vendedoras de cosméticos, das sacoleiras, das domésticas, dos pequenos comércios aquém da legislação comercial e em vários empregos sem carteira assinada. Portanto, a informalidade não é um fenômeno recente.

Contudo, o trabalho informal tornou-se mais intenso em Lagoa da Prata (MG) na década de 1970, quando teve início a prática da rifa que passou a abrigar pessoas em situação de desemprego e alguns trabalhadores demitidos da Usina Luciânia no período de entressafra. Porém, segundo informações colhidas em trabalho de campo, nessa época, frequentemente os trabalhadores na informalidade voltavam ao corte de cana-de-açúcar, porque, apesar de ser um emprego temporário e bastante precarizado, as condições oferecidas pela empresa eram atrativas para o retorno a este setor.

Segundo Oliveira (1998), na década de 1970, estavam envolvidos nesta prática comercial cerca de 400 colocadores de rifas, trabalhadores informais, sendo que aproximadamente 4000 pessoas dependiam desta função laboral. Considerando que o município nesta década, tinha uma população urbana de 12.306 pessoas, segundo IBGE, pode-se dizer que um terço da população dependia desta atividade para sobreviver. O que demonstra a importância da referida atividade para o município na década em questão.

A rifa, o sorteio de qualquer objeto por meio de bilhetes ou cartelas premiadas, é muito praticada por estudantes, entidades religiosas e sociais como forma de arrecadação de dinheiro para um fim qualquer. Constitui-se em uma espécie de jogo, em que se aposta em um nome ou número qualquer e o apostador sorteado recebe a premiação previamente estabelecida. Do ponto de vista jurídico é uma atividade ilegal por não pagar impostos e por descumprir leis controladoras das atividades comerciais e trabalhistas.

Em Lagoa da Prata (MG) a prática da rifa é uma atividade comercial, em que o rifeiro coloca mercadorias no circuito do consumo através de cartelas de rifas em todo o território brasileiro. O rifeiro, proprietário das mercadorias, adquire-as nas pequenas e médias indústrias e atacadistas localizadas em Lagoa da Prata (MG) ou junto a atacadistas e indústrias localizadas em outras regiões do país. Este sujeito não possui um ponto fixo para a venda destas mercadorias, geralmente adquiridas em grande quantidade.

O rifeiro contrata informalmente o colocador de rifas para o trabalho informal. O colocador de rifa recebe uma comissão sobre as vendas, sem um salário fixo. O ganho do

rifeiro depende diretamente da capacidade do colocador de rifas em distribuir as cartelas e receber o valor referente às mesmas.

O colocador de rifas distribui as cartelas a outras pessoas, geralmente mulheres que possuem outras atividades formais ou desempregadas. A cartela é entregue mediante o compromisso de pagamento informal do valor da mesma após um período de tempo, que varia de trinta a cinquenta dias. Ao assumir o compromisso de pagamento da cartela, a revendedora assina uma nota promissória, sem valor legal, mas que serve como mecanismo de pressão para a efetuação do pagamento da dívida assumida junto ao colocador de cartelas de rifas.

A variação do tempo de recebimento das mercadorias ocorre em função da distância das localidades trabalhadas e Lagoa da Prata (MG). Deste modo, quanto mais distante, mais dias as pessoas que adquirem a cartela de rifas têm para efetuar o pagamento da mesma. As pessoas, que assumem a dívida com o colocador de rifas, circulam a cartela entre os apostadores e se responsabilizam pelo pagamento integral do valor dela àquele, independente de vender integralmente ou não a cartela.

A cartela circula, oferecendo como brinde uma das mercadorias adquiridas pelo rifeiro em Lagoa da Prata (MG). Premia-se um ganhador por cada cartela e também a pessoa que circula a rifa. Todo este processo é feito de forma informal, sem nenhum contrato de trabalho e sem garantias de recebimento do dinheiro ou do brinde. Neste sentido, a velha prática da rifa é travestida de novos arranjos no intuito de ampliar a reprodução do capital.

Segundo José Eustáquio Moraes, ex-colocador de rifas e escritor da obra *Os rifeiros e a revolução de uma cidade* (2012), os rifeiros, donos das cartelas de rifas e mercadorias a serem colocadas no circuito de vendas, são comerciantes informais que, até meados da década 1980, adquiriam em São Paulo e no Paraguai algumas mercadorias de pouco valor comercial, como: relógios, quadros de paisagens, imagens de santos e artistas famosos, colchas, brinquedos de pelúcia, cartelas de rifas e as colocavam novamente no mercado consumidor através do colocador de rifas.

Conforme Moraes (2012), a expressão colocador de rifas foi criada por Jair Zueira, primeiro colocador de rifas de Lagoa da Prata (MG) com o intuito de nomear as pessoas que trabalhavam com elas. A expressão advém do fato do colocador de rifas não negociar mercadorias em si, pois o seu trabalho consiste em encontrar pessoas em todo o território brasileiro disposta a adquirir uma cartela de rifa, vendê-la e receber pelo trabalho prestado uma mercadoria na forma de brinde.

O colocador de rifas é o sujeito responsável por fazer viagens em todo o território brasileiro, vendendo cartelas com nomes ou números premiados. Neste contexto, os

colocadores não se reconhecem enquanto vendedores das mercadorias, pois “os colocadores de rifa trabalham apenas com uma cartela de rifa e a promessa de que voltam para receber o valor pré-estabelecido com a vendedora no ato da aquisição da cartela, na qual consta o bilhete premiado e assim premiar a vendedora da cartela e a apostadora do sorteio da rifa”. (MORAES, 2012, p.13). Na verdade, os colocadores de rifa vendem a cartela premiada.

Pela aquisição da cartela premiada a compradora recebe um prêmio; em geral, um brinquedo de pelúcia ou uma maleta de maquiagem, que nada mais é do que o incentivo para a aquisição da cartela de rifa. Tem-se, assim, o início de uma rede que se consolida em todo o país, movimentando milhares de reais por ano e que liga o circuito superior¹⁷ ao circuito inferior, o formal ao informal, como se verá mais adiante. Entende-se que tal prática é uma forma de precarização do trabalho, inserindo milhares de trabalhadores na situação de “sem direitos”, empregados temporários, informais.

A cartela da rifa compõe o imaginário popular ligado ao jogo e à disputa entre as pessoas concorrentes à premiação. A conquista de um brinde alimenta o sonho de muitos, que jogam nesta e em outras formas de jogo, a exemplo do jogo do bicho. Por muito tempo a rifa foi bastante popular por oferecer produtos que não eram encontrados nas lojas, principalmente de pequenas cidades, como os grandes brinquedos de pelúcia, um sonho de muitas crianças. Hoje, com um comércio mais diversificado, já é possível encontrar estes produtos em lojas de brinquedos. Todavia, a disputa e o poder ganhar algo em um jogo sustentam a atividade da rifa, gerando milhares de empregos formais e informais em todo o país.

Por causa da expansão da atividade e a crescente necessidade de mercadorias para o seu abastecimento, teve início na década de 1990 em Lagoa da Prata (MG) pequenas empresas de fabricação de brinquedos de pelúcia, embora as técnicas utilizadas para a fabricação dos brinquedos fossem rudimentares. Este movimento agregou também mais um setor, o de confecção de vestuário, o qual absorve mão de obra antes inserida em outras funções na cidade, além de atrair trabalhadores de outras regiões do país, alimentando a rede apresentada, inclusive como consumidores destas mercadorias.

Neste contexto, Lagoa da Prata (MG) que tinha suas atividades econômicas pautadas, principalmente nas grandes e modernas empresas Usina Luciânia e Embaré,

¹⁷ O circuito superior compreende as atividades capital-intensivas, realizadas em grandes escalas geométricas, apresentando um planejamento sofisticado, utilizando informações elaboradas, técnicas modernas. O circuito inferior compreende as atividades trabalho-intensivas, realizadas, frequentemente, em pequenos empreendimentos e nas escalas geométricas pequenas, sem planejamento sofisticado, denotando uma escassez de informações estratégicas, empregando técnicas arcaicas ou tradicionais (BICUDO, 2006). Para saber mais do assunto, busque em Espaço Dividido de Milton Santos, 1979.

presenciou o surgimento de micro e pequenas empresas destinadas a abastecer o comércio da rifa. Um circuito produtivo menos moderno e aplicação de baixo capital, que passou a compor com as empresas existentes a economia lagoapratense e, por consequência, criou novos postos de trabalho para a população local.

Estas empresas também proporcionam a conectividade com outros circuitos de produção e distribuição para além Lagoa da Prata (MG), devido à necessidade de matérias-primas como, por exemplo, tecidos sintéticos e de algodão para a confecção dos brinquedos de pelúcia e roupas para os mesmos, olhos, narizes, linhas, enchimento e aquisição de maquinarias necessárias ao processo produtivo. O circuito produtivo e de distribuição de mercadorias têm conectividade com outros estados em dois sentidos: o da aquisição de produtos para o processo produtivo e a distribuição e circulação de mercadorias confeccionadas nestas empresas para todo o território.

Milton Santos (2008) ao se referir à abrangência espacial dos circuitos de produção, afirma que “uma cidade pode não manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora de seu país”. (SANTOS, 2008, p.55). Portanto, pode-se afirmar que a abrangência espacial de Lagoa da Prata (MG) extrapola os limites local, regional e nacional. Daí ser importante destacar o pensamento de Santos (1996), quando acena para a necessidade de se entender o espaço como um conjunto de objetos e ações indissociáveis, solidárias e contraditórias, mas que devem ser considerados integralmente.

Este movimento de criação de um novo circuito produtivo promove a necessidade de algumas atividades laborais, como: o prestador de serviços em máquinas de costuras, costureiras, motoboys, bordadeiras, cortadoras de moldes para as fábricas de brinquedos de pelúcia, geralmente realizadas em regime de trabalho temporário e parcial. Tudo isso incide diretamente na economia do município. A importância da rifa e das atividades que a sustenta podem ser apreendidas no fragmento da entrevista com Daniel Venâncio, gerente comercial de uma sapataria em Lagoa da Prata (MG). Em suas palavras a

[...] a rifa teve uma forte influência na cidade e no comércio. É uma atividade informal que emprega muita gente. Deu uma injeção na economia da cidade, principalmente, de 1992 a 1998 que nós tivemos uma expansão grande, o poder aquisitivo das pessoas aumentou muito. Foi um progresso ilícito, mas, muito visível. As pessoas construíram fábricas para produzirem para os rifeiros e os empregos aumentaram [...]. (MORAIS 2009, p.122).¹⁸

¹⁸ Fragmento de entrevista retirado do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Geografia, intitulado: *A expansão da atividade canavieira e a precarização do trabalhador de Lagoa da Prata (MG)*, de 2009.

De acordo com o entrevistado, a atividade da rifa dinamizou a economia local e suscitou um novo circuito produtivo na cidade durante a década de 1990. Este processo reproduziu-se e transformou-se, permitindo a continuidade do comércio informal e do circuito produtivo abastecedor deste setor até hoje.

Desta forma, criou-se no município um conjunto de objetos e ações, que possibilitaram a produção e reprodução da atividade comercial informal. O conjunto de objetos criados no espaço local para dar suporte à atividade informal cristaliza-se no espaço urbano lagopratense, configurando uma organização socioespacial construída pelos empreendedores da atividade.

Quanto à dimensão espacial alcançada pela atividade, assevera-se que ela extrapolou os limites fronteiriços brasileiros, pois “os colocadores de rifa foram trabalhar em Santa Cruz de La Sierra, Corumbá e Assunção, capital do Paraguai”. (MORAES, 2012, p.16). Percebe-se que, o direcionamento de pessoas, mercadorias e capital nos sentidos Brasil/Paraguai/Brasil. O desenvolvimento da atividade informal no município foi tão intenso, que afirmara-se que a maior parte do capital circulado em Lagoa da Prata é resultante da atividade dos colocadores de rifas (MORAES, 2012).

A ilegalidade da prática da rifa, a saturação do mercado consumidor e a necessidade de renovação da atividade apresentou, em 2000, indícios de esgotamento, tornando-se uma atividade secundária para os empreendedores da informalidade. Sobre isso Moraes (2012, p.94) afirma que:

[...] depois de três décadas, assiste-se ao final dos trabalhos com cartelas de rifas. Entregamos tudo pronto para os novatos, para os novos “Júlios Césares”. [...]. O trabalho informal toma forma com cara e rostos definidos. E se torna vitalício. (MORAES, 2012, p.94).

Com relação ao fim da atividade da rifa mencionada pelo autor, esta pesquisa aponta que, há uma persistência da mesma, pois ainda se presencia muitas pessoas trabalhando com a rifa. Contudo, foi possível verificar nas visitas a campo que a atividade mais expressiva atualmente e que abriga maior número de trabalhadores informais em Lagoa da Prata (MG), é a venda ambulante de mercadorias adquiridas na cidade e nos atacadistas para este fim.

Nesse novo cenário, alguns sujeitos são redirecionados na prática informal, alguns rifeiros transformaram-se em comerciantes não lojistas, donos das mercadorias colocadas no circuito de vendas. Ele não tem uma loja ou ponto fixo, onde as mercadorias são expostas, isenta-se de aplicação de capital fixo no pagamento de aluguel, construção de um ponto comercial, água, luz, telefone. Isto infere em possibilidades de ampliação de lucros.

Alguns colocadores de rifas passam a transitar entre a atividade de colocação de cartelas e a venda ambulante. Outros se dedicam exclusivamente a venda ambulante e outros à rifa, indicando multifuncionalidade dos trabalhadores e flexibilidade nas funções e nas múltiplas práticas comerciais.

Quando se fala em vendedor ambulante, é comum ajuizar ser o trabalhador por conta própria, o qual vende mercadorias de baixo valor em vias públicas: ruas, calçadas, praças; com ou sem permissão oficial dos órgãos regulamentadores desta prática. O vendedor ambulante, da presente pesquisa, caracteriza-se como trabalhador informal, pois não tem vínculo empregatício formal com o empregador, não possui carteira assinada, encontra-se destituído de todos os benefícios que a lei confere e tem seus rendimentos aferidos por comissões. Em Lagoa da Prata (MG), os rendimentos dos vendedores ambulantes não são efetivados pelas mercadorias vendidas e sim pelas mercadorias recebidas.

Visualiza-se a importância do comércio informal para Lagoa da Prata (MG), quando dos setenta sujeitos inquiridos nas entrevistas e questionários, um terço deles afirma que, mais da metade da população atual da cidade - mais de 24.000 pessoas, depende de forma direta ou indireta das atividades da venda ambulante, da rifa e das micro e pequenas empresas sediadas no município a fim de abastecer o comércio informal. Os dados mais uma vez afirmam a centralidade do comércio informal para a economia lagopratense.

Como mencionado anteriormente, o vendedor ambulante, o mascate, os camelôs são parte do comércio urbano e da cultura brasileira, sendo chamados pelo capital para compor a reprodução dele. Por isso, muito comumente estes sujeitos compõem os espaços urbanos.

Quem já não ouviu falar na Rua Vinte e Cinco de Março, em São Paulo, e as praias litorâneas povoadas de barraquinhas e vendedores ambulantes, perambulando pelas areias a comercializar frutas tropicais, picolés, sorvetes, bugigangas das mais diversas? As cidades grandes ou pequenas, geralmente possuem feiras dominicais e que variam em tamanho, mas não deixam de atrair clientela. Convém lembrar uma estrofe da canção “De frente pro crime” do célebre João Bosco:

Veio o camelô vender anel
Cordão, perfume barato
Baiana vai fazer pastel
E um bom churrasco de gato...

No intuito de valorização destes sujeitos compõem-se o espaço urbano, sendo em certa medida frutos de reordenamentos do modelo econômico capitalista, que lança diariamente

milhares de trabalhadores ao desemprego. Muitos estudiosos tentam entendê-los, a fim de desvendar as formas de vida destes trabalhadores, seu cotidiano, suas mazelas. Dentre eles, encontra-se Costa (1989) com a obra *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*, na qual explicita a vida cotidiana dos vendedores ambulantes no espaço urbano de São Paulo.

Na pesquisa supracitada, Costa (1989) revela o vendedor ambulante como ator do *espaço-bolha*, dinamizando e desempenhando papéis específicos para os usuários deste espaço, preenchendo necessidades e cumprindo certas funções em determinadas zonas da cidade não projetadas para este fim. Por isso, a autora revela não ser possível estudar o ambulante separado do espaço urbano, pois aquele é o próprio ator deste.

Em Lagoa da Prata (MG), a atividade informal tem impulsionado a economia da cidade, proporcionado vários empregos, suscitado o surgimento de um circuito produtivo dedicado ao abastecimento do comércio informal, promovendo inúmeros postos de trabalho.

2.3 Abastecimento do Comércio Informal em Lagoa da Prata (MG): pequenas e micro empresas e atacadistas

As micro e pequenas empresas dedicadas ao abastecimento do comércio informal, realizado a partir de Lagoa da Prata (MG) promovem a interação da cidade a outros circuitos espaciais. Isto porque necessitam de aquisição de matéria-prima para o circuito produtivo e, para tanto, recorrem a outras cidades, estados, circuitos produtivos e de comercialização.

Constantemente as empresas de confecção necessitam de aquisição de maquinários, tecidos de algodão, elásticos, rendas, tule, microfibras, elastano, fibras sintéticas para a confecção de *lingerie* e dos brinquedos de pelúcia, os quais não são encontrados em Lagoa da Prata (MG), necessitando recorrer a outros estados e circuitos. O que afirma a proposição tecida por Marx (2011), de que o processo de consumo é imediatamente relacionado a produção, assim como a produção é imediatamente ao consumo. Conforme informações obtidas no trabalho de campo, o estado de São Paulo é o mais procurado para abastecimento do referido setor.

As fábricas que trabalham com a montagem de maletas de maquiagem, perfumaria, afrodisíacos e cosméticos também necessitam buscar outros estados para a aquisição de material. Segundo informações obtidas por esta pesquisadora em trabalho de campo, a maioria destas empresas adquirem mercadorias necessárias na cidade de São Paulo, na Feira da

Madrugada, situada na Avenida Vinte e Cinco de Março. Já a aquisição de produtos de higiene pessoal (produtos capilares e creme hidratante) é feita em Anápolis (GO).

É plausível, portanto, afirmar que as empresas abastecedoras do comércio informal de Lagoa da Prata (MG) promovem interações espaciais com outros estados brasileiros, através do deslocamento de matérias-primas e capitais. De acordo com Corrêa (1997), as interações espaciais podem ser definitivas, sazonais e pendulares, podendo ocorrer entre países, fábricas, por meio de circulação de mercadorias.

As interações espaciais conotam o movimento constante de ir e vir, não como meros pontos de conectividade ou ligações, mas num constante movimento de bens materiais, imateriais e capital, que partem em diversas direções e promovem movimentações e materializações na rede urbana. Por isso, acredita-se que o espaço urbano é “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”. (CORRÊA, 2005, p.105).

Não é possível apontar a intensidade das interações comerciais e espaciais entre Lagoa da Prata (MG) e outras cidades, nem em que condições elas são realizadas, se formal ou informalmente, se legal ou ilegalmente, uma vez que não se teve acesso à essas informações. Em contrapartida, inquestionavelmente o circuito da produção e distribuição para o comércio informal de Lagoa da Prata (MG) mantêm relações diretas/índiretas com outros circuitos produtivos e distribuidores. Nesta perspectiva, Santos (1996) alerta para a necessidade de um olhar cuidadoso e atencioso para a dialética do território, onde estão inseridos os circuitos espaciais produtivos e a rede que os sustenta. Então, não cabe aqui tecer alusões à dualidade dos circuitos da economia urbana, entre formalidade e informalidade, uma vez que esses se nutrem constantemente.

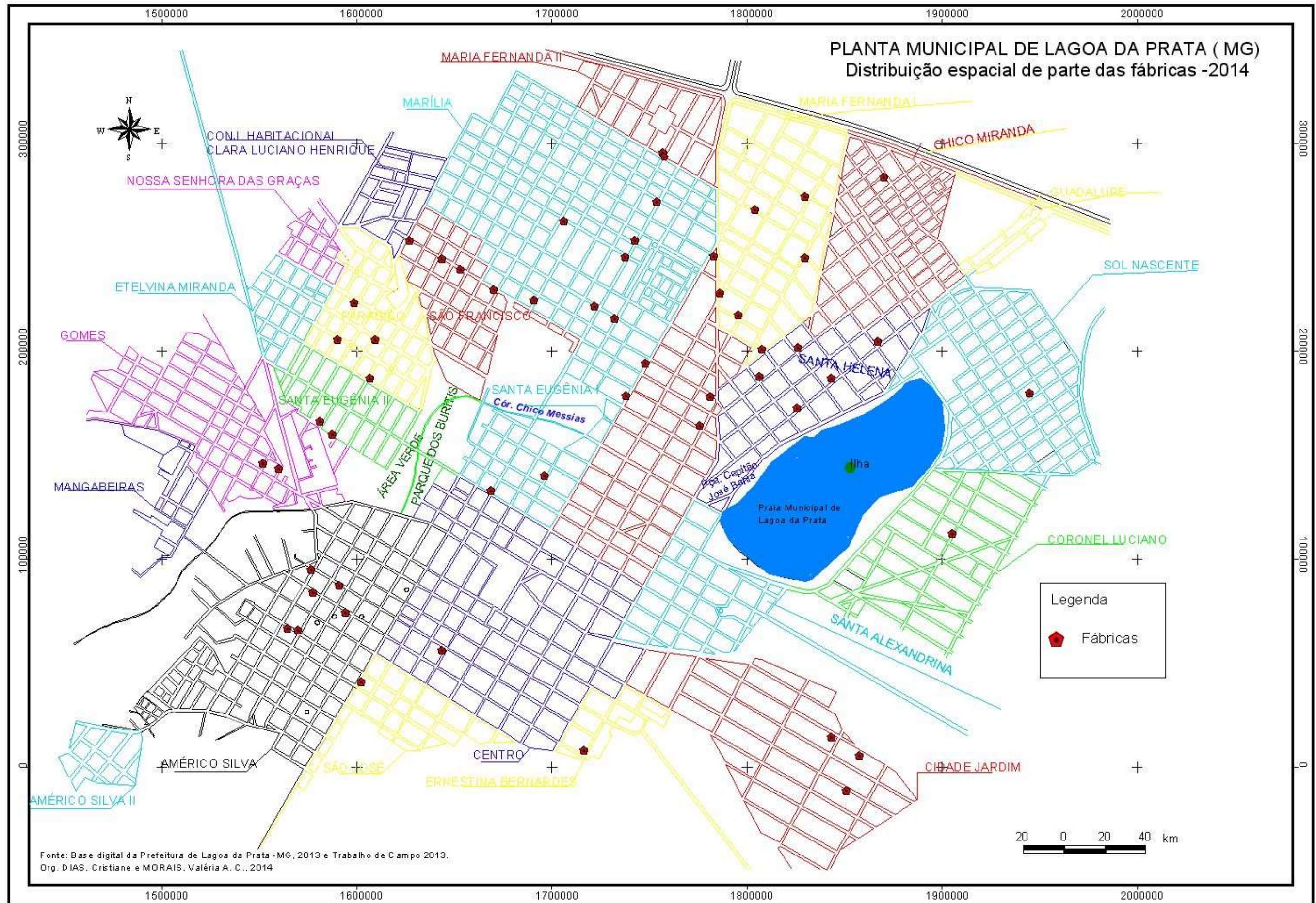
Dimensionar a amplitude e a frequência das relações espaciais ditadas pelos fluxos de mercadorias e pessoas de Lagoa da Prata (MG) para outras regiões e vice-versa, constituíram-se em obstáculo na presente pesquisa. Santos (1988, p.77) alerta para a dificuldade em se obter dados, uma vez que a “análise de fluxos se constitui em uma tarefa árdua, pela ausência de números”. A informalidade apresenta-se como elemento intensificador desta dificuldade devido à ausência de dados oficiais para a fluidez de mercadorias e pessoas a partir de Lagoa da Prata (MG). Sendo assim, a análise deve ser qualitativa.

Em relação ao tamanho das empresas, são micro e pequenas empresas, importantes geradoras de mão de obra para o município, considerando que algumas chegam a empregar mais de 100 pessoas. A exemplo de empregos gerados nas indústrias abastecedoras do comércio informal de Lagoa da Prata (MG) cita-se a Indústria Comércio Pelúcia Marcelino

Ltda, uma das empresas mapeadas. Segundo o proprietário, em janeiro de 2013, a empresa proporcionava empregos a 30 funcionários formais com registro de carteira assinada e 40 trabalhadoras domiciliares, as quais comumente têm sua renda por produtividade.

No intuito de se estimar quantitativamente as empresas abastecedoras do comércio informal realizado por moradores de Lagoa da Prata (MG), realizou-se um mapeamento no período de 10 a 20 de julho de 2013. Durante o mapeamento, identificou-se 58 empresas ligadas às atividades de confecção, montagem de maletas de maquiagem e *kits* diversos, conforme mostra o Mapa 2. A identificação das empresas e as atividades por elas realizadas ocorreu no contato com os moradores da cidade, sendo que a porcentagem delas, quanto à formalidade/informalidade não foi possível.

Se se considerar que, pelo menos a metade delas proporcione a média de postos de empregos gerados pela Indústria Comércio Pelúcia Marcelino Ltda., obtêm-se um número equivalente a 2030 vagas de trabalho formais/informais, sem se considerar os empregos gerados pelas outras 29 empresas. Se levarmos em consideração os empregos indiretos, embora sem os dados exatos, observamos a importância da prática na economia da cidade.



No cenário nacional, de acordo com o IBGE (2012), as pequenas e médias empresas brasileiras representam 20% (R\$ 700 bilhões) do Produto Interno Brasileiro (PIB), são responsáveis por 60% (56, 4 milhões de empregos) dos 94 milhões de empregos no país. Sendo que, a maior parte dos negócios situa-se na região Sudeste do Brasil, com quase três milhões de empresas, nas quais se inserem algumas empresas de confecção com sede em Lagoa da Prata (MG). Os dados elencados indicam o poder de geração de empregos e renda que as pequenas e médias empresas possuem, sinalizando que elas empregam mais pessoas do que as grandes empresas na cidade.

O setor de confecções tem sido alvo de atuação do Estado. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) investiu R\$ 1.264 milhões de reais no setor têxtil e de confecção, no período de janeiro a julho de 2011, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil. (ABIT, 2013). Ao investir na cadeia produtiva têxtil e de confecções o BNDES estimula os setores de exportação de mercadorias, o mercado interno de produção de algodão, o mercado interno produtor e de importação de máquinas e equipamentos para esse setor produtivo e o consumo interno de mercadorias de baixo custo.

Para dimensionar a amplitude da movimentação da economia brasileira do setor de confecções, só com a importação de maquinários, no período correspondente a janeiro a julho de 2013, os gastos ficaram na ordem de US\$ 442 milhões, segundo o BNDES (2013).

Acredita-se que, a expansão das empresas dedicadas à confecção também está intimamente ligada ao aumento do consumo deste ramo da indústria. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), em trabalho intitulado *Análise da estrutura setorial da cadeia têxtil brasileira e perfil de consumo de artigos de vestuário*, assevera que, de 2007 a 2012, o seguimento de confecção apresentou crescimento de 8,9%, sendo que, em 2012, o gasto das famílias brasileiras com produtos têxteis e de confecção foi da ordem de R\$ 102 bilhões, representando 3,7% despesas das famílias brasileiras; indicando gasto superior a medicamentos e eletrodomésticos.

A pesquisa da FGV ainda aponta que, no ano de 2012, o Brasil contava com 33.114 empresas têxteis e de confecção responsáveis por abrigar grande parte dos empregos do país, haja vista que no referido ano foram criados 1.636 milhões de empregos¹⁹. As indústrias de brinquedos de pelúcia e de confecção de Lagoa da Prata (MG) estão inseridas nesta cadeia produtiva e geradora de empregos.

¹⁹ Informações disponíveis no site da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT). Disponível em: <www.abit.org.br/adm/Editor/Documentos/DADOSSITE.pdf>. Acesso: 01/02/2014.

Alguns fatores são responsáveis pela presença de tantas empresas neste setor a nível nacional e na cidade mineira pesquisada, dos quais menciona-se a heterogeneidade das fábricas; o consumo que contempla todas as classes sociais; o preço das mercadorias que em relação aos produtos de marca e detentores de tecnologias tornam-se mais acessíveis aos consumidores de menor poder aquisitivo; a abertura do território brasileiro para fábricas de outros países que migram para o Brasil em busca de força de trabalho acessível e a bom preço, entre outros.

Consoante um levantamento estatístico sobre o *Comportamento de compra do consumidor de roupas íntimas no Brasil*, realizado pelo Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI, 2011), a venda de roupas íntimas porta a porta ocupa 19,7% das compras de confecção íntima. Seguindo a tendência do consumo e a necessidade de produção para abastecimento deste mercado consumidor, parte das empresas sediadas em Lagoa da Prata (MG) tem se especializado na produção de confecção de roupas íntimas, principalmente de peças femininas (calcinhas, camisolas, pijamas, peças eróticas, entre outros).

Os últimos dados com relação às indústrias do município dão conta que, em 2003, Lagoa da Prata (MG) contava com oito indústrias de alta e média-alta-tecnologia; no ano de 2011 já somavam 18 unidades. O consumo de energia elétrica industrial no ano de 1999 era de cerca de 166kwh índice que passa a ser de 280 kwh em 2011²⁰. O aumento do consumo de energia elétrica no município é provocado, em certa medida, pelo número de empresas que abastecem a economia informal de Lagoa da Prata (MG) e também pelo aumento populacional verificado na cidade.

Tendo em vista a importância das fábricas do setor de confecção e a carência de mão de obra especializada para este setor, a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata (MG), em 2013, em parceria com o governo federal por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), abriu curso técnico em Produção de Moda e curso profissionalizante em costura industrial, a fim de capacitar mão de obra para as micro e pequenas empresas do setor de confecções. Deste modo, o município passa a contar com um exército de reserva de mão de obra qualificada apta a se inserir no mercado de trabalho, quando necessário.

A presença de mão de obra qualificada no município também pode ser fator de atração de outras empresas para o município, além de componente de rebaixamento dos salários nas empresas. Como o mercado de trabalho funciona de acordo com a lei da oferta e

²⁰Disponível em: Companhia Energética de Minas Gerais. [Cidadesnet.com/municipios/lagoadaprata.htm#atividades economicas](http://Cidadesnet.com/municipios/lagoadaprata.htm#atividades_economicas). Acesso em: 20/01/2014.

da procura, havendo muita disponibilidade de mão de obra qualificada os salários tendem a baixar. Mais uma vez é possível visualizar a posição do Estado, pois ao capacitar mão de obra trabalhadora também serve aos interesses do capital.

O aumento no número de empresas na cidade pode ser aferido em dados obtidos junto a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), indicando que, em 1999, o município contava com 166 indústrias; em 2003, eram 204 e, em 2011, somavam 232, representando um aumento de 66 indústrias em 12 anos²¹, entre as quais estão presentes aquelas dedicadas ao abastecimento do comércio informal a partir de Lagoa da Prata (MG).

Durante o mapeamento das empresas, foi possível identificar que as mais antigas no ramo de abastecimento do comércio informal ocupam bairros tradicionais, como o Santa Eugênia e Américo Silva. Porém, a maioria está distribuída em bairros novos ou áreas periféricas da cidade, onde se encontra mão de obra e terra a preços acessíveis. Nota-se também a inexistência destas empresas no distrito industrial da cidade, situado às margens da rodovia MG 170.

Fato que pode ser explicado, considerando o aumento no custo com os trabalhadores e a redução nos lucros das empresas devido às despesas com transporte e seguro de vida para os trabalhadores, uma vez que eles seriam transportados em rodovia interestadual, significando risco à vida. Além disso, provavelmente, as empresas teriam que oferecer alimentação aos trabalhadores e, assim, contratar serviços de outra empresa do setor de alimentação ou construir anexo alimentício junto às empresas.

Os dados obtidos no diário de campo possibilitaram produzir o Quadro 1, o qual indica algumas empresas deste setor e as atividades por elas realizadas. Ao fazer o mapeamento, notou-se o medo e a insegurança dos moradores da cidade em apontar e identificar as fábricas. É como se a cidade estivesse em alerta. Essa é mais uma das faces da informalidade.

As fábricas, muito comumente, não possuem identificação, fator que comparece como elemento facilitador de sonegação de contribuições legais e dificulta a fiscalização. Estes fatores revelam que a ilegalidade permeia algumas fábricas abastecedoras do comércio informal. Aliás, esse pode ser mais um dos motivos que levam as empresas a não se instalarem no parque industrial.

²¹ Disponível em: Companhia Energética de Minas Gerais. <Cidadesnet.com/municipios/lagoadaprata.jhtml#AtividadesEconomicas>. Acesso em: 10/01/214.

Quadro 1 – Empresas de confecção e montagem de *kits* em Lagoa da Prata (MG), 2013.

Indústrias	Ramo de atuação
Indústria de Bichos de Pelúcia Corvalan	Confecção de brinquedos de pelúcia.
Pelúcias e Pelucinhas	Confecção de brinquedos de pelúcia.
Angel Toys – Pelúcia do Brasil	Confecção de brinquedos de pelúcia.
Indústria de Bichos de Pelúcia American Pell	Confecção de brinquedos de pelúcia, cama, mesa e banho.
Fofinhos Toys Bichos de Pelúcia	Confecção de brinquedos de pelúcia.
Panda Indústria e Comércio Ltda	Confecção de brinquedos de pelúcia, chinelos, pantufas, almofadas, chaveiros, bolsas para guardar lápis.
Bichos de pelúcia Fofinhos Toys	Confecção de brinquedos de pelúcia e têxtil.
Cica Enxovais	Cama, mesa e banho.
Pink Toy	Cama, mesa e banho.
Sem identificação	Maleta de Maquiagem.
Sem identificação	Cama, mesa e banho, <i>lingerie</i> .
Sem identificação	Cama, mesa e banho, <i>lingerie</i> .
Sem identificação	Cama, mesa e banho, <i>lingerie</i> .
Sem identificação	Cosméticos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Com relação à estrutura física das empresas, geralmente são grandes galpões, portas altas comumente fechadas e, quando necessário, permitem a entrada e saída de caminhões para carga e descarga. Possuem poucas e pequenas janelas, demonstrando a quase ausência de entrada de luz e refrigeração natural (Fotos 3 e 4), fato que contribui para a precarização do trabalho realizado nelas.



Foto 3 – Fachada e lateral de empresa de confecção, sem identificação, em Lagoa da Prata (MG), 2013.

Fonte: Trabalho de campo realizado em Lagoa da Prata (MG), outubro, 2013.

Org.: MORAIS, Valéria A.C.



Foto 4 – Fachada da fábrica Panda Indústria e Comércio Ltda., Lagoa da Prata (MG), 2014.

Fonte: Trabalho de campo, realizado em Lagoa da Prata (MG), julho, 2013.

Autor: MORAIS, Valéria A.C.

A Panda é uma das mais antigas empresas de confecção têxtil de Lagoa da Prata (MG), iniciando-se com a produção de brinquedos de pelúcia para a atividade da rifa. Empresa juridicamente legalizada, atualmente, ainda se dedica à confecção de artefatos têxteis, como brinquedos de pelúcia (Foto 5), roupas diversas, tapetes e pantufas. Sua produção era dedicada exclusivamente ao mercado da rifa, porém diversificou-se e, hoje, a empresa também abastece a venda ambulante, bem como outros setores e mercados consumidores além de Lagoa da Prata (MG).

Sobre a conjuntura produtiva e de vendas da empresa Panda, visualiza-se a impossibilidade de considerar a informalidade ligada exclusivamente a um conjunto de atividades ilegais juridicamente. Haja vista que, muitas empresas formais têm seu processo produtivo também movimentado pelo setor informal.



Foto 5 – Brinquedos de pelúcia fabricados na Panda Indústria e Comércio Ltda, 2014.
Fonte: Disponível em *sites* de venda *on-line* da empresa, 2014.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Mais uma vez pode-se afirmar que, a formalidade e a informalidade se nutrem e se ajudam mutuamente. Em Lagoa da Prata (MG) esta interconectividade dos setores formais e informais pode ser vista muito facilmente, porque diversas empresas são consideradas formais por contribuírem com suas obrigações legais e possuírem trabalhadores registrados em carteira de trabalho, mas direcionam toda a sua produção ao abastecimento do comércio informal realizado a partir de Lagoa da Prata (MG).

Diante da necessidade de diversificar as mercadorias para o abastecimento exclusivo do comércio informal de Lagoa da Prata (MG), surgiram na cidade várias lojas atacadistas especializadas em abastecer este setor. De acordo com Santos (2008, p.225), estes são a “[...] própria condição, a base das possibilidades estruturais de funcionamento da economia”, porém, mesmo sendo tão importante esta atividade é relativamente nova no município. Geralmente, os atacadistas abastecem o comércio informal com mercadorias não produzidas na cidade, a exemplo, jogos de panelas de alumínio (Foto 6), inox e esmaltadas; aparelho de jantar; cobre leito; jogos de talheres; bolsas; sandálias; maquiagem; *tablet*; faqueiros e outras a serem colocadas no circuito de vendas.



Foto 6 – Jogos de panelas oferecidos como brinde por vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG).

Fonte: Catálogo de brindes oferecidos às revendedoras.

Org.: MORAIS, Valéria A. C.

A exclusividade de vendas no comércio informal pode ser compreendida, em função de a cidade sediar outras casas comerciais varejistas dedicadas ao comércio destas mercadorias a um preço não tão acessível quanto nas casas atacadistas. Deste modo, tendem a evitar prováveis conflitos com outros comerciantes lagopratenses.

A conectividade dos atacadistas com o circuito superior e inferior da economia urbana, pode considerar a atividade atacadista como categoria mista, segundo Santos (2008). Em Lagoa da Prata (MG) a relação com o circuito superior é realizada por meio de aquisição de mercadorias em diversas empresas e atacadistas localizadas em outras cidades do Brasil: Anápolis (GO); Belo Horizonte, Divinópolis e Nova Serrana (MG); São Paulo (SP), entre outros. Os produtos importados, geralmente, são adquiridos em atacadistas situados em São Paulo, por exemplo, cita-se Cylene Distribuidora, Importação e Exportação Ltda., localizada a Rua Marques de Itu, 837, Vila Buarque, São Paulo e Liss Comércio, Importação e Exportação Ltda., situada a Rua Frei Gaspar, 215, Mooca, São Paulo.

Em visita a um atacadista em Lagoa da Prata (MG), em que foram coletadas informações e registradas em diário de campo, observou-se que as transações comerciais realizadas pelos atacadistas são informatizadas e a emissão de notas fiscais se faz no ato da compra. No estabelecimento comercial ficam expostas mercadorias diversas; entretanto, o carregamento dos caminhões com aquelas adquiridas pelos comerciantes informais

(comerciante não lojista e rifeiro) é realizado em outro departamento da loja, o qual contém grandes galpões abastecidos com mercadorias destinadas aos comerciantes informais.

Para abastecer o comércio informal de Lagoa da Prata (MG), é necessária a movimentação de circuitos econômicos e produtivos diferentes, o que leva a corroborar a tese de Santos (1979), de que não se pode pensar o espaço geográfico e o espaço produtivo de forma fragmentária e dualista, pois todos os espaços fazem parte de uma única lógica, a saber, produção e reprodução de capitais efetivadas nos processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo.

Santos (1996, p.186) salienta a importância do processo de circulação de mercadorias, ressaltando que “não basta, pois, produzir é indispensável pôr a produção em movimento. Na realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção”. Reafirma a importância do comércio formal ou informal no processo de produção de mercadorias e reprodução de capitais. É importante apontar que, não são somente as formas modernas de produção e comercialização de mercadorias, que dinamizam os processos produtivos e de acumulação de capitais, pois as formas comerciais, de produção e de trabalho arcaicas e reinventadas também surpreendem como acontece em Lagoa da Prata (MG).

Na referida cidade mineira, a rede comercial informal e as atividades que a sustentam, se articulam, dispõem e arranjam relações comerciais e de produção, provocando o movimento de pessoas, mercadorias e capitais. Promove ainda o emaranhado que incita a diferença deste município e de seus moradores, os quais descobriram no comércio informal o meio a possibilitar ao município e à massa trabalhadora especializar-se na produção de mercadorias para abastecimento do consumo popular. Ao mesmo tempo, promoveu a ampliação de postos de trabalho formais e informais em empresas sediadas em Lagoa da Prata (MG).

2.4 Formas Flexíveis de Uso da Força de Trabalho pelas Empresas que Abastecem o Comércio Informal de Lagoa da Prata (MG)

A flexibilidade do trabalho é uma das mais novas faces do capitalismo. Este modelo de aquisição da força de trabalho consegue a um só tempo dar liberdade ao capital para flexibilizar os contratos de trabalho e transferir responsabilidade a um terceiro. Neste

sentido, as facções, os trabalhos domiciliares e a terceirização são entendidos como intensificadores da precarização do trabalho. Embora a flexibilidade na aquisição de força de trabalho não seja característica exclusiva dos grandes setores industriais e nem dos circuitos econômicos modernos. As pequenas empresas também utilizam destas novas práticas de organização e gestão do trabalho.

Estes mecanismos também têm sido utilizados pelas empresas de abastecimento do comércio informal de Lagoa da Prata (MG). A subcontratação da força de trabalho informal e a terceirização dos serviços em caráter domiciliar ou em facção são recursos utilizados pelo setor produtivo de confecção da cidade, utilizando destes mecanismos como forma de ampliar lucros e diminuir despesas.

O sistema de facção entendido enquanto “nova forma” de trabalho, foi observada na *práxis*, quando se realizou pesquisas exploratórias de campo. Foi possível identificar facções de confecção de peças íntimas, que empregam mais de cinquenta costureiras, trabalhando em média oito horas diárias e devendo atingir a meta de produção mínima diária de 1.200 peças. Equivale dizer que, a produtividade diária da facção ultrapassa 60.000 peças por dia. Números que indicam a potencialidade do comércio informal no município, uma vez que as empresas confeccionam somente para abastecê-lo.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), grande parcela das facções na área de confecções atua na informalidade. Em Lagoa da Prata (MG), a informalidade nas facções não é uma regra, pois, observou-se a presença de algumas juridicamente legalizadas, quanto às leis de recolhimento de impostos, alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal e registros das funcionárias. Portanto, essas trabalhadoras são assalariadas formais e todos os direitos garantidos pela formalidade.

Contudo, o número de peças produzidas diariamente indica a agilidade que as costureiras devem ter durante a execução do trabalho. Os movimentos contínuos em intensidade e sem parada para descanso podem ocasionar doenças ocupacionais - as lesões por esforços repetitivos, tornando visíveis a precarização do trabalho.

As pequenas empresas também fazem uso do serviço de costureiras, que trabalham individualmente ou em oficinas de âmbito familiar, na confecção de roupas de cama, mesa, banho, peças íntimas e brinquedos de pelúcias. Deste modo, observa-se a transformação da residência em território do capital comandada pelo processo produtivo, levando a trabalhadora a uma sobreposição de funções – mãe/trabalhadora/esposa – no mesmo espaço/tempo. A casa, lugar de moradia, tem dupla funcionalidade materializada nas

funções de lar e empresa. Neste contexto, pode-se pensar na ideia proposta por Marx (1983), em um retorno do caracol e sua concha.

No caso das costureiras em domicílio, o retorno do caracol a sua concha ocorre com elas voltando a trabalhar em sua residência. Todavia, esta volta ocorre numa dimensão e escala de exploração ditada pelo capital, que amplia o espaço produtivo das empresas. Assim sendo, a casa agora é tida como espaço da produção ampliada de capital, configura-se como uma microempresa, cujo ritmo do trabalho é comandado pela empresa contratante do serviço da costureira.

Além disso, o processo produtivo ocorre de forma díspar a dos artesãos que o dominavam, pois, como os demais trabalhadores, a trabalhadora domiciliar não produz a mercadoria, apenas parte dela. A precarização e a subordinação do e pelo capital se instala no lar das costureiras e tende a envolver todos os membros da família no processo de produção.

No que diz respeito às costureiras domiciliares, Teixeira (1996) acredita que elas são:

[...] “novos” trabalhadores, metamorfoseados em vendedores de “trabalho objetivado”, porque não mais fazem parte da estrutura interna da empresa, são obrigados a fazer do seu trabalho pessoal a razão do seu sucesso como produtores de mercadorias. Como sua capacidade empresarial depende diretamente do seu esforço pessoal, do seu trabalho próprio, sua atividade, mais do que nunca, é para eles um meio que lhes permite existir. (TEIXEIRA, 1996, p.70).

Pesquisa realizada por Carvalho (2008), intitulada *Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa (PR)*, indica que o trabalho domiciliar transforma a residência da costureira em área de confecção, bem como também aponta os fenômenos de estranhamento, alienação da totalidade do processo de produção, precarização e informalidade.

Segundo Carvalho (2008), a condição de vida da trabalhadora e de sua família depende em parte da intensidade do trabalho (produtividade), uma vez que recebem por peça costurada. Em Lagoa da Prata (MG), a forma de remuneração das trabalhadoras também é por peça costurada. Algumas costureiras tendem a trabalhar exaustivamente com o intuito de ter melhores rendimentos ao findar do mês. Neste sentido, as trabalhadoras têm suas vidas invadidas pelo trabalho, transformam-se em suportes de uma atividade que tem nelas a sua finalidade e a sua razão de ser (TEIXEIRA, 1996, p.70).

Tanto na facção quanto no trabalho domiciliar, o processo de alienação está presente. No caso das costureiras em domicílio, muitas são donas dos meios de produção,

entretanto, não dominam todo o processo produtivo e nem fazem parte da elaboração criativa das mercadorias, porque as empresas enviam-lhes as peças previamente cortadas, cabendo apenas uni-las.

A seleção dos tecidos, a criação, a elaboração dos moldes e o corte das peças enviadas às costureiras domiciliares e às facções são executados no núcleo da empresa contratante dos serviços. Este parcelamento das atividades conduz as costureiras a se especializarem em apenas uma fase do processo de produção da mercadoria. Ele é mais intenso no trabalho na facção, pois, geralmente, especializa-se em apenas uma parte da confecção da mercadoria, por exemplo, pregar viés, elástico, costuras retas ou pespontos. Esta especialização, além de promover a alienação do processo total da produção da mercadoria, incide em aumento da produtividade.

O uso da força de trabalho subcontratada ocorre com a finalidade de obter mão de obra especializada, barata e que disponha de equipamentos e tempo necessários para executar o processo de costura dos moldes enviados. Ao mesmo tempo, permite que as empresas transfiram parte dos custos com o processo produtivo para as facções ou para as trabalhadoras em domicílio.

Ao terceirizar parte do processo de produção, as empresas se isentam dos custos com energia elétrica e aquisição de instrumentos de produção, a exemplo das máquinas de costuras industriais (overloque, costura reta, galoneira, pespontadeira, ziguezague, caseadeira, travet, botoneira, elastiqueira), que são transferidos para o trabalhador ou para as facções que também passam a arcar com as responsabilidades com as trabalhadoras.

No contexto de uso do trabalho das costureiras em domicílio e em facção retiram-se alguns elementos caracterizadores da informalidade e da precarização do trabalho: a costureira domiciliar tem salários estabelecidos conforme a produtividade, ou seja, por peça costurada. Desta maneira, tendem a estender ao máximo a jornada de trabalho e comumente não possuem carteira de trabalho assinada.

Na facção, geralmente, as funcionárias recebem salários pré-estabelecidos no ato da contratação da força de trabalho pelo empregador; todavia, a intensidade do trabalho também é comandada pelas empresas contratantes do serviço. O ritmo intenso de trabalho para o cumprimento da meta diária de produção é utilizado como forma de permanência no emprego, assim como perfeição nas peças produzidas, rigorosamente fiscalizadas pelas fábricas de confecção contratantes dos serviços das facções.

Aumento da produtividade, fragilização da classe, destituição de direitos trabalhistas, controle do trabalho, separação entre elaboração e criação de mercadorias,

transferência dos custos da produção das empresas para o trabalhador e parcelamento das atividades produtivas, são estratégias do modo de produção capitalista que ocasionam danos significativos à classe trabalhadora.

Outras formas de trabalho em domicílio são requisitadas pelas empresas de confecção e montagem de *kits*, por exemplo, na montagem das bijuterias, corte de sobras de tecidos, fibras sintéticas e bojos de sutiã reaproveitados para o enchimento dos brinquedos de pelúcia. Estas atividades são remuneradas por produção e os mecanismos de contratação são os mesmos da força de trabalho das costureiras. Porém, uma diferença essencial reside na concepção deste trabalho, pois, sendo exclusivamente manual não depende de investimento em maquinarias, especialização na função e custos com energia elétrica, por exemplo. Em todos os casos, a informalidade na contratação dos trabalhadores é constante.

Não é demasiado ressaltar que, todo o processo produtivo realizado em Lagoa da Prata (MG), bem como todos os postos de trabalho por ele gerado, é incentivado pelos milhares de trabalhadores vendedores ambulantes e colocadores de rifas, que trabalham em condições precárias e fazem circular mercadorias, dinamizando a economia lagopratense.

A fim de conhecer mais o cotidiano do vendedor ambulante, realiza-se no terceiro e último capítulo da presente pesquisa, uma análise dele. A escolha deste sujeito deve-se ao crescimento do comércio ambulante informal realizado por trabalhadores da cidade, enquanto que a rifa apresenta um período de saturação, o que não indica que ela vá acabar. Como esta atividade é dirigida segundo os anseios e interesses dos consumidores, pode ser que no futuro ocorra uma reviravolta neste cenário e a rifa volte a apresentar a dinamicidade obtida na década de 1990, por exemplo.

3 CONTEXTO DO VENDEDOR AMBULANTE DE LAGOA DA PRATA (MG): a informalidade e as tramas no cotidiano

As discussões tecidas ao longo da presente pesquisa indicam que, as alterações no mundo do trabalho se aprofundam consideravelmente e as transformações no modo de produzir e nas relações de trabalho são arraigadas diante de sucessivos modelos e reordenamentos produtivos, que visam maior extração de mais valia da força de trabalho.

Para alcançar os objetivos traçados pelo capital faz-se necessário que, todos os campos da vida do trabalhador sejam direcionados, de modo que se obtenha a valorização do capital privado (HARVEY, 2002). Havendo, deste modo, a deterioração da força de trabalho, das condições em que ele se realiza e da própria existência desta força. Antunes (2002) acredita que, o trabalhador não mais se reconhece e não se realiza no trabalho.

Tendo em vista a produção e reprodução do capital, a reestruturação produtiva apresenta-se como ápice da contradição capital/trabalho e pode ser sentida no mercado de trabalho e pelos trabalhadores, quando veem uma ambiguidade entre os postos de trabalhos formais e informais, em que o primeiro apresenta-se em declínio e o segundo, em ascensão. Não se restringindo a uma nação ou continente, a informalidade nas relações contratuais se alargam.

No novo contexto, as empresas grandes ou pequenas, públicas ou privadas, dotadas de aportes tecnológicos modernos ou não, não conseguem eliminar o trabalho humano como fonte criadora de valor. Mas, tem reduzido os números de postos de trabalho tradicionais formais, usando formas alternativas de contratação da força de trabalho: terceirizações, subcontratações, serviços temporários, empregados casuais, estagiários com subsídio do setor público, e outros. Formas de trabalho caracterizadas por Antunes (1994) como ‘subproletarização intensificada’ da força de trabalho.

Algumas das estratégias utilizadas pelo capital para ampliar os lucros foram percebidas na área de pesquisa, a saber, o uso da força de trabalho terceirizada e a subcontratação por parte das empresas dedicadas ao abastecimento do comércio informal de Lagoa da Prata (MG).

Foi perceptível no decorrer do segundo capítulo, a heterogeneidade e multifuncionalidade que alguns trabalhadores vendedores ambulantes e colocadores de rifas possuem ao transitarem de uma atividade a outra. Frente à heterogeneidade destes trabalhadores inseridos no sistema de circulação e vendas de mercadorias a partir de Lagoa da Prata (MG), optou-se nesta pesquisa por priorizar o trabalhador voltado à venda ambulante.

Para traçar o perfil dos trabalhadores vendedores ambulantes e as condições em que este trabalho é realizado, utilizou-se dados e informações obtidas em pesquisa de campo, através da aplicação de 50 questionários, realização de 20 entrevistas semiestruturadas com vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) e 10 feitas com antigos moradores da cidade. Destes procedimentos obteve-se os dados quantitativos e qualitativos sobre os trabalhadores vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG), analisados no presente capítulo.

De posse das considerações acerca da análise de dados e da investigação na *práxis*, pretende-se compreender melhor as relações estabelecidas entre empregador e empregado, a importância desta atividade comercial na geração de empregos em Lagoa da Prata (MG), além de conhecer a realidade vivida pelo vendedor ambulante no exercício de seu trabalho.

3.1 A Importância da Venda Ambulante Através das Lentes dos Moradores de Lagoa da Prata (MG)

As entrevistas com antigos moradores da cidade de Lagoa da Prata (MG) trouxe à luz a importância do circuito produtivo de abastecimento da atividade da venda ambulante e da colocação de cartelas de rifas para a cidade. Nos dizeres de Bétula, 56 anos de idade, nascida e residente na cidade,

[...] as fábricas de bichinhos são muito importante para as pessoas que moram aqui [...], dá emprego para muita gente. Antigamente, as mulheres trabalhavam cortando cana, de doméstica, ou na Embaré. Na Embaré era mais difícil, porque tinha que trabalhar de noite [...] e aí o marido não deixava trabalhar lá não. Hoje, a mulherada costura em casa ou trabalha na fábrica só de dia. Tem gente que monta maleta, tem gente que faz bichinho. [...] Se as fábricas fecham eu não sei o que vai ser não. Vai ser desemprego para toda banda²².

O relato de Bétula corrobora o que se tem afirmado no decorrer desta pesquisa, que o comércio informal gera postos de trabalho e em Lagoa da Prata (MG) não é diferente, pois a informalidade movimentou o setor produtivo.

²² Bétula, 56 anos de idade, moradora de Lagoa da Prata há 50 anos. Entrevista concedida em 16 de julho de 2013.

Macieira, comerciante, 73 anos de idade, residente no município desde os 16 anos, também se referiu às empresas de confecção e montagem de *kits* para a venda ambulante. De acordo com a entrevistada,

[...] as fábricas movimentam a cidade, geram muitos empregos dentro das fábricas, e também fora das fábricas como os serviços de costura. Muitas mulheres aqui da cidade se dedicam a essa atividade e com isso passam, de certo modo, a ter uma independência financeira e sem sair de casa. Considere você que: essas mulheres vão ao comércio, gastam, ajudam o marido. Então a presença das fábricas aqui é muito importante até para os outros comércios [...]. As fábricas são pequenas, fornecem emprego em pequenas quantidades, mas junto elas são muitas, isso no montante faz diferença²³.

As entrevistas denotam a importância das fábricas na geração de empregos para os moradores da cidade. Mais do que isso, asseveram o valor do trabalho desenvolvido pelos vendedores ambulantes, trabalhadores informais que, ao acionarem o processo produtivo nas confecções e em outras fábricas dedicadas a produzir para a venda ambulante, criam postos de trabalho na cidade de Lagoa da Prata (MG).

As palavras das entrevistadas evidenciam que, o conjunto de empresas voltadas para o abastecimento do comércio informal dinamiza a geração de empregos em outros setores. Neste caso, o comércio é movimentado com recursos salariais dos funcionários dos diversos segmentos ligados à atividade da venda ambulante e pelo próprio ambulante.

Sobre os trabalhadores que se dedicam à venda ambulante, Damasco, 65 anos de idade, residente na cidade há mais de 50 anos, faz um relato valoroso. Segundo o entrevistado,

[...] o que os vendedores de Lagoa da Prata fazem é ir atrás do consumidor. Lagoa da Prata não espera o povo vir aqui comprar, o vendedor corre atrás do cliente em todos os estados do Brasil. [...] É um novo conceito de vendas. Aqui se produz para vender no país inteiro e essa venda reflete diretamente aqui em Lagoa da Prata, porque ‘os vendedor’ trás dinheiro ‘praqui’, movimenta o comércio local, as lojas, os supermercados, tudo aqui gira em torno do dinheiro proporcionado pela venda ambulante. A maioria das cidades fica esperando a sorte chegar, a indústria chegar, o dinheiro vir. Lagoa da Prata não! ‘Nóis’ foi atrás, correu atrás e hoje é o que é. O nosso *shooping* é o Brasil, e o nosso cliente é o povo brasileiro. [...] Pra vê a importância dessa atividade para a cidade da uma voltinha ai na cidade, tá cheio de galpão sendo construído, um tantão de carro circulando nas ruas, o comércio cheio. A cidade cresce dia a dia [...]²⁴.

²³ Entrevista concedida em 13 de julho de 2013.

²⁴ Entrevista concedida em outubro de 2013.

É interessante ressaltar que, fica evidente o orgulho que o entrevistado sente da cidade e a importância da atividade da venda ambulante para a economia local. Ele credita aos vendedores o crescimento que a cidade apresenta e resalta uma característica do vendedor ambulante: a busca pelo cliente.

No segundo capítulo já acenávamos para a liberdade que o vendedor de rua tem em perambular pelos lugares em busca de clientes. Neste sentido, as palavras do entrevistado vêm ao encontro com as de Milton Santos (1979), quando este diz que o vendedor de rua vai à busca do consumidor. É por meio desta busca por clientes que o vendedor ambulante lagopratense tem percorrido todo o território brasileiro e colocado para circular a produção local.

Em relação ao crescimento do número de estabelecimentos empresariais destinados à fabricação de produtos para abastecer a venda ambulante e também a rifa, citados por Damasco, vinte e cinco dias após o mapeamento das empresas abastecedoras do comércio informal, em outra visita a campo, constatou-se a construção de mais instalações (Foto 7), corroborando a fala do entrevistado.



Foto 7 – Futuras instalações de fábrica de confecção, Lagoa da Prata (MG), 2014.
Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2013.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Contudo, quanto ao crescimento da cidade, resalta-se que existem outros fatores a contribuir para este fenômeno, como a presença do circuito superior e também o fato de que Lagoa da Prata (MG) possui um circuito econômico e produtivo ativo. A cidade atende parte do público consumidor dos municípios vizinhos: Moema, Japaraíba, Luz, Santo Antônio do Monte, Arcos e dos distritos de Martins Guimarães, Ilha, Capoeirão e Mirandas.

Haja vista a capacidade polarizadora que a cidade possui, Lagoa da Prata (MG) configura-se em um centro de consumo, devido à grande oferta de lojas (Magazine Luiza, Eletrossom, UD Utilidades Domésticas, Eletrozema, Ricardo Eletro) e a presença de grandes supermercados (Prado e Miranda, Supermercado Belo Horizonte, Gontijo e o Supermercado a Baixo Custo-ABC).

Ao percorrer a cidade é impossível não vislumbrar os traços materiais e da vida social que referenciam as práticas comerciais e produtivas realizadas por parte dos trabalhadores de Lagoa da Prata (MG). São motos transitando pela cidade, cuja finalidade é abastecer as costureiras domiciliares com peças a serem costuradas e na direção oposta levam às fábricas as peças já confeccionadas; oficinas mecânicas e de adaptação dos ônibus e caminhões que são transformados em ônibus-casa para os trabalhadores ligados à prática da venda ambulante e da rifa; fábricas, facções, construções que sediarão novas empresas de abastecimento deste setor; costureiras nas varandas de suas casas; mães, esposas e filhos à espera dos trabalhadores em viagem.

São fatos que se dão em ritmos e intensidades diferentes e resultam no verdadeiro mosaico de situações, histórias e trajetórias, que se corporificam na paisagem urbana de Lagoa da Prata (MG). Permitindo a construção da identidade da cidade e do povo que a habita, de modo que a informalidade compõe de forma significativa a economia e a cultura da sociedade local.

3.2 Características Socioeconômicas dos Ambulantes de Lagoa da Prata

Os trabalhadores informais povoam as ruas das metrópoles, das grandes, médias e pequenas cidades. Ocupam feiras livres, camelódromos, portas de estádio de futebol e de escolas, danceterias. Também estão presentes em diversas atividades festivas. Atuam no trabalho ambulante em sinais de trânsito, como vendedores de garrafas de água, chicletes, balas, doces, jornais, amendoins, pequenos brinquedos, refrigerantes, carteiras, cintos, frutas, enfim, as mais diversas mercadorias. Mas também, atuam de porta em porta comercializando colchas, panelas, tapetes, roupas diversas, remédios homeopáticos, cosméticos ou simplesmente oferecendo serviços, como lavagem a seco de tapetes e estofados ou produtos de higienização e embelezamento pessoal.

Estes trabalhadores, geralmente, são autônomos ou estão em situação de contratos ilegais, recebendo por produtividade em empregos temporários, a exemplo, os vendedores ambulantes sujeitos da presente pesquisa, os quais encontram-se em situações precárias. Estas caracterizam o novo contexto da acumulação primitiva do capital, a qual precariza por meio “[...] da ausência de contratos formais, em sua pretensa autonomia, e ainda na subordinação a um assalariamento ilegal, [...]”. (NAVARRO; PADILHA, 2009), ampliando a informalidade e negando aos trabalhadores os direitos garantidos por meio de lutas e conquistas históricas. Vale ressaltar que, a informalidade não se limita ao trabalhador ambulante e nem ao trabalho informal, pois a mesma está presente em muitos setores da economia urbana e rural, como já argumentado.

De acordo com Telles (2010), o trabalho não mais estrutura as promessas de progresso social e os coletivos de classe foram desfeitos sob as injunções do trabalho precário; os direitos não mais operam para a grande maioria, mas ainda assim o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social. Nesta direção a presente pesquisa encontra sua validade, pois, por meio dela será possível apreender as especificidades da dinâmica do trabalho dos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG), conseqüentemente, tornar claras as mutações no mundo do trabalho e a intensificação da precarização da vida cotidiana do trabalhador.

Estes vendedores ambulantes apresentam características apontadas pelo Ministério da Administração Interna e do Comércio e Turismo, por meio do Decreto-Lei n.º 122/79, de 08 de maio de 1979, descritas no primeiro capítulo desta pesquisa. Comumente na execução do seu trabalho transportam junto a seu corpo as mercadorias e vendem-nas pelos lugares de seu trânsito.

Os vendedores ambulantes são, geralmente, homens (Foto 8) e possuem domicílio fixo em Lagoa da Prata (MG). Durante as entrevistas com moradores da cidade e vendedores ambulantes, tomou-se conhecimento de que mais ou menos cinco mulheres se dedicam a esta atividade; entretanto, não estão presentes na pesquisa, uma vez que não foram entrevistadas. O pequeno número de mulheres lagopratenses inseridas na atividade pode ser entendido em função da dificuldade de uma profissão que exige longos períodos em viagens, fora dos lares.

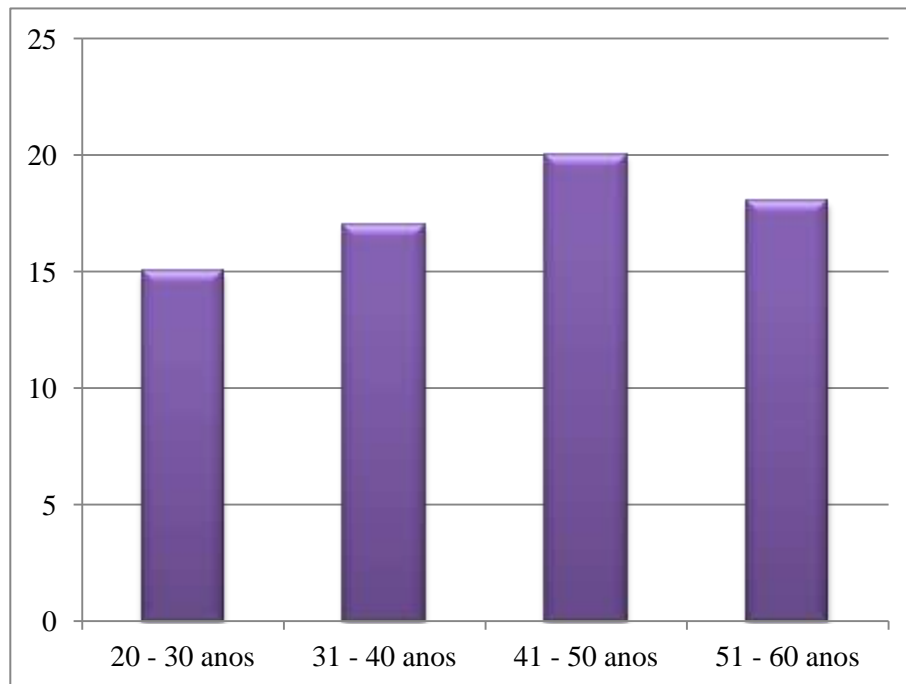


Foto 8 – Vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG), em Pires do Rio (GO), 2014.
Fonte: Arquivo pessoal.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Por outro lado, há um número considerável de mulheres envolvidas na rede de produção para o abastecimento do comércio informal, nesse caso, as costureiras domiciliares e as empregadas nas facções. As mulheres também estão inseridas na rede de circulação de mercadorias produzidas em Lagoa da Prata (MG), pois revendem as mercadorias adquiridas por meio dos vendedores ambulantes lagopratenses, vendem as cartelas de rifas e, posteriormente, distribuem os brindes aos contemplados.

Quanto ao estado civil, dos 70 sujeitos inquiridos, 50 vendedores ambulantes se disseram casados, 19 proferiram ser solteiros e 01 declarou ser separado. Observa-se a partir destes dados, que a maioria possui família dependendo do seu trabalho.

Perguntou-se aos trabalhadores a data de nascimento e a partir dos informes obtidos traçou-se a faixa etária dos vendedores ambulantes. Agrupando-se os dados de acordo com a faixa etária, obteve-se o resultado apresentado no Gráfico 2, em que se verifica a heterogeneidade de idade na atividade, pois estão inseridos desde jovens (20 anos) até pessoas adentrando a senilidade (60 anos).

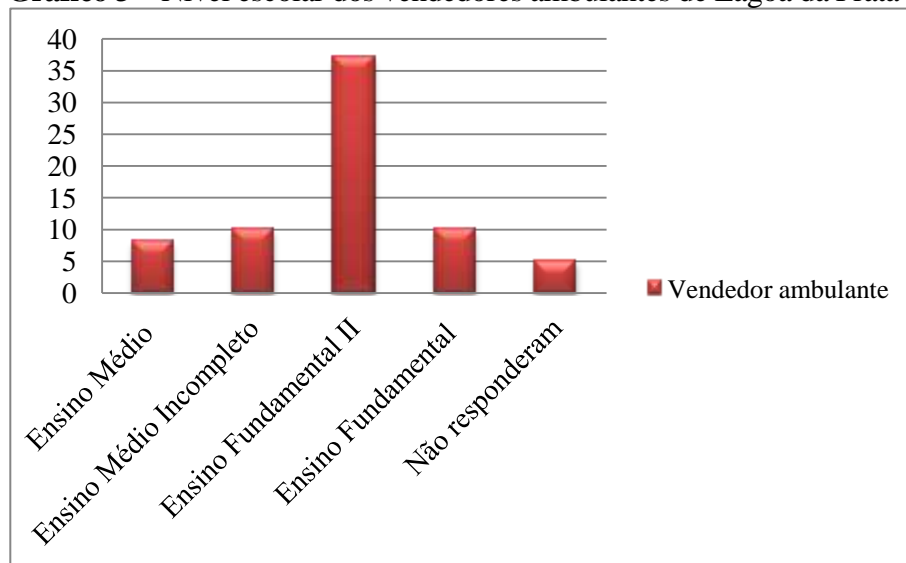
Gráfico 2 – Faixa etária dos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG), 2013.

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2013.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Outra característica apresentada no Gráfico 2 trata-se da quase equidade dos grupos etários, indicando que não há uma prevalência de idade para estar na informalidade em Lagoa da Prata (MG). Tais fatos levam a acreditar que, uma vez inseridos na informalidade estes trabalhadores permanecem nela, afirmando as considerações tecidas no primeiro capítulo, de que a informalidade não é algo passageiro, reflexo de crise como apregoam alguns pesquisadores. A venda ambulante em Lagoa da Prata (MG) é uma profissão, como é para muitos outros em todo o país.

Com relação à escolaridade dos sujeitos pesquisados, os dados levantados indicam que 37 dos trabalhadores vendedores ambulantes possuem o Ensino Fundamental II e apenas 08 deles concluíram o Ensino Médio, como observa-se no Gráfico 3.

Os dados colhidos nas entrevistas e questionários explicitam que, a venda ambulante realizada em Lagoa da Prata (MG), abriga expressivamente trabalhadores de baixo nível escolar. Reafirmam a pesquisa realizada no município, pelo Sebrae (2001), com relação ao Ensino Médio, a qual constatou baixo nível escolar entre os jovens de Lagoa da Prata (MG) e alta evasão escolar de jovens para trabalhar com as rifas ou como vendedores ambulantes.

Gráfico 3 – Nível escolar dos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG), 2013.

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Doze anos após a pesquisa realizada pelo Sebrae, pode-se dizer que a evasão escolar ainda é recorrente e muitos jovens têm se dirigido para a venda ambulante, uma profissão que não exige uma qualificação específica. Os dados também corroboram os dizeres de Moraes (2012), quando o mesmo aponta que, num grupo de 40 trabalhadores em viagem nenhum havia concluído o Ensino Médio. O baixo nível escolar vem ao encontro da narrativa de muitos vendedores ambulantes ao afirmarem que habilidades, competências e estratégias de vendas adquirem-se no cotidiano do trabalho e não é ensinado na escola formal.

A evasão escolar pode estar ligada à classe social dos alunos, que desistem dos estudos, tornando inseparável a relação classe social/escolaridade/trabalho. Diante da realidade de um sistema dual fundamentado em classes, a necessidade de aquisição de renda para prover o sustento próprio e para suprir as necessidades criadas pelo mercado, faz com que muitos jovens deixem de estudar para se dedicarem ao trabalho. A ausência de empregos para todos os que necessitam, somadas às aptidões de outros tantos, direcionam muitos para a informalidade, em que o alto nível escolar e a qualificação profissional é dispensável. O que pode ser percebido nos dizeres do entrevistado Mangabeira, quando afirma que:

[...] para ser bom vendedor a gente tem é que ser bom de papo, para convencer a cliente que a mercadoria que ela está adquirindo é boa, que ela vai ter tempo para pagar, que com a venda das mercadorias ela vai receber um brinde e que se ela fosse comprar o brinde em outro lugar ela ia pagar caro como, por exemplo, na maleta de maquiagem. Além do mais eu digo que não estou autorizado a vender o brinde e que a única forma de adquiri-lo é vendendo o kit de mercadoria²⁵.

²⁵ Mangabeira, 46 anos, trabalha há 23 anos no comércio informal. Entrevista realizada em trabalho de campo, Lagoa da Prata (MG), em 20/10/2013.

É perceptível que, na execução do seu trabalho, o vendedor ambulante necessita ter boas argumentações e habilidades para conseguir freguesas para adquirir as mercadorias que ele vende. As revendedoras compõem a rede de pessoas que se dedicam à revenda de mercadorias produzidas em Lagoa da Prata (MG) ou adquiridas em atacadistas especializados a abastecer o comércio informal e que são colocadas no circuito de vendas por todo o Brasil. Sendo assim, quanto mais revendedoras o vendedor ambulante conseguir, maior será a rede desta atividade e, conseqüentemente, os ganhos.

Da boa argumentação e das estratégias de vendas criadas pelos vendedores ambulantes dependem, em grande medida, o seus rendimentos mensais, os lucros do comerciante não lojista, a permanência no trabalho e o ritmo de produção nas fábricas de Lagoa da Prata (MG), que abastecem este setor. De posse de todos estes fatores, os vendedores ambulantes, na busca por clientes para os seus produtos, tendem a esgotar todas as possibilidades de vendas e de recebimento das mesmas.

Outros entrevistados acreditam que o ensino formal institucionalizado não faz falta para a execução do trabalho de vendedor e acrescentam estratégias utilizadas no cotidiano da venda ambulante, como o uso da observação, da argumentação e a escolha da freguesia. Segundo Aroeira,

As possíveis compradoras de mercadorias expressam alguns gestos e expressões de sentimentos que são emitidos quando visualizam as mercadorias a serem revendidas e a maleta de maquiagem que elas recebem em troca do trabalho executado na venda das mercadorias adquiridas do vendedor ambulante. Esses gestos e expressões devem ser identificados pelos vendedores ambulantes, e isso se aprende no dia a dia de trabalho com as vendas²⁶.

O uso da observação é confirmado nos relatos de Mangabeira:

[...] os olhos delas brilham quando vê as mercadorias e a gente fala do brinde. [...]. A gente trabalha com peças íntimas, artigos de cama, mesa, banho e artigos destinados ao público feminino e mulher gosta de comprar e gosta de maquiagem, de perfume, de artigos que deixam a casa bonita. Também a gente tem que usar certas estratégias para conseguir boas freguesas [...] Eu prefiro pessoa empregada, que tenha salário, que trabalha no comércio, por exemplo, por que aí eu já sei que é boa para vender né! Eu tenho que saber que da venda dela depende o meu salário. Se eu escolho bem para quem vender os *kits* eu tenho melhor chance de ganhar bem. É assim! E isso a escola lá não ensina, quem ensina é a vida, é no trampo do dia a dia que a gente aprende²⁷.

²⁶ Aroeira, 42 anos, atua no comércio informal há 18 anos. Entrevista realizada em trabalho de campo, Lagoa da Prata (MG), em 21/07/2013.

²⁷ Mangabeira, 46 anos, trabalha no comércio informal há 23 anos. Entrevista realizada em trabalho de campo, Lagoa da Prata (MG), em 20/10/2013.

Aroeira tece considerações a respeito das mulheres serem mais consumistas e que os artigos vendidos estão diretamente ligados ao lar e ao embelezamento pessoal. A escolha da revendedora é relatada pelo entrevistado e, segundo o mesmo, nem todas as que se interessam pelas mercadorias estão aptas a se inserirem nessa rede comercial, uma vez que as trabalhadoras empregadas e/ou com experiência em vendas são as preferidas. A escolha criteriosa de Aroeira deve-se ao fato de que os seus rendimentos mensais estão diretamente ligados à venda das mercadorias pela revendedora e ao pagamento das mesmas.

O uso da observação e investigação também é apresentado no relato do entrevistado Cedro:

Quando eu vou oferecer uma mercadoria eu faço o seguinte: primeiro eu pergunto alguém que está varrendo a rua, passeando pela rua, que está ali de bobeira, se ela conhece alguém por ali que vende produtos do Avon por exemplo. Daí se ela fala que sim, eu pergunto quem é? Onde mora? [...] converso mais um pouco e pergunto se ela é boa pra pagar, se a casa que ela mora é dela, se mora ali há muito tempo [...]. Sabe a gente tem que saber escolher a freguesa, dessa escolha depende o nosso salário. Quanto mais eu viajo mais eu fico bom pra vender ²⁸.

Corroborando os dizeres dos entrevistados anteriormente mencionados, Peroba também faz uso da observação e da investigação para vender suas mercadorias. Em um fragmento da entrevista, o mesmo o seguinte:

[...] sabe moça, eu já fui bobo. A gente quer vender, mas tem gente esperta demais nesse mundão de meu Deus. Um dia eu ofereci mercadoria para uma senhora e aí ela me chamou pra dentro, fez café e conversou até demais [...]. Aí ela pegou a mercadoria. Na venda ambulante a gente passa vendendo e depois passa recebendo [...] quando eu fui receber da dona ela não falava [...] a filha dela dizia: ela não fala, ela não fala. Eu dizia: como assim, eu tive aqui mês passado vendi pra ela, ela me deu café e agora ela não fala. [...] a mulher tava lá no fundo da varanda e olhava para mim. Moral da história, eu fiquei no prejuízo²⁹.

Os relatos dos vendedores ambulantes revelam que, os mesmos devem desenvolver e usar certas estratégias para êxito na venda e nos rendimentos mensais. Milton Santos (2008) ao se referir ao vendedor de rua argumenta que, o vendedor ambulante tenta o consumidor, vai atrás dele. Contudo, conforme os fragmentos de entrevistas, não basta o vendedor ir atrás, é necessário desenvolver certas estratégias de vendas exigidas por um

²⁸ Cedro, 52 anos, trabalha na informalidade há 23 anos. Entrevista realizada em 18/10/2013, Lagoa da Prata (MG).

²⁹ Peroba, 36 anos, trabalha na informalidade há 12 anos. Entrevista realizada em 20/10/2013, Lagoa da Prata (MG).

trabalho precário, cujos rendimentos mensais ligam-se diretamente ao êxito nas vendas e na boa escolha das revendedoras.

É interessante ressaltar que, a incerteza dos rendimentos permeia a mente dos vendedores ambulantes durante um período que compreende no mínimo 40 dias. Pois, comumente eles oferecem às revendedoras o prazo mínimo de 30 dias para o pagamento das mercadorias, embora tudo seja informal, sem garantias de pagamento. Geralmente, é feita uma nota promissória que não possui validade e amparo legal.

Como as viagens para vendas são feitas em uma rota preestabelecida pelo dono das mercadorias e que os vendedores percorrem esta rota durante muitos meses, pode ser também que em função da boa escolha das revendedoras, estas se tornem freguesas de todas as viagens. Assim, quando forem receber as mercadorias deixadas no mês anterior, automaticamente efetuam novas vendas sem a necessidade de tanto dispêndio de esforço em busca de revendedoras.

É oportuno deixar claro que o trabalho na venda ambulante não é para todos. Muitos que nele se ingressam não obtêm êxito na profissão. Veja o relato a seguir:

De longe vejo na praça um novato assentado. Deslocado, sem ânimo parece recomeçar, não conseguiu fechar nenhum negócio. Ele sabe que, para ele, não tem próxima viagem. E o pior, descobriu que não nasceu para as vendas. Seus sonhos morrem naquela praça. E ele está sem coragem de ver o sorriso de condenação de seus amigos e a reprovação do empregador (MORAES, 2012, p.94).

A venda ambulante é um trabalho penoso e exige coragem para deixar a família, para recomeçar após cada não, para enfrentar a estrada diariamente, para encarar o convívio diuturno com outros vendedores, em espaços limitados e sem privacidade. Somados a esses elementos, tem-se ainda a concorrência entre os vendedores, pois quem consegue melhores rendimentos é de certa forma, mais bem sucedido profissionalmente.

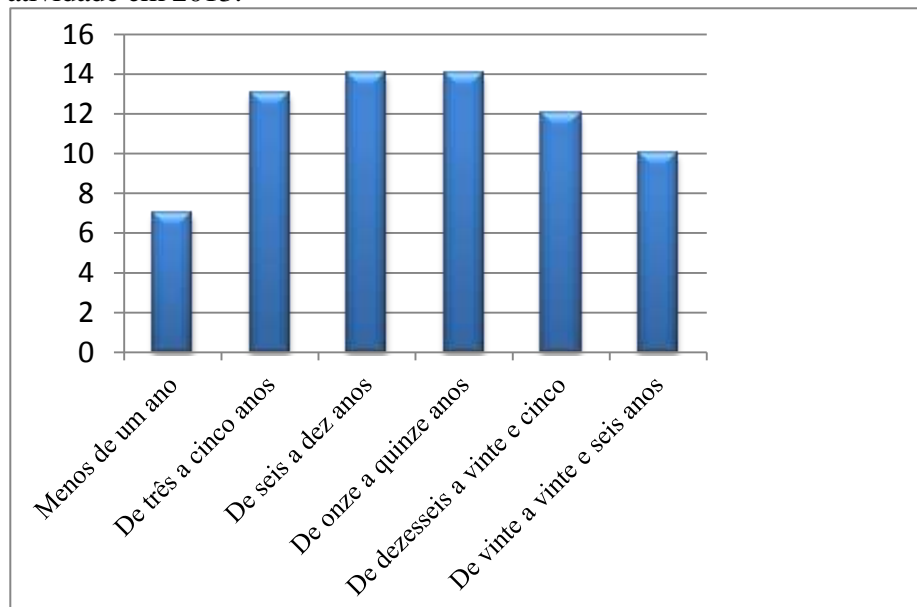
No que tange à atividade comercial de vendas, pode-se pensar que os vendedores ambulantes detêm determinadas vantagens com relação ao comerciante com ponto fixo, pois este espera que o consumidor procure seu ponto comercial para efetuar aquisições diversas e, para isso, usa argumentos como o *marketing*. Entretanto, o vendedor ambulante vai ao encontro do consumidor, aguça o desejo de compra, embora correndo mais riscos.

Em relação ao tipo de remuneração, todos os sujeitos pesquisados afirmaram que recebem por comissão. Condição de remuneração que corrobora as proposições teóricas de Thomaz Júnior (2002), de que o setor informal não é mais um simples depositário de força de

trabalho que atua autonomamente. Visto que tem sido permitidas e incentivadas, pois para o capital elas se apresentam mais lucrativas que as atividades formais, liberando os empresários de obrigações, como o assalariamento fixo mensal e custos sociais adquiridos com o vínculo empregatício.

Perguntou-se aos vendedores ambulantes o tempo de exercício de atividade da venda ambulante. A tabulação e agrupamento dos dados estão expressos no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG) – Tempo que exerce a atividade em 2013.



Fonte: Informações colhidas em trabalho de campo, julho de 2013.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Ao fazer o cruzamento dos dados referentes à idade e ao tempo de trabalho dos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG), percebeu-se que muitos trabalhadores estão situados na faixa etária de 51 a 60 anos, dedicando-se ao comércio ambulante há mais de 20 anos. Ressaltando que, este trabalho não se configura em algo passageiro e a inserção no mercado de trabalho formal, por diversos motivos, não se tornou possível.

Outra consideração a ser tecida sobre os dados obtidos pela pesquisa é que dez trabalhadores dos 70 inqueridos estão a trabalhar na informalidade por mais de 20 anos. Estão se aproximando da idade para se aposentar e devido à condição de trabalhadores informais, seguramente vão receber como benefício do INSS uma aposentadoria de um salário mínimo.

A informalidade tal como está desenhada atualmente corrobora as afirmações tecidas, também por Melo e Telles (2000), de que o setor não se configura como “*buffer*” de crise econômica e tende a se ampliar diante dos rearranjos direcionados à classe trabalhadora

comandada pelo capital. Os dados levantados na pesquisa de campo junto aos trabalhadores informais ambulantes de Lagoa da Prata (MG) mostram que, a informalidade não se apresenta como meio de sobrevivência de quem está à espera de um emprego formal e tem se ampliado.

A informalidade nas relações de trabalho se configura em um processo histórico de formação e de desenvolvimento de economias periféricas, como o Brasil, e se agravam em “[...] consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho vivo e ampliar o trabalho morto” (ANTUNES, 2009, p.112), gerando uma massa de desempregados a atuar no mercado informal de trabalho.

Neste sentido, o setor informal cumpre um papel funcional ao capitalismo, pois incorpora grande quantidade de trabalhadores desempregados pelo capital na dinâmica de produção, circulação e consumo de bens materiais e imateriais. Importa ao capital dar condições para que a população consuma. Para tanto, é necessário dar aos trabalhadores meios para tal e esses vêm sendo adquiridos sob as mais variadas formas de trabalho, no tempo histórico e no espaço geográfico.

Em Lagoa da Prata (MG) verificou-se por meio dos trabalhos de campo e pesquisas exploratórias que, a informalidade nas relações de trabalho é uma realidade, seja para a maioria das costureiras que prestam serviços às empresas de confecção, em trabalho domiciliar ou em algumas facções, seja para os vendedores ambulantes e colocadores de rifas, onde impera “a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual”. (VASAPOLHO, 2006).

A partir dos dados e entrevistas colhidas pode-se asseverar que estes trabalhadores inserem-se naquilo que, Tavares e Alves (2006) denominam como os trabalhadores instáveis caracterizados pelo modo como são recrutados para o trabalho de forma temporária, sendo remunerados por peças ou serviço realizado. Ocupando-se de trabalhos que dependem de força física e a disposição de realizar determinadas tarefas de pouca qualificação.

Ainda foi perguntado aos vendedores ambulantes participantes da pesquisa, se eles tinham algum parente que trabalhava da mesma forma. Dos setenta sujeitos entrevistados, 43 afirmaram possuir algum parente trabalhando como vendedor ambulante, indicando o envolvimento com a atividade e a reprodução da força de trabalho informal. Muitos jovens têm como perspectiva a venda ambulante em função de já terem um pai, tio, irmão que compõem este universo e funcionam como estímulo.

Outra indagação feita nos questionários e entrevistas diz respeito à contribuição para a previdência social. Os dados obtidos revelam que, dentre os 70 sujeitos participantes da pesquisa 69 deles afirmaram que, no momento da pesquisa, não contribuía para nenhum tipo

de previdência social. Deste modo, tendem a lidar com a insegurança no/do trabalho no presente e no futuro, sem a garantia de aposentadoria, licença ou afastamento médico. Estes fenômenos podem levá-los a uma maior subordinação ao empregador, constituindo um grilhão a prendê-los ao sistema informal. O único entrevistado que afirmou contribuir para o INSS, o faz na categoria de autônomo.

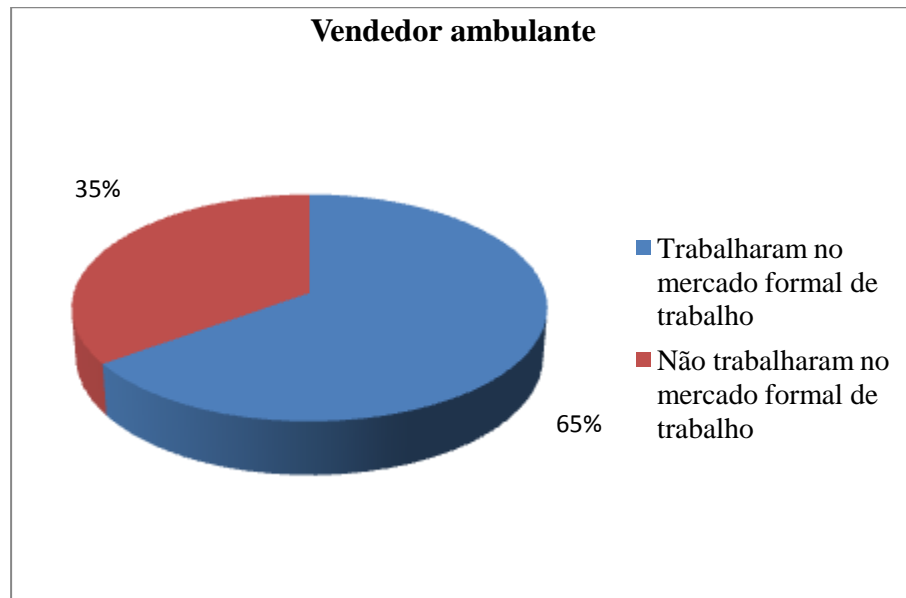
Os trabalhadores, provavelmente, não estarão totalmente destituídos da aposentadoria, uma vez que o INSS, por meio de um programa de assistência social regulamentado pela Lei nº. 8942/92, oferece uma concessão de rendimentos chamada de Renda Mensal Vitalícia, no valor de um salário mínimo vigente ao idoso homem como mais de 65 anos de idade que não exerça atividade remunerada e não tenha meios próprios ou oriundos da família para prover a sua subsistência. No entanto, a instabilidade quanto ao futuro é uma constante na vida destes vendedores ambulantes.

A insegurança vivida cotidianamente pelos trabalhadores informais com relação à aposentadoria, pela ausência da carteira de trabalho assinada ou de contribuições mensais feitas ao INSS, pode ser caracterizada como uma das faces da precarização daqueles que se dedicam à informalidade. A materialização desta insegurança ocorre na senilidade, onde os gastos com doenças adquiridas ao longo da vida, muitas em função do próprio trabalho, tornam-se mais volumosos. De acordo com Pochman (2008), no ano de 2020, um quarto da população brasileira estará sem benefícios relacionados à seguridade social proporcionados pelo INSS e, provavelmente, em situação de vulnerabilidade social, sendo que estarão incluídos nesta estatística muitos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG).

As respostas ao questionamento se já haviam trabalhado no mercado formal, ou seja, de carteira assinada, possibilitou-nos a confecção do Gráfico 5. Dos que afirmaram já ter composto o mercado formal de trabalho, 23 trabalharam na Usina Luciânia, seis na Embaré e cinco afirmaram ter trabalhado em outras atividades no comércio local. Destes um trabalhou na Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata (MG), representando 65% dos sujeitos entrevistados.

Os que nunca trabalharam de carteira assinada somaram 35% dos trabalhadores entrevistados. Eles iniciaram a vida profissional na informalidade, na colocação de cartelas de rifas, venda ambulante ou na construção civil, trabalhos em que se materializa a desregulamentação das relações de trabalho e os trabalhadores situam-se aquém da legislação trabalhista brasileira.

Gráfico 5 – Vendedores ambulantes de Lagoa da Prata que já compuseram o mercado formal/informal de trabalho, 2013.



Fonte: Informações colhidas em trabalho de campo, julho de 2013.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

A pesquisa empírica e dos dados obtidos nas entrevistas e questionários corroboram as proposições teóricas de autores como Antunes (2007) e Thomaz Júnior (2009), de que a classe trabalhadora não tem mais as características de outrora, quando as relações de trabalho eram formais, garantindo aos trabalhadores direitos jurídicos legais e muitos contribuía com a seguridade social. Atualmente, a indústria moderna demanda cada vez menos empregos formais e, geralmente, seus postos de trabalho são destinados a um público selecionado e com experiência profissional.

O que se tem hoje no Brasil e, Lagoa da Prata (MG) não foge à regra, é uma massa de trabalhadores à margem dos interesses da classe que comanda e domina a economia e a política nesse país. Um indicativo de anacronismo histórico e social do país, no qual prospera riquezas e misérias, indicando a evasão por motivos diversos do mercado formal de trabalho para o mercado informal.

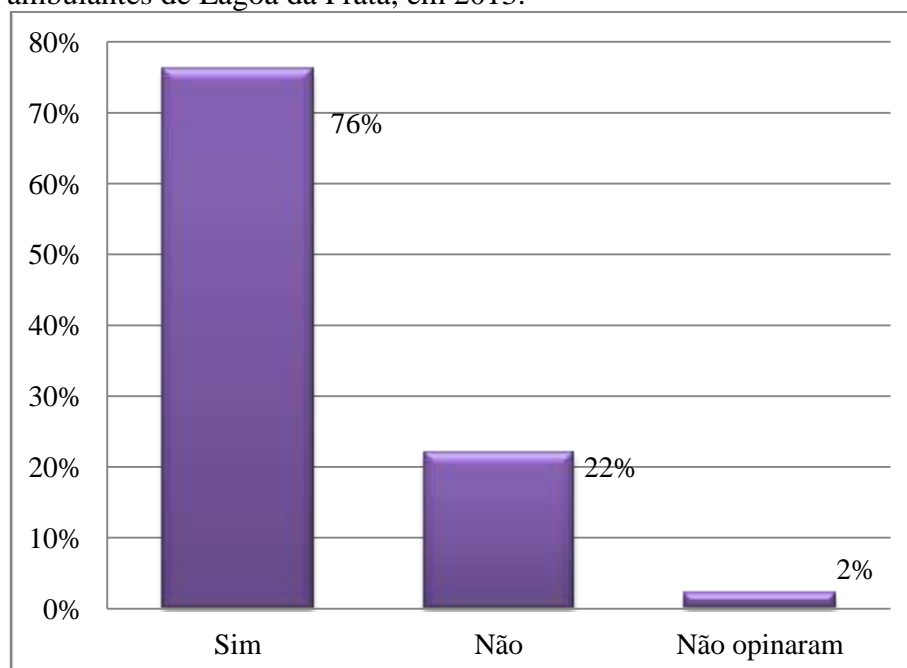
As empresas sejam elas grandes ou pequenas utilizam-se de mecanismos flexíveis de contratação de trabalhadores e transferem a responsabilidade dos encargos com mão de obra para outras empresas, em alguns casos informais. Atualmente, o emprego formal é escasso, multifuncional, terceirizado, realizado com contratos por tempo determinado. A informalidade é a nova cara do mercado de trabalho brasileiro.

O que se presencia no mundo do trabalho é a tendência cada vez mais ampliada da desestruturação da classe trabalhadora, ampliação nas formas de aquisição da força de trabalho e a desregulamentação das instituições representativas da classe. Em pleno século XXI, assiste-se o avanço informacional, a ampliação da informalidade, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a ampliação do trabalho atípico. Tudo isso sob o amparo do Estado, que cria medidas de legalização de formas contratuais atípicas como demonstrou-se no decorrer da pesquisa.

A classe trabalhadora mudou, metamorfoseou-se na sua composição. A carteira de trabalho assinada, documento que por muito tempo esteve ligada à condição de cidadania, parece cada vez mais distante do trabalhador atual. Contudo, o trabalho formal ou informal ainda se constitui o único meio de sobrevivência para aqueles que só têm a força de trabalho como garantia de manutenção da vida.

Objetivando descobrir se a carteira assinada é algo almejado pelos vendedores ambulantes, perguntou-se aos mesmos se gostariam de trabalhar com carteira assinada. Os dados estão expressos no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Pretensão quanto à carteira de trabalho assinada pelos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata, em 2013.



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2013.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Para os que disseram almejar uma carteira de trabalho assinada, os motivos são muitos: ter INSS, 13º salário, benefícios como o seguro desemprego, afastamento por doença,

amparo para a família em caso de morte e aposentadoria. Os que não almejam ter carteira assinada justificam que, com ela não conseguiriam auferir o salário que recebem na venda ambulante. As justificativas dos vendedores ambulantes deixam claro que esses trabalhadores têm que optar por uma carteira de trabalho assinada com baixos salários ou a ausência deste direito e a possibilidade de um rendimento mensal maior. Segundo o IBGE (2012), a média salarial do município é de dois salários mínimos, enquanto que na grande maioria os salários da venda ambulante variam de: R\$4.000,00 (US\$1.807,97) a R\$ 6.000,00 (US\$2.711,90)³⁰ por viagem, cuja duração em média é de cinco a sete semanas.

Para aqueles que responderam não pretender ter a carteira de trabalho assinada fica subentendido que, se pudessem conciliar bom salário e carteira assinada, esta seria pretendida. O que não querem ou não podem, é ter a renda mensal diminuída ou estarem destituídos de um posto de trabalho, ainda que este não lhe ofereça os benefícios a que têm direito. Neste momento, é necessário ressaltar que, para este grupo de trabalhadores há uma relação direta entre carteira assinada e baixos salários.

Como demonstra o Gráfico 6, a carteira de trabalho assinada e todos os direitos por ela concedidos, é a pretensão da maioria dos trabalhadores. Esta aspiração está aliada aos benefícios que a mesma pode trazer ao trabalhador, os quais não são vividos por essa classe de trabalhadores. A segurança de um trabalho formal, a sua garantia durante um período de tempo e a concessão de um seguro desemprego, em caso de demissão sem justa causa, são realidades que o vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG) não vivencia, mas deseja.

Constantemente ele migra de um empregador a outro, de uma atividade informal a outra, mas sempre está desamparado de todo e qualquer direito, pois a atividade da venda ambulante realizada lhe confere somente a possibilidade de um bom rendimento no fim do mês. A ausência de carteira assinada e dos direitos que ela estabelece é uma das dimensões negativas desta atividade.

O anseio pela carteira de trabalho assinada foi percebido durante a realização do trabalho de campo. Quando os sujeitos foram abordados e questionados para saber se poderiam ajudar na construção de uma pesquisa sobre as condições e o cotidiano do trabalho do vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG), muito deles perguntavam se a pesquisa iria ajudá-los a ter uma carteira assinada.

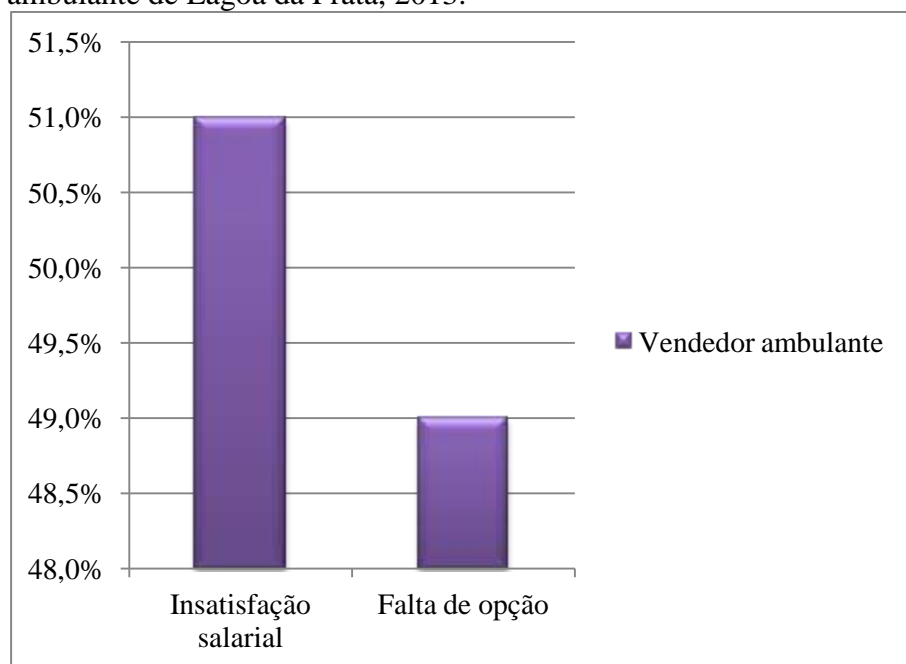
A pesquisa de campo evidenciou que a precariedade e a insegurança no/do trabalho instauram o medo, que “atormenta a consciência e o inconsciente, pressionando-os acerca de sua fragilidade”. (SANTOS, 2010). A consciência atormentada dos trabalhadores

³⁰ Cotação do dólar americano em 09/07/2014, R\$ 2,21.

pela possibilidade de ser excluído desta atividade forçou os entrevistados a solicitarem a imissão de seus nomes na pesquisa, a fim de evitar retaliações por parte dos empregadores. Entende-se que para muitos esta é a única forma de conseguir meios para suprir as necessidades próprias e da família.

Ao serem indagados sobre os motivos que os levaram a trabalhar na venda ambulante, percebeu-se a insatisfação com os baixos salários oferecidos pelas empresas de Lagoa da Prata (MG). Os dados colhidos e tabulados estão expressos no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Determinantes da migração para o trabalho informal – vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2013.



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2013.

Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Os trabalhadores que apontaram a falta de opção de trabalho como motivação para a inserção na venda ambulante, ressaltaram que a baixa escolaridade é um dos fatores a dificultar a inserção no mercado de trabalho em cargos que pagam melhores salários. Como observou-se anteriormente a maioria não possui ensino médio.

De acordo como os entrevistados a inserção na atividade da venda ambulante advém de várias formas. Em seus dizeres:

“[...] É uma coisa que acontece naturalmente, devido à própria ‘envolvência’ da cidade. É o que a cidade oferece né!”³¹

³¹ Araticum, 25 anos, há seis anos trabalha no comércio informal. Entrevista concedida em trabalho de campo, 20 de julho, 2013.

“[...] Vice! Por causa, igualzinho, você pega o dinheiro reunido e também a maioria das pessoas aqui viaja. Cinquenta por cento aqui é viajante”³².

“[...] Desde criança a gente vê o pai, irmão viajando, ou alguém da família viajando. [...] Cresce pensando assim: vou viajar, vou viajar, vou viajar e quando você vê, cê tá viajando”³³.

“[...] Porque na verdade, você ganha bem mais do que nas empresas daqui. Se você quer ter algo, comprar uma casa, ter carro, conseguir dar vida digna para a família você tem que ir viajar. A gente rala, sofre, mas, a família tem um pouco de conforto [...]. Eu conclui o Ensino Médio e com o que eu estudei eu jamais ganharia aqui o que eu consigo adquirir na venda ambulante”³⁴.

“[...] Porque não estudei muito né! E é o que tem aqui para gente trabalha e ganhar um pouco mais”³⁵.

“[...] Imagina assim: você tem um filho e ai ele pede pão, você não tem dinheiro, e ai você vai trabalhar no que tiver. E aqui, o que tem, é esse serviço de viajar”³⁶.

“[...] Por que aqui não tem emprego para todo mundo que precisa trabalha e o salário oferecido pelas empresas aqui é muito ruim”³⁷.

Os relatos dos entrevistados, além de corroborar a falta de opção de trabalho e a insatisfação salarial com a remuneração paga pelas empresas de Lagoa da Prata (MG), indicam os elementos que contribuem para a inserção no mercado de trabalho informal. Ainda apresenta novos elementos, por exemplo, a necessidade da manutenção da família, a constante convivência com pessoas que trabalham neste setor, a oferta de trabalho a quem desejar se inserir neste ramo de trabalho e a constante necessidade de se consumir. Desta forma, concorda-se com Paul Singer (2001), quando diz que na prática o emprego é um recurso de acesso, mesmo que parcial, ao consumo.

Segundo os entrevistados, a venda ambulante possibilita ao trabalhador rendimento melhor dos que os oferecidos em Lagoa da Prata (MG). O vendedor Mangabeira

³² Flor do Ipê, 52 anos, trabalha no comércio informal há 28 anos. Entrevista concedida em trabalho de campo, 18 de outubro, 2013.

³³ Jatobá, 22 anos, trabalha no comércio informal há quatro anos. Entrevista concedida em trabalho de campo, 20 de outubro, 20 de 2013.

³⁴ Mangabeira, 46 anos, trabalha no comércio informal há 23 anos. Entrevista concedida em trabalho de campo, 23 de julho de 2013.

³⁵ Cedro, 51 anos, trabalha no comércio informal há 23 anos. Entrevista concedida em trabalho de campo, 29 de outubro de 2013.

³⁶ Angico, 55 anos, trabalha no comércio informal há 20 anos. Entrevista concedida em trabalho de campo, 17 de julho de 2013.

³⁷ Sucupira, 21 anos, trabalha no comércio informal a três anos. Entrevista concedida em trabalho de campo, 18 de julho de 2013.

admite já ter ganhado R\$12.000,00; equivalente a US\$5.423,98³⁸ em sete semanas de trabalho. Considerando que o mês corresponde a quatro semanas, o entrevistado obteve tal rendimento em menos de dois meses de trabalho³⁹. Ressalta-se que, este vendedor é experiente, pois mesmo antes de ingressar na venda ambulante trabalhava em casas comerciais da cidade. Ele trabalha como vendedor ambulante há mais de 23 anos e, ainda segundo o entrevistado, possui uma clientela cativa, pois domina a arte da venda.

Dos entrevistados somente o vendedor Mangabeira consegue adquirir tal remuneração em uma viagem de sete semanas. Com efeito, cabe esclarecer que este salário pertence a pouquíssimos e o mesmo varia muito de mês para mês, dependendo da duração das viagens. Contudo, pode-se declarar que, mesmo possuindo o Ensino Médio completo, formação escolar do entrevistado, dificilmente ele encontraria no município um emprego com esta remuneração.

Na grande maioria os salários variam de R\$4.000,00 (US\$1.808,83) a R\$6.000,00 (US\$2.712,94)⁴⁰ por viagem e duração média de cinco a sete semanas. No entanto, pode-se dizer que os salários são em grande medida os responsáveis pela permanência e submissão a todas as intempéries que os trabalhadores ambulantes vivenciam no cotidiano do trabalho da venda ambulante.

3.3 O Cotidiano do/no Trabalho do Vendedor Ambulante Lagopratense

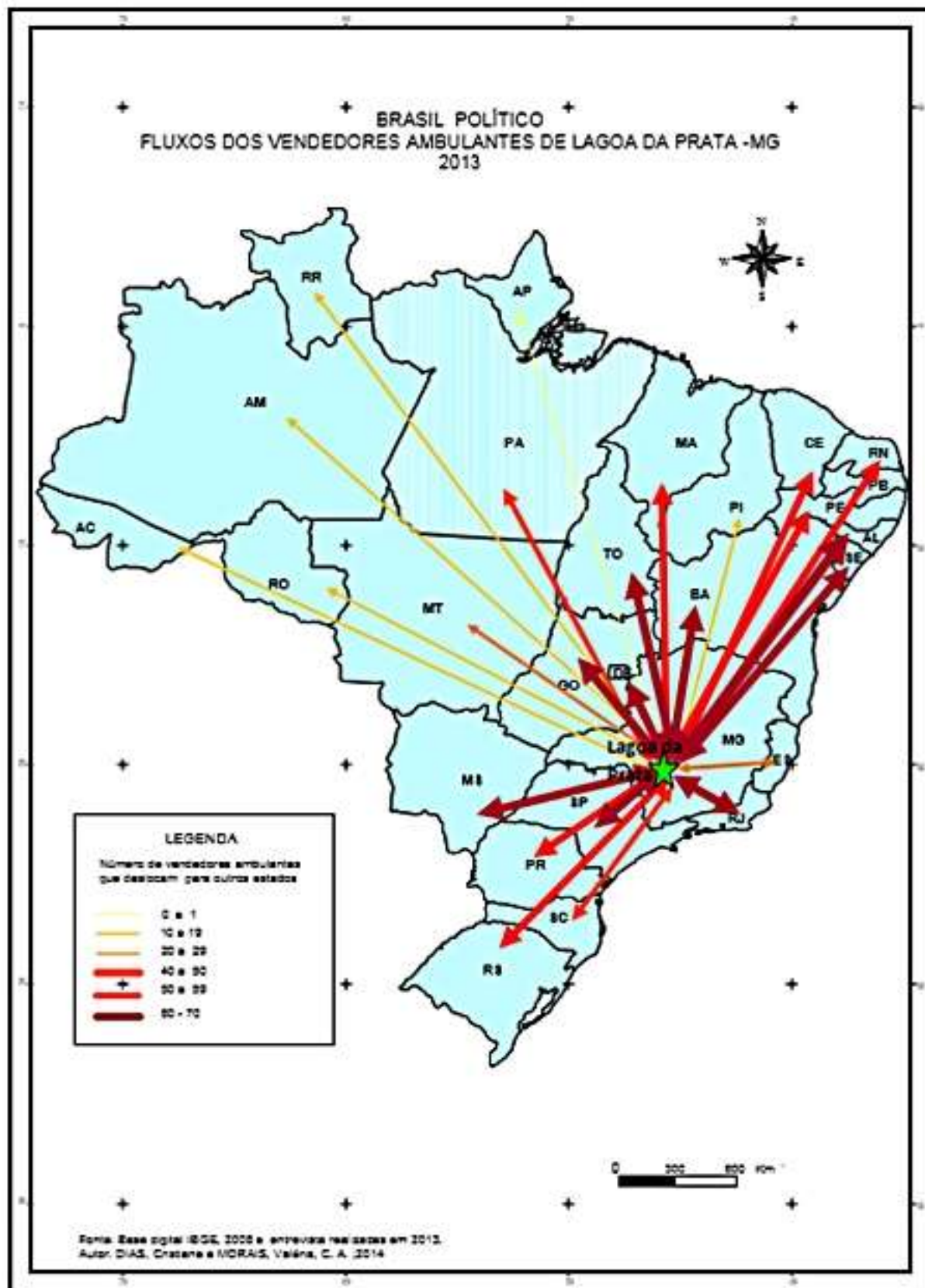
O trabalho da venda ambulante realizada pelo trabalhador informal de Lagoa da Prata (MG) é um trabalho sazonal, realizado em todo o país. Durante os dias em que estão a trabalho, os vendedores são privados do convívio familiar e de amigos. Passam a maior parte da vida viajando a trabalho de cidade em cidade, perambulando de rua em rua, de hotel em hotel, ou pernoitando dentro de ônibus e caminhões, muitas vezes, em condições precárias e insalubres.

A fim de se traçar a rota de trabalho dos ambulantes entrevistados perguntou-se a eles em quais estados os mesmos transitam. Por meio das respostas obtidas elaborou-se o Mapa 3, que mostra a fluidez destes trabalhadores.

³⁸ Cotação do dólar americano em 9/7/2014, R\$ 2,21.

³⁹ Salário mínimo brasileiro: R\$ 724,00 em abril de 2014.

⁴⁰ Cotação do dólar americano em 9/7/2014, R\$ 2,21.



Como demonstra o Mapa 3 a maior fluidez de colocadores ambulantes dá-se para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins, Bahia, Sergipe, Alagoas e Mato Grosso do Sul. Estes estados situam-se nas

regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste do país. Com menos intensidade a região Sul também é citada.

Vale mencionar que, concomitantemente a circulação de trabalhadores pelo país há também a distribuição de mercadorias. Neste sentido, a intensidade da distribuição de mercadorias produzidas localmente se faz pelo país de acordo com a circulação dos trabalhadores. Isto é, o Mapa 3 indica a intensidade de fluidez de mercadorias para os diversos estados do Brasil, assim como a amplitude da rede formada através do trabalho ambulante a partir de Lagoa da Prata (MG), unindo localidades por meio dos fluxos de trabalhadores e de mercadorias.

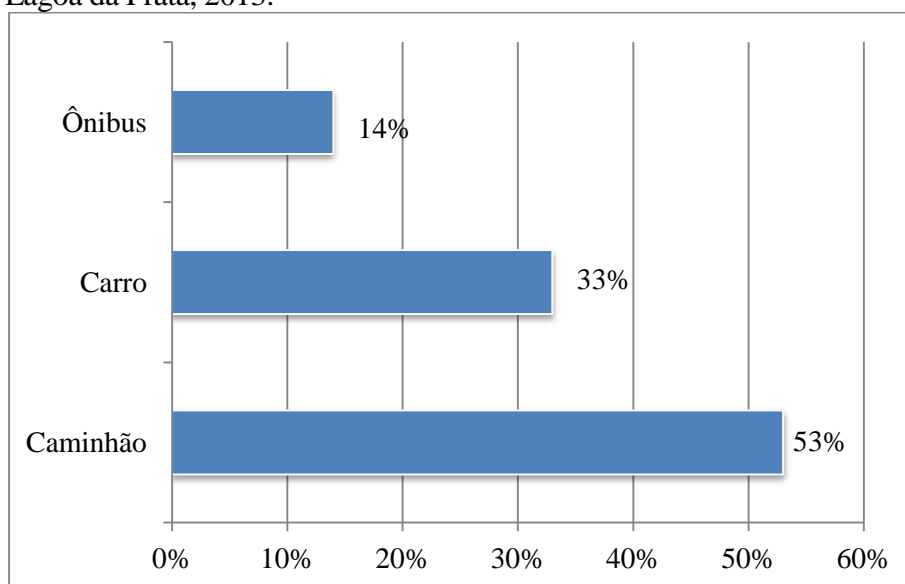
No primeiro capítulo, apontou-se que as regiões Nordeste, Sudeste e Sul são portadoras das regiões metropolitanas, as quais detém a maior população ocupada com índices superiores a 90% para os anos de 2008 a 2013. A intensidade de viagens de vendedores ambulantes para estas regiões pode estar ligada também ao fato de que a garantia de bons rendimentos na venda ambulante está diretamente atrelada ao pagamento das mercadorias adquiridas pelas revendedoras. Sendo essas regiões as que possuem maior quantitativo de pessoas ocupadas, é normal que estas sejam escolhidas por muitos como rota de viagens.

Outro fator que pode influenciar na escolha dos estados de Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro é a proximidade entre estes e Lagoa da Prata (MG). Soma-se, ainda, a existência da BR 262 que liga este município diretamente a esses estados. A proximidade implica em menores custos com o transporte dos trabalhadores e mercadorias vendidas.

A região Norte é citada pelos vendedores ambulantes com menor índice de viagens a trabalho. Nesta região, os estados visitados são Amazonas, Acre, Piauí, Rondônia e Roraima. De acordo com os entrevistados, nestes estados as viagens são mais longas, normalmente têm duração de dois meses. As constantes idas à Lagoa da Prata (MG) tornariam as viagens onerosas e menos atrativas para os comerciantes não lojistas, os donos das viagens.

Buscando conhecer o cotidiano do vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG) algumas perguntas foram realizadas. Questionou-se a eles sobre o transporte utilizado para o trabalho. Segundo os entrevistados, as viagens são realizadas em ônibus, carros e caminhões baú. Os percentuais de uso dos meios de transporte pelos vendedores ambulantes encontram-se expressos no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Tipos de veículos utilizados no trabalho do vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2013.



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2013.

Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Segundo informações dos entrevistados, geralmente, os ônibus e caminhões utilizados para o trabalho da venda ambulante apresentam uma multifuncionalidade, posto que atende a papéis diversos, por exemplo, alojamento, cozinha, transporte de trabalhadores e de algumas mercadorias a serem vendidas.

A multifuncionalidade dos meios de transporte utilizados nesta atividade, somadas à ausência de despesas contratuais com os trabalhadores e o não investimento em pontos fixos de exposição de mercadorias, são estratégias criadas pelos empresários da venda ambulante para conter gastos e ampliar os ganhos.

Ao adaptar os meios de transporte (caminhão e ônibus) para servir também de alojamentos, o empresário comerciante não lojista diminui os custos com hotéis e pensões para os trabalhadores. Entretanto, desconsideram que, ao findar de um dia cansativo de trabalho, o trabalhador tem direito a um leito confortável, um ambiente arejado e limpo, um banho quente e privacidade para o descanso, elementos ausentes nesta forma de viagem.

Para que os ganhos sejam maiores, os comerciantes não lojistas fazem uso de estratégias que precarizam a vida do trabalhador no exercício cotidiano do trabalho e os submetem a um conjunto de constrangimentos diários. Neste sentido, a negação dos direitos dos trabalhadores não se apresenta suficiente. Segundo Gonçalves; Thomaz Júnior (2009) acreditam que, o trabalho informal coloca o trabalhador numa condição ainda maior de exploração, fato que é vivenciado por muitos lagopratenses.

Os caminhões e ônibus são equipados com utensílios de cozinha: fogão, panelas, botijão de gás, talheres e gêneros alimentícios não perecíveis. O motorista destes veículos, geralmente, acumula as funções de cozinheiro, de organizador do veículo e cuida da disciplina dos mesmos. A multifuncionalidade do motorista incide diretamente nos custos e ganhos com a viagem.

Perguntou-se aos vendedores como são as viagens. Veja o relato de Flor do Ypê:

Viajamos dentro dos ônibus sem ‘seguridade’, segurança e conforto nenhum. A gente para no pátio do posto de gasolina de beira de estrada e é aí que passa o final de semana. [...] Dentro do ônibus é horrível! Péssimo! Uns quinze homens, (...). As janelas abrem, mas quem dorme nos leitos de baixo não tem ventilação. [...] E aí os que têm mais tempo de viagem com o patrão tem preferência de dormir na parte de cima perto das janelas e aí funciona assim: fulano eu te compro a cama por R\$300,00 para a viagem toda. [...] É assim que acontecem as negociações das camas. Na Transamazônica dormi igual morcego, porque o ônibus tava tombado lá. É assim! [...] ⁴¹.

Conforme o entrevistado, as condições de viagem são precárias e existe uma relação de poder entre os trabalhadores, e que nesse caso, o ônibus se transforma em local hierarquizado, onde os trabalhadores mais antigos na viagem exercem poder sobre os recém-chegados. Estas relações aparecem, por exemplo, na negociação dos leitos dos ônibus.

A materialização da precarização da força de trabalho do vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG) está consolidada nas condições de trabalho e de acomodações, às quais estão expostos. As condições dos ônibus são tão precárias que alguns vendedores nomeiam os ônibus de “dinossauro”, “navio negreiro”, “poleiro de mico”, fazendo alusão às condições físicas e sanitárias dos mesmos.

Alguns ônibus possuem todas as suas janelas lacradas, o que pode ser verificado na Foto 9. Este processo dificulta a ventilação natural dentro do veículo, contribuindo para a proliferação de doenças entre os trabalhadores.

⁴¹ Flor do Ypê, 52 anos, trabalha a 28 anos no comércio informal. Entrevista concedida em trabalho de campo, julho de 2013.



Foto 9 – Ônibus utilizado nas viagens dos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata, 2014.
Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2013.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Em relação às características físicas dos ônibus, estes não possuem ar condicionado, não têm banheiros químicos, encontram-se envelhecidos e em más condições de uso. Os entrevistados apontaram que algumas necessidades fisiológicas são realizadas em sacos plásticos e jogadas às margens da rodovia, pois o ônibus não pode parar a cada hora que um dos tripulantes necessitar ir ao banheiro. Fato que confirma a tese de Chesnais (1996), de que todos os campos da vida social estão submetidos à valorização do capital privado.

Os leitos estão dispostos no interior dos ônibus e caminhões em forma de beliche, uns ao lado dos outros, conforme as fotos 10 e 11. O corredor entre os beliches é o espaço de circulação dos trabalhadores no interior desses.



Foto 10 – Interior do caminhão baú, com leitos, utilizado nas viagens pelo vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2014.
Fonte: Trabalho de campo.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.



Foto 11 – Leitos no interior de caminhões baú, utilizado nas viagens pelo vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2014.
Fonte: Trabalho de campo.
Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Dos 70 vendedores ambulantes pesquisados, 53% deles declararam viajar em caminhões baú. Para alguns:

“viajar em caminhão é bom. O caminhão que eu viajo tem ventilador e televisão [...]”⁴²

“[...] Eu não acho ruim viajar no caminhão, já acostumei”.⁴³

Para outros a realidade da viagem no caminhão parece não ser uma experiência tão prazerosa.

[...] viajar de caminhão é ainda pior que de ônibus! Um legítimo pau-de-arara. Queira ou não queira ali as manias, os hábitos indesejáveis e até os defeitos aparecem por completo e cristalinos. Então começam a te carimbar com apelidos, não há como escapar! Os companheiros de viagem viram uns aos outros do avesso, nos mínimos detalhes. E chegam a odiar uns aos outros. No entanto, ali também se constroem amizades para sempre! (MORAES, 2012, p.92).

Para Araticum, viajar em ônibus é uma penúria:

[...] a gente não tem privacidade nenhuma. Quando a gente pernoita em um posto de gasolina de beira de estrada que é seguro e têm árvores a gente arma a rede e dormi ali no tempo mesmo. É melhor do que dormir dentro do caminhão [...] por que dormir no caminhão é abafado é tudo junto, é muito quente, principalmente, se for lá no Nordeste ou para o Norte [...]. Lá é muito quente, dormir no caminhão é pagar os pecados, e tem gente que pensa que a gente ganha dinheiro fácil.⁴⁴

E o entrevistado continua:

[...] sabe quando a gente é novo tudo é farra, mas quando a idade vem chegando a gente sente o peso das viagens. E aí eu penso, vou fazer o que? Eu só sei viajar. Mas não estou reclamando não! É a viagem que dá o sustento para mim e minha família. Tudo que eu tenho agradeço a viagem. [...] Iniciei na rifa e agora sou vendedor ambulante e vou continuar assim por muito tempo ainda [...]. Quando estou lá longe penso na minha família e aí eu consigo força para continuar.

No decorrer dos fragmentos das entrevistas ora mencionados, percebe-se que a precarização do meio de transporte e das condições de trabalho deixam um sobrepeso na atividade exercida. Os trabalhadores conhecem as condições a que são expostos e sabem da depreciação nas condições de trabalho, durante a realização do labor.

⁴² Buriti, 33 anos, trabalha há cinco anos no comércio informal. Entrevista realizada em 22 de outubro, 2013.

⁴³ Araticum, 25 anos, trabalha há seis anos no comércio informal. Entrevista realizada em 20 de outubro, 2013.

⁴⁴ Flor do Ypê, 52 anos, trabalha no comércio informal há 28 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro, 2013.

A preocupação dos trabalhadores deixa clara a importância da manutenção do emprego para os mesmos. Este mundo do trabalho informal, do qual faz parte o vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG), é permeado por indefinições, fragilidades, desorganização e a insegurança, principalmente daqueles que tem nesse trabalho, a única alternativa de vida.

Estas constatações lembram Marx (1983), quando o mesmo afirma que, em lugar de se realizar no trabalho, os trabalhadores se alienam nele, se sentem ameaçados ante a possibilidade de o perder, estão aprisionados e, por isso mesmo, acabam por se enredar em novas opressões.

De acordo com os entrevistados, no interior da maioria dos caminhões não há ventilação natural, mas, ressaltaram que em alguns existe ventilação artificial (ventilador). Também não há nenhum revestimento térmico, indicando que nos dias frios o interior do caminhão é naturalmente bem frio e nos dias quentes o calor é insuportável. Por isso, de acordo, com os entrevistados muitos preferem dormir em redes, nos postos de gasolina.

Outro meio de transporte utilizado pelos vendedores ambulantes são os automóveis (Foto 12). Dentre os sujeitos pesquisados, 33% afirmaram viajar neste meio de transporte.



Foto 12 – Automóvel utilizado na venda ambulante, pelo vendedor ambulante de Lagoa da Prata, 2014.

Foto: Pires do Rio, 23 de fevereiro de 2014.

Org.: MORAIS, Valéria A.C.

Por meio da foto do carro utilizado na execução da venda ambulante, é possível observar no interior do mesmo as mercadorias destinadas à venda ambulante a dividir o interior do carro com os vendedores ambulantes. Segundo um dos vendedores, ocupavam o interior deste carro cinco vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG).

Mesmo viajando sem muito conforto e disputando espaço com mercadorias, os vendedores ambulantes que utilizam o carro como meio de transporte nas viagens, possuem algumas comodidades, que os vendedores trabalhando em ônibus e caminhões não possuem. Neste caso, alguns carros têm ar condicionado, os trabalhadores dormem em pensões, hotéis, pousadas ou repúblicas pagas pelo empregador e se alimentam em restaurantes pagos pelo comerciante não lojista. Mas, é claro com algum custo para este trabalhador.

De acordo com um vendedor e ocupante do referido veículo, o dono das mercadorias era morador de Lagoa da Prata (MG) e há mais de onze anos reside em Goiânia (GO). Assim, o empregador adquire mercadorias na cidade mineira e as coloca no circuito goiano de vendas, como em Goiânia, Caldas Novas, Ipameri, Pires do Rio, Urutaí, Palmelo, Santa Cruz, Cristinópolis, Senador Canedo, Orizona, Vianópolis e outras cidades.

Nas viagens de carro, geralmente, os donos das mercadorias viajam juntos com os vendedores ambulantes e também realizam a função de vendas. As viagens de carro colocam no circuito de vendas menos trabalhadores do que os ônibus e caminhões, mas a presença constante do patrão pode se configurar em elemento intensificador de vendas. Ademais, as melhores condições de alimentação e estadia também podem ser revertidas em melhores vendas, uma vez que quem dorme e se alimenta bem tem melhores condições para o trabalho. Deste modo, o custo pode se reverter em benefício para o empregador, no caso em questão para o comerciante não lojista.

Perguntados sobre o dia a dia na viagem, Jequitibá menciona que:

[...] a gente levanta cedo, seis horas a gente tá de pé, a gente dormi no pé do eito⁴⁵, levanta e vai pra lida. Anda, anda, anda até as pernas ficarem doidas e no sábado e domingo não descansa não! A gente aproveita para viajar para outra cidade. Tá no trecho tem que trabalhar! [...]⁴⁶.

As informações são corroboradas pelas palavras de Jatobá:

[...] levantamos cedo, cada qual quer levantar mais cedo. Quando a gente dorme no ônibus ou no caminhão, a gente dorme no posto de gasolina e ai quer tomar banho cedo, quem levanta mais cedo, toma banho primeiro, foge da fila. [...] depois ‘nóis’ arruma a mochila com as coisas que vai vender, coloca nas costas e vai andar. Tem dia que é bom. Vende muito! Tem dia que anda o dia inteirinho e não vende quase nada! [...]. Como a gente trabalha por comissão a gente anda muito para vender, porque se vender ganha dinheiro se não vender não ganha [...]⁴⁷.

⁴⁵ Referência ao local de trabalho. Expressão muito utilizada pelos trabalhadores rurais.

⁴⁶ Entrevista concedida por Jequitibá, 26 anos, trabalha no comércio informal há oito anos. Trabalho de campo. Lagoa da Prata, outubro de 2013.

⁴⁷ Entrevista concedida por Jatobá, 22 anos, trabalha no comércio informal a quatro anos. Trabalho de campo. Lagoa da Prata, outubro de 2013.

O fragmento de entrevista de Jatobá revela que o sistema de remuneração dos vendedores ambulantes é a comissão. Esta ocorre conforme o recebimento das mercadorias, ou seja, daquelas mercadorias que foram pagas pelas revendedoras, e não do que é vendido pelos vendedores ambulantes. Por isso, é tão importante que o vendedor ambulante observe, crie habilidades, competências e estratégias que lhe permitam efetuar boas vendas, pois estas podem significar melhores rendimentos. Os trabalhadores recebem em geral 20% do valor das mercadorias recebidas, num acordo firmado informalmente com o comerciante não lojista, não havendo deste modo qualquer relação de trabalho contratual.

Diante das discussões tecidas ao longo desta pesquisa e ante os relatos distribuídos por este capítulo, assegura-se que, na atualidade e sob a injunção do sistema capitalista de produção, a categoria trabalho assumiu sua forma mais desenvolvida. Atinge-se o ápice do desenvolvimento social e histórico, adquirindo o trabalho sua forma mais cruel (ALVES, 2005), cuja precarização e a precariedade são levadas a cabo com o intuito de maior extração de lucros.

Os trabalhadores inseridos na informalidade são muitas vezes submissos a esta realidade, na qual predominam relações de trabalhos desregulamentadas e formas salariais atípicas num relacionamento de empregado/empregador pouco transparente, em que os acordos trabalhistas são firmados informalmente sem nenhuma garantia constitucional e jurídica e, ainda, convivem com a insegurança constante de quanto irão receber pelo trabalho realizado.

A instabilidade do emprego e o medo do desemprego levam os trabalhadores a se submeter a condições degradantes e precárias. O momento é de instabilidade do mercado de trabalho e os capitalistas têm descartado os trabalhadores de forma corriqueira, assemelhando-os a seringas: usam-se e rejeitam-se (ANTUNES, 2006).

A força de trabalho utilizada na venda ambulante é facilmente adquirida em Lagoa da Prata (MG), do mesmo modo, ela é facilmente dispensada. Se as coisas ficam ruins, se as viagens não estão originando lucros, demite-se. Esta é a lógica da reestruturação produtiva do capital que tem ampliado a oferta de trabalho em condições desregulamentadas, que deixam os trabalhadores aquém da regulamentação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), originada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de primeiro de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas.

Segundo as diretrizes da CLT, todo trabalhador tem direito a jornada de trabalho de oito horas diárias e de 44 horas semanais, com intervalo de almoço e repouso de uma hora no mínimo; gozar de férias após 12 meses de trabalho ininterruptos. Estes direitos não são concedidos a nenhum dos 70 trabalhadores pesquisados.

Como referido no decorrer do presente capítulo, os vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) não possuem carteira assinada, estando sem proteção nenhuma em relação a qualquer tipo de acidente e enfermidade que possam sofrer ou contrair. Como estão constantemente no trânsito, migrando de cidade em cidade, estão expostos a riscos de acidentes. Alguns deles ocorridos nas rodovias do país têm ceifado a vida de vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG).

Perguntou-se aos vendedores ambulantes: em caso de acidentes no transcurso do trabalho quem arca com as despesas? As respostas variam, indicando que alguns vendedores ambulantes possuem alguns benefícios, geralmente os considerados melhores vendedores. Veja as respostas:

“Ninguém. Deus. Eu mesmo”⁴⁸.

“Eu”⁴⁹.

“Eu, porque ninguém arca com as despesas não uai”⁵⁰.

“O dono da viagem”⁵¹.

“Eu economizo para se acontecer algo imprevisto eu tenho alguma economia”⁵².

“O meu patrão”⁵³.

“Deus. Se você tiver um pé de meia tudo bem, se não tiver é Deus mesmo. Esses dias morreram dois amigos meus. Bateu de frente. Não sei como tá a situação por que não perguntei, mas...”⁵⁴.

“O INPS⁵⁵ porque eu pago todo mês de autônomo”⁵⁶.

As respostas revelam que existe heterogeneidade com relação a esse benefício, negociado com o empregador no ato da contratação informal do trabalhador e depende da disposição do patrão em concedê-los e da capacidade de venda do vendedor ambulante. Isto é,

⁴⁸ Informações concedidas por Flor do Ypê, 52 anos, trabalha no comércio informal há 28 anos. Trabalho de campo, 28 de julho de 2013.

⁴⁹ Informações concedidas por Sucupira, 21 anos, trabalha há três no comércio informal. Trabalho de campo, 12 de julho de 2013.

⁵⁰ Angico, 55 anos, trabalha há 20 no comércio informal. Entrevista realizada em julho de 2013.

⁵¹ Informações concedidas em entrevista por Mangabeira, 46 anos, trabalha há 23 anos na informalidade. Trabalho de campo, 10 de julho de 2013.

⁵² Informação colhida junto a Jatobá, 22 anos, trabalha há quatro anos no comércio informal. Trabalho de campo, 12 de julho de 2013.

⁵³ Informações colhidas em entrevista com Aroeira, 42 anos, trabalha há 18 na informalidade. Trabalho de campo, 21 de julho de 2013.

⁵⁴ Informações concedidas por Cedro, 51 anos, trabalha a 20 anos no comércio informal. Trabalho de campo, com 12 de julho de 2013.

⁵⁵ Ao se referir ao INPS o entrevistado está fazendo alusão ao INSS.

⁵⁶ Informações concedidas por Peroba, 36 anos, trabalha a 12 anos no comércio informal. Trabalho de campo, 18 de julho de 2013.

a excelência nas vendas serve como mecanismo de negociação de certos benefícios, este é mais um fator que pode levar os trabalhadores a se dedicarem exaustivamente ao trabalho.

Segundo os entrevistados, quando saem de casa para o trabalho contam apenas com uma certeza: a de que eles estão indo para o trabalho. A data de retorno e os rendimentos obtidos pela execução do mesmo são imprecisos. A incerteza do retorno ao lar pode ser entendida em função dos acidentes de trânsito, como o ocorrido com vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG), no dia 28 de março de 2013 (Foto 13). Um carro com quatro trabalhadores ambulantes colidiu-se com uma carreta na BR-040, sentido Rio de Janeiro/Belo Horizonte. O acidente levou a óbito três dos quatro trabalhadores que ocupavam o carro: Mariano, Valdivino e Marcelo, que tinham, respectivamente 63, 48 e 33 anos (TV CIDADE)⁵⁷.



Foto 13 – Acidente de carro que transportava vendedores ambulantes de Lagoa da Prata, 2013. Foto: Leonardo Costa. Fonte: Disponível em: <[http:// www.portalarcos.com.br/noticiais](http://www.portalarcos.com.br/noticiais)>. Acesso em: 04/03/2013.

A exposição ao risco de acidentes de trânsito é uma constante na vida dos vendedores ambulantes, uma vez que estes passam mais tempo nas rodovias brasileiras do que em Lagoa da Prata (MG). Desta forma, este é mais um elemento de precarização do trabalho de vendedor ambulante.

Como se demonstrou nessa subseção, a vida cotidiana do vendedor ambulante no exercício do seu trabalho é altamente precarizada. A conjunção dialética entre os

⁵⁷ Informações colhidas junto a TV Cidade. Reportagem de Adriano Santos. Disponível em: <[http:// www.portalarcos.com.br/noticiais](http://www.portalarcos.com.br/noticiais)>. Acesso: 04/ 03/ 2013.

reordenamentos do capital, o desemprego, a falta de opção no mercado de trabalho formal, têm levado cada vez mais trabalhadores a se sujeitarem às imposições dos donos do capital, os quais tendem cada vez mais no sentido de valorizar o capital em detrimento das condições essenciais de realização do trabalho.

O vendedor ambulante, dentre eles os de Lagoa da Prata (MG), vive cotidianamente as instabilidades do/no trabalho, inseguranças quanto ao futuro de si próprio e da família, negação de direitos jurídicos e constitucionais e carregam o estigma de ser informal. Esta condição faz com que muitos sejam discriminados no ato da execução do seu trabalho.

Por não ter carteira de trabalho assinada e nem lugar fixo para exercer sua profissão e, por isso, se sujeitam a adjetivos como vagabundos, preguiçosos, adeptos a vida fácil. Muitos cidadãos não visualizam que os trabalhadores informais são fruto da exclusão social e, por vezes, esta profissão não se apresenta a eles como uma escolha, e sim como uma imposição do sistema capitalista de produção.

3.4 “Vai Trabalhar Vagabundo”: preconceito e informalidade

A exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho tem causado configurações profundas na estrutura e organização do tecido social. Estar incluído no setor formal de trabalho é muitas vezes a garantia de consumo e de qualidade de vida. Para além destas possibilidades o trabalho formal significa na maioria das vezes prestígio social, uma referência econômica, inferindo nas representações psicológicas, simbólicas e culturais. Ter a carteira de trabalho assinada garante aos trabalhadores a possibilidade de estarem inseridos no sistema de regulação de direitos e deveres, a própria identidade e documenta a sua história profissional.

Para a sociedade em geral estar na condição de trabalhador formal agrega qualificações sociais que abriga elementos ligados ao caráter, honra, honestidade, dignidade e reconhecimento público. Deste modo, a condição de informal nega aos trabalhadores estas qualificações sociais construídas historicamente e vinculadas à carteira de trabalho. No caso brasileiro, data de março de 1932, quando foi instituído pelo Decreto nº 21.175. Assim, criou-se no imaginário do povo brasileiro a ideia de que se o trabalhador não está inserido no mercado formal, juridicamente legalizado, o mesmo está na ilegalidade.

O século XX mostrou a eficiência em substituir o trabalho regulamentado e aprisionado às grandes empresas pelo trabalho terceirizado, flexibilizado, pelas formas de trabalho *part time*, pelo “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “terceiro setor” (VASAPOLLO, 2005). O século XXI têm consagrado estas formas de trabalho e ampliado a informalidade, na qual estão inseridos muitos vendedores ambulantes de porta em porta, um tipo de comércio que resiste, se amplia e vivencia cotidianamente situações de preconceitos.

De acordo com Costa (1989, p.31), a “[...] a atividade do comércio ambulante conserva ainda a imagem duplamente negativa da ilegalidade e da apropriação de algo alheio; o ambulante é ainda visto como um desenraizado [...]”. Esta imagem preconceituosa, discriminatória é fruto de valores e representações que o trabalho informal confere ao trabalhador.

Os vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) não escapam a esta realidade. Quando perguntados se existe preconceito com relação ao trabalho que eles realizam, 56 entrevistados afirmaram categoricamente que sim. De acordo com eles, existe o preconceito por parte de alguns moradores de Lagoa da Prata (MG), mas que este ocorre com mais intensidade nas cidades em que vão trabalhar.

É necessário ressaltar que Lagoa da Prata (MG) tem uma economia impulsionada pelo trabalho informal, e ainda assim, algumas pessoas da cidade visualizam com indiferença os vendedores ambulantes, dizendo coisas do tipo:

“[...] que a gente é desonesto, é desonesto por viajar para muitos lugares [...]”⁵⁸.

“[...] serviço de vendedor ambulante, não é serviço de homem, é serviço de vagabundo [...]”⁵⁹.

“[...] o pessoal acha que o vendedor ambulante é só mordomia, [...]”⁶⁰.

“Esse serviço é serviço de vagabundo, de gente preguiçoso, de quem não tem nada para fazer”⁶¹.

“O pessoal tem a impressão que vendedor ambulante é caboclo que usa droga, tá na vida, na putaria, na gandaia, é vagabundo. Não é nada disso, nós trabalha duro. Ficar longe de casa, não é fácil”⁶².

⁵⁸ Informações colhidas em entrevista com Mangabeira, 46 anos, trabalha há 23 anos no comércio informal. Trabalho de campo, 20 de julho de 2013.

⁵⁹ Informações colhidas em entrevista com Flor do Ypê, 52 anos, trabalha há 28 anos no comércio informal. Trabalho de campo, 11 de julho de 2013.

⁶⁰ Informações colhidas em entrevista com Cedro, 51 anos, trabalha há 23 anos no comércio informal. Trabalho de campo, 12 de julho, 2013.

⁶¹ Informações colhidas em entrevista com Peroba, 36 anos, trabalha há 12 anos na informalidade. Trabalho de campo, 14 de julho, 2013.

“Eles falam que a gente é vagabundo, ganha dinheiro fácil e não trabalha”⁶³.

É recorrente nas falas dos entrevistados representações dos preconceitos sofridos, associando o trabalho de vendedor ambulante à vagabundagem. Possivelmente, este preconceito está ligado ao fato de serem trabalhadores informais, sem vínculos legais e jurídicos com os empregadores e ao modo como é exercido. Comumente, o trabalho do ambulante está ligado a imagem do sujeito sem compromisso, que não quer cumprir horários rígidos, não quer ter patrão, por exemplo.

Ainda pode estar associado à ideia de que se o trabalhador foge à regra da normalidade e não tem carteira de trabalho assinada, ele é tão somente um prestador de serviços. Antunes (1992) tem asseverado a necessidade de se ampliar o conceito de classe trabalhadora, a fim de que, todos os que vivem do trabalho sejam entendidos enquanto trabalhadores.

Com relação à vida fácil, as condições de realização deste tipo de trabalho apresentadas ao longo deste capítulo colocam em xeque a concepção de que o trabalho do vendedor ambulante é um trabalho fácil, ligado ao não querer trabalhar, à mordomia e à vagabundagem.

A vida cotidiana do vendedor ambulante, ao contrário do que apregoam alguns, não é nada fácil. É marcada pela precarização do trabalho, insegurança, ausência de direitos constitucionais garantidos, insalubridade, pois os mesmos se encontram expostos a fenômenos naturais como sol e chuva, são “obrigados” a se alojar em condições precárias e ainda têm que lidar com o preconceito sofrido durante o labor.

Definitivamente, uma pessoa preguiçosa não permaneceria neste trabalho por muito tempo, pois é penoso, árduo, precário, que exige do trabalhador a ausência do convívio familiar e do conforto do lar e não tem garantia nenhuma do quanto irá receber no acerto da viagem. A forma como estes sujeitos estão incluídos no mercado de trabalho acenam que são incluídos na reprodução de capitais, pois, por meio do seu trabalho faz circular mercadorias, movimentam indústrias da cidade de Lagoa da Prata (MG) e, ao movimentá-las, permite que estas movimentem outras empresas em outras regiões do país. E, no entanto, torna-se excluído pelo tipo de trabalho que realiza.

Os fragmentos de depoimentos corroboram com Costa (1989, p.30), quando a autora diz que “o vendedor ambulante, é estigmatizado como ‘corrupto’, ‘ladrão’,

⁶² Informações colhidas em entrevista com Aroeira, 42 anos, trabalha na informalidade há 18 anos. Trabalho de campo, 23 de julho, 2013.

⁶³ Informações colhidas em entrevista com Angico, 55 anos, trabalha na informalidade há 20 anos. Trabalho de campo, 15 de julho, 2013.

‘contrabandista’ e tantos outros adjetivos. Mesmo não tendo ligação com atividades ilegais, o vendedor ambulante, [...] para a opinião pública é o indivíduo sem raízes, o explorador”. Chama a atenção o fato de que estes dizeres refletem uma realidade social do final da década de 1980. Mas, três décadas se passaram e a informalidade ampliou-se, bem como os ambulantes aumentaram em números e em formas de atuação de vendas.

Cabe atentar para o fato de que o trabalho não é somente uma forma de satisfazer necessidades e inserir-se na cadeia de consumo, ele é responsável pela inscrição do sujeito em um conjunto de valores criados pela sociedade. Conferir ao sujeito, no caso específico ao trabalhador ambulante representações estigmatizantes, é marcá-lo do estigma conferido ao tipo de trabalho que exerce.

Sawaia (1999, p.99) declara que, “é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão [...] é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente”. Neste caminho, pode-se dizer que o processo de exclusão dos trabalhadores ambulantes pela sociedade contemporânea ainda é comandada por um conjunto de valores que orienta esta lógica. Dentre tantos outros motivos, pode ser a ausência de um trabalho formal, um registro na carteira que os coloca em situação de inferioridade frente aos demais.

De acordo com os entrevistados acerca dos comentários e ações realizadas por pessoas nas cidades por onde transitam a trabalho, elas ocorrem da seguinte maneira:

“Alguns donos de loja não deixa a gente entrar na loja”⁶⁴.

“Tem uns lugares que a gente vai trabalha e ai a polícia chega e manda a gente ir embora da cidade, e conduz a gente até no trevo. É pra ter certeza que a gente vai embora”⁶⁵.

“Os dono das lojas não gosta que a gente entre na loja, fala mal, humilha e ai você sai e entra em outra loja, sempre de cabeça erguida”⁶⁶.

“Teve um dia que eu parei um moço, eu ia oferece uma mercadoria e ele foi logo dizendo: tenho dinheiro para te dar agora não. As pessoas ‘confunde’, porque a gente carrega mochila e não anda bem arrumado”⁶⁷.

⁶⁴ Informações colhidas em entrevista com Angico, 55 anos, trabalha na informalidade há 20 anos. Trabalho de campo, 11 de julho, 2013.

⁶⁵ Informações colhidas em entrevista com Aroeira, 42 anos, trabalha no comércio informal há 18 anos. Trabalho de campo, 10 de julho, 2013.

⁶⁶ Informações colhidas em entrevista com Flor do Ypê, 52 anos, trabalha na informalidade há 28 anos. Trabalho de campo, 10 de julho, 2013.

⁶⁷ Informações colhidas em entrevista com Jatobá, 22 anos, trabalha na informalidade há quatro anos. Trabalho de campo, 23 de julho, 2013.

Existe um cerceamento dos indivíduos que se dedicam à venda ambulante, ocorrendo de forma mais acentuada pelos locais onde passam a trabalhar. A identidade negativa que as pessoas conferem ao vendedor ambulante coloca-os em condições de exclusão social frente aos demais indivíduos, negando-lhes a própria condição para a execução do trabalho. O preconceito com relação a eles é constante, e, não se faz pela cor, raça ou sexo, mas, simplesmente pela profissão que realizam e até pela aparência.

O vendedor ambulante é um concorrente no mercado de vendas e de certo modo encontra-se em vantagem por estar desobrigado a cumprir obrigações que os formais cumprem. A relação é mais de disputa do que de preconceito. O mercado informal, de acordo com Costa (1989), é um tipo de atividade que burla leis, cria suas próprias regras e até certo modo impõe-se. Estas características próprias da informalidade criam os confrontos entre o formal e o informal e se constituem sempre um desafio ao comércio oficial.

Consoante Costa (1989, p.53), “os ambulantes hoje não podem ser vistos como uma presença ‘nefasta’, como se ousadamente viessem macular a boa imagem da cidade [...]”. Eles também são cidade, confusa e contraditória, lugar dos negócios, falso oásis de empregos. Atuam na rua como um duplo refúgio: o vendedor e sua mercadoria. Porém, servem ao consumidor que privado de outros meios, entrega-se conivamente a tão antiga forma de comércio.

O ambulante desempenha um papel importante no cotidiano urbano, oferecendo diversas mercadorias, fazendo-as circular e acionando a esfera produtiva, que passa a ofertar empregos formais e informais, além de promover a ampliação de capitais. Nestas circunstâncias afirma-se a necessidade de se entender o processo e não a forma como se apresenta.

O vendedor ambulante, a expressão marcante da exclusão social no espaço urbano, traz consigo a dor da exclusão e do preconceito sofrido no dia a dia de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva do capital, o mais novo modelo produtivo do sistema capitalista de produção, traz consigo alterações profundas no processo de produção e gestão empresarial, por consequência, também apresenta significativas transformações no mundo do trabalho. As empresas passam a adotar práticas como a terceirização, transferindo para empresas menores a responsabilidade e custos com a produção.

No novo cenário, as subcontratações, contratos temporários, formas flexíveis de contratação da força de trabalho: o trabalho domiciliar, facção, terceirizados, *part time*, estão presentes em empresas privadas e em instituições públicas, a exemplo, escolas, universidades, bancos, hospitais, serviços de limpeza urbana, pois o poder público também redireciona setores que acha menos lucrativos para as terceirizadas.

Somados ao redirecionamento das formas contratuais tem-se o desemprego proporcionado entre outros motivos, pela modernização dos parques industriais e da agroindústria, aperfeiçoamento da técnica, ciência e informação, crises econômicas, substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, baixa qualificação do trabalhador, custo dos impostos e encargos sobre o trabalhador de carteira assinada.

As novas formas contratuais de aquisição e uso do trabalho estão promovendo a desregulamentação do trabalho e os trabalhadores se veem cada vez mais afetados diante das novas e eficazes estratégias do capital. A lógica do capital é somar lucros, dividir despesas, em muitos casos com o próprio trabalhador como foi verificado no trabalho domiciliar de muitas costureiras de Lagoa da Prata (MG), além de diminuir os postos de trabalhos.

Diante das transformações no mundo do trabalho, novas abordagens teóricas emergem. O eixo central destas discussões é a compreensão do que está ocorrendo com o mundo do trabalho e com a classe trabalhadora. Neste direcionamento, realizou-se leituras em busca da compreensão teórica sobre o trabalho, sua captura pelo capital e as transformações que ele está presenciando diante da reestruturação produtiva, que flexibiliza os processos produtivos, as formas de aquisição da força de trabalho e promove dentre outras coisas o desemprego, a ampliação da precarização do trabalho e a informalidade.

Ao embasar teoricamente os caminhos da pesquisa, observamos que o trabalho informal, especificamente o vendedor ambulante, faz parte de um leque de ocupações que vem aumentando no contexto da informalidade no Brasil.

A informalidade comparece como alternativa de trabalho para aqueles que precisam sobreviver e tem como único meio a força de trabalho. Neste cenário, além de ocupar muitos trabalhadores desempregados amortecendo os efeitos negativos oriundos das alterações trazidas pela reestruturação produtiva do capital, a informalidade tem outras funções, no caso, o rebaixamento dos salários dos que permanecem nos empregos formais, devido à ampliação do exército de reserva, e ainda oculta a ausência de políticas eficazes de geração de postos de trabalho permanentes e formais.

Na mobilidade do trabalho formal para o trabalho informal, a presente pesquisa priorizou o vendedor ambulante de Lagoa da Prata (MG) e, junto a um grupo de trabalhadores, buscamos subsídios para delinear o seu contexto social e o nível de precarização no ato da execução do seu trabalho. Pudemos perceber a dinâmica do trabalho informal realizado pelos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) e verificar em que medida a precarização está presente nesta atividade.

O trabalho de campo revelou nuances que perpassam pelos posicionamentos dos sujeitos com relação às atividades por eles desenvolvidas, descortinou detalhes desta realidade, que somente a aproximação com os sujeitos foi capaz de revelar. Sem que, com isso, possa-se dizer que o tema foi exaurido, pelo contrário, acreditamos que a nossa análise não colocou fim a temática e dela podem emergir novas pesquisas e enfoques a serem aprofundados.

Ao embasar teoricamente o nosso estudo, observamos que o trabalho do vendedor ambulante faz parte de um leque de ocupações que se multiplicam no cenário desenhado pela reestruturação do capital, o qual tem promovido o aumento da informalidade. Esta não é uma novidade no contexto do mundo do trabalho, mas amplia-se diante da flexibilidade do trabalho que coloca em prática várias possibilidades de se renovar e ampliar as formas ocupacionais e comerciais, das quais vive a classe trabalhadora.

A informalidade mostrou-se como alternativa para aqueles que se encontram em situações de desemprego, descontentamento salarial com o mercado formal de trabalho e que não têm encontrado opções de trabalho. Estudar a informalidade e sua heterogeneidade foi fundamental para apreender como a mesma se apresenta para a sociedade, para os grandes e pequenos empresários, para aqueles que trabalham e se encontram totalmente desprotegidos de qualquer direito trabalhista.

A pesquisa também foi importante no sentido de descortinar a impressão de que a informalidade está desarticulada da formalidade. Com este estudo, percebemos que não há

dualidade entre formalidade e informalidade; esta nem sempre é o lugar dos baixos salários, mas das péssimas condições de trabalho, da submissão humana ao capital.

Foi possível evidenciar que a informalidade tem sua funcionalidade, inclusive para a reprodução do capital. Os sujeitos que compõem-na estão incluídos na lógica do consumo, ainda que seja para suprir necessidades básicas de sua existência ou da coletividade que depende do seu trabalho. Tomando por base autores que embasaram nossa análise, como Pochmann (2001; 2006, 2008), Cacciomali (1983), Malagutti (2000), Milton Santos (1996), afirmamos que a informalidade não deve ser considerada como parte isolada do processo de produção, reprodução, circulação e consumo de bens, sejam eles materiais ou imateriais, pois são parte integrantes e funcionais do sistema capitalista de produção.

Assim, a coexistência formal/informal dá suporte à reprodução do capital. Neste estudo apreendemos que a informalidade é tão efetiva no mundo do trabalho, que coexiste até mesmo onde impera o trabalho formal. É o que acontece, por exemplo, com os trabalhadores que são formais e em alguns momentos exercem atividades informais.

A pesquisa revelou que a informalidade se amplia devido aos reordenamentos produtivos ditados pelo sistema capitalista de produção e para muitos que nela estão inseridos essa é a única forma de se manterem. O trabalho ambulante aumenta os fluxos materiais e imateriais a partir de Lagoa da Prata (MG) e amplia a inserção deste município na rede urbana brasileira, mediante uma atividade que é informal.

Se na informalidade a precarização das relações de trabalho aparecem com mais intensidade, este tipo de trabalho não deve ser considerado como algo marginal ou residual, pois muito comumente vem compondo ao lado do trabalho assalariado, a totalidade da reprodução social e do capital. O trabalho ambulante aumenta os fluxos e o capital se beneficia disso.

Em Lagoa da Prata (MG), o comércio informal realizado pelos vendedores ambulantes e colocadores de rifas gera rendas, emprega muitos trabalhadores e fez com que a cidade se transformasse em um centro de referência de produção de mercadorias para abastecimento da venda ambulante e para a rifa. Neste escopo, a cidade abriga dezenas de empresas que se dedicam a abastecer o comércio informal.

Foi possível identificar na cidade uma rede intraurbana de atores que se dedicam ao abastecimento da venda ambulante e da colocação de cartelas de rifas. São empresas que confeccionam as mais diversas mercadorias, montam maletas de maquiagem, *kits* de bijuterias, afrodisíacos, perfumaria, lingerie, entre outros. Nesta rede também estão incluídas empresas terceirizadas, como as facções que prestam serviços às confecções e as costureiras

domiciliares que transformam seus lares em pequenas oficinas de costura, bem como os atacadistas especializados em abastecer este setor.

Visualizou-se que a centralidade da produção realizada nas fábricas de Lagoa da Prata (MG), destinada ao abastecimento das atividades comerciais informais e a ampliação do circuito produtivo são impulsionados pelo comércio informal. Também que, todos os agentes componentes da rede de produção, distribuição, circulação e consumo a partir do comércio informal de Lagoa da Prata (MG) são submetidos ao capital e contribuem para sua reprodução, inclusive as consumidoras finais dos produtos produzidos e comercializados por lagopratenses, uma vez que o consumo é uma das etapas da reprodução do capital.

Os resultados obtidos com a investigação responderam os questionamentos tecidos no projeto de pesquisa e afirmaram que muitos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata (MG) se inserem neste segmento de trabalho, devido à falta opção de trabalho, ausência de oferta de emprego formal a todos que precisam e baixos salários.

De posse das leituras teóricas, dos dados e relatos obtidos em trabalho de campo e expostos na presente pesquisa, corroboramos a tese de Antunes (2007), de que o mundo do trabalho está presenciando alterações em sua forma e conteúdo, está se metamorfoseando. As transformações trazidas ao mundo do trabalho tem se constituído de forma a degradar, desregulamentar, precarizar, despolitizar e enfraquecer a classe trabalhadora.

No que se refere à postura do Estado com relação ao desemprego e à informalidade, nota-se que ele tem atendido a preceitos neoliberais, implantando políticas públicas que amenizam o desemprego e, de fato não tem criado políticas efetivas de abertura de postos de trabalho permanentes e formais. O crescimento da informalidade também traz consequências para a Previdência Social e para os cofres públicos em todos os seus níveis, mas ainda assim o Estado parece ignorar esta situação.

Nesse estudo, aprofundando o debate sobre o trabalho informal, evidenciamos a problemática sobre a inclusão precarizada de determinadas ocupações com contratos atípicos. A situação de informalidade acarreta aos sujeitos nela inseridos uma vasta gama de processos excludentes, que se sujeitam a processos discriminatórios por parte da sociedade. Muitas pessoas e comerciantes consideram os trabalhadores informais e, no caso em questão o vendedor ambulante, como pessoas que incomodam e exercem atividades irregulares e ilegais.

Entendemos que o mundo do trabalho, no Brasil, está dividido em dois mundos: os incluídos e os excluídos, não que os últimos estejam excluídos do processo de reprodução do capital, mas o estão com relação à proteção das leis trabalhistas e previdenciárias.

Tecendo alusões para o futuro da classe trabalhadora, podemos afirmar que se algo não for feito em favor da classe trabalhadora, muito rapidamente teremos uma classe de trabalhadores composta basicamente por relações de trabalho informais, como vem alertando Pochmann (2001). Os novos rearranjos capitalistas direcionam para esta realidade.

A redução da informalidade é um dos problemas mais urgentes a serem solucionados no Brasil e no mundo. A redução da burocracia, das altas cargas tributárias para se legalizar uma empresa, contrair e manter empregados formais, são medidas que podem diminuir a informalidade e trazer alento a uma vasta gama de trabalhadores.

Avaliando a importância das reflexões realizadas ao longo deste trabalho aliada aos resultados da investigação empírica, acreditamos que elas possam contribuir para novos estudos de área, pois esta pesquisa não exauriu a temática entorno da informalidade e da sua importância para a economia lagopratense e brasileira. Este trabalho contribuiu para a ampliação do debate do trabalho formal e informal, no âmbito das ciências humanas e em especial na Geografia do Trabalho. Esperamos que ele seja motivador de outras pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT). Conjuntura da indústria têxtil e de confecção brasileira. Disponível em: <<http://www.sbit.org.br>>. Acesso em: 25/08/2013.

ALVES, Giovani. Trabalho, capitalismo e formas do salariedade: notas teórico-críticas. In: **O público e o privado**. 2005, n.º. 06, julho/dezembro, p.109-128.

_____. **Dimensão da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina-PR: Práxis, 2007

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho, 4 ed. São Paulo: Cortez: Campinas-SP: Unicamp, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho, ensaios sobre a afirmação e a organização do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: UNICAMP, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009, 287p.

BIRH, A. **Da grande noite à alternativa**: movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para resistir à invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal – 2007**. Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED). Disponível em: <http://www.nmte.goc.br/caged/2007_12/>. Acesso em: 30 de abril 2013.

CACCIOMALI, M. C. **O setor informacional urbano e as formas de participação na produção**. São Paulo: Ipê, 1983.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. “**Dados estatísticos**”. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (RE)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Dinâmica do trabalho domiciliar das mulheres de Terra Roxa/PR**. 295f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 01 de dezembro de 2009.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**. A sociedade em rede. Vol.2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede**: Tradução: Roneide Venâncio Majer. 10ª ed. V.1, São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.698.

CATEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEPS, Geisa Daise Giumeiro. O comércio e a cidade e a expansão da socioeconomia solidária na mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. **Para onde!?**. V3, nº. 2, p.47-62, 2009.

BRASIL. CLT. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº. 5.452, de 1 de maio de 1943. Regulamenta as relações individuais e coletivas de trabalho. Brasília-DF.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais, In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (org.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.279-318.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2007.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Nova Stella. Editora da Universidade de São Paulo. 1989.

_____. A organização regional do espaço brasileiro. In: _____. **Trajетórias geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.197-210.

_____. **Região e organização espacial**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de *et al* (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.141-162.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Empregos gerados em março de 2013**. In: Jornal do Brasil. Disponível em: <<http://www.jb.com.br>>. Acesso em: 26 de novembro de 2013.

DRUK; Graça; FRANCO Tânia. Terceirização: a chave da precarização do trabalho no Brasil. In: NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria (Org.). **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia-MG: Edufu, 2009.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Análise da estrutura setorial da cadeia têxtil brasileira e perfil de consumo de artigos de vestuário**. Disponível em: <<http://www.falaprojetos.com.br/fgv>>. Acesso em: 10/8/2013.

FREITAS, Cesar Augustus. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado**. 249f. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia:GO: 2010.

FUENTES, M. R. Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90? In: **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. ROGÉRIO, V.; CARLEIAL, L. (Orgs.). São Paulo: Hicitec, 1997, p.357-374.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Informalidade e precarização do trabalho. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. (Org.). THOMAZ JÚNIOR Antônio. São Paulo: [s.n.]. 2009.

GUIMARAES, José Ribeiro Soares. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação**. Brasília-DF: OIT. 2012. 376p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução. João Alexandre Perschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola: São Paulo, Brasil, 1992.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades/topwinow.htm?1>>. Acesso em: 7 agosto de 2012.

IBGE. **Mapa do mercado de trabalho no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 4 de agosto de 2013.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 4 de março de 2010.

_____. **Regiões de Influência das cidades, 2007**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estrutura/PZEE/_arquivos/regic_29.pdf>. Acesso em: 29/08/2013.

IEMI. Instituto de Estudos e Marketing Industrial. **Comportamento de compra do consumidor de roupas íntimas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.iemi.com.br>>. Acesso em: 14/2/2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.p.310.

MACIEL, Maria Regina Alves. **O trabalhador temporário da indústria canavieira de Lagoa da Prata – MG: panorama sobre condição de vida, de trabalho e de saúde**. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais) – Fundação Educacional de Divinópolis, Universidade do Estado de Minas Gerias, 2010.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a materialidade do salariedade**. São Paulo: Boitempo, 2000, 173p.

MARX, Karl. **Crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. V. 1, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural. Livro 1., V. 1, 1985.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mário Duayer, Nélio Schneider. Boitempo, 2011.

MENDES. **A história de Lagoa da Prata**. Acadelp. 2003.

MÉSZÁROS, Esteván. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. Tradução: Claudete Paagotto, Maria Orlanda Pinassi. In: **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p.27-44.

MORAES, José Eustáquio de. **Rifeiros e a revolução de uma cidade**. Lagoa da Prata: Gráfica Moderna, 2012.

MORAIS, Valéria A.C. **A expansão da indústria canavieira no município de Lagoa da Prata (MG), e os impactos nas relações de trabalho**. 134f. TCC (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Pires do Rio (GO). 2009.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012, p.221.

NADER, Valéria; BRITO, Gabriel. **Descontentamento monumental faz emergir era de rebeliões no Brasil**. GGN O jornal de todos os brasis, sábado, 10/08/2013, 15:10, atualizado em 02/09/2013. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/sociologo-ricardo-antunes-analisa-as-causas-dos-protestos>>. Acesso em: 05/02/214.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual do trabalho e a reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OCDE. Trabalho Decente. **Relatório de Trabalho Decente e Juventude na América Latina**, 2013. Disponível em: <<http://www.oit.or.br>>. Acesso em março de 2014.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Emprego, renda e qualidade**. A estratégia para aumentar em Kênia. Genebra: OIT, 1972.

_____. **Panorama Laboral 2011: América Latina y el Caribe**. Lima: OIT. 2011. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 28/12/2013.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guamier. **Paisagem do consumo**: São Paulo, Lisboa e Seul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

OLIVEIRA, Silvério Rocha de. **Lagoa da Prata, Retiro do Pântano**. 1ª ed. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 1998, p.488.

PATU, Gustavo. Desemprego no Brasil. São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de jan. 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Desemprego e precarização. In: ANTUNES, (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A superterceirização do trabalho: debates contemporâneos**. V. 2. São Paulo: Editora LTR, 1ª ed., 2008, p.120.

PREALC. **La política de empleo en America Latina. El trimestre econômico**. V. 41, nº. 164, 1974.

RODRIGUES, Ivanildo Dias. **Dinâmica geográfica da camelotagem: um estudo do trabalho precarizado**. 2008. 185f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias, Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis-SP: Vozes, 1979.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucutec, 1996.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). _____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008, p.136.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SPC. Serviço de Proteção ao Crédito; CNDL. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **Perfil do Trabalhador no Brasil**. 2003

TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista**. Revista Outubro. São Paulo: nº. 7, p.49-60, 2002.

TAVARES, Maria Augusta; ALVES, Maria Aparecida. A dupla face da informalidade do trabalho? “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

TEIXEIRA, Francisco. J. S. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo. São Paulo: Cortez, 1996.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: MG Argvmentvm, 2010.

THOMAZ JÚNIOR A., **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. **Trabalho Mutante e Territórios em Disputa**. (inédito). Disponível em: <<http://www.sopabrasiguaia.blogspot.com>> . Acesso em: 29/05/2007.

_____. Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAS JÚNIOR. **Geografia do trabalho no século XXI**. Presidente Prudente-SP: CENTELHA, 2009.

VASAPOLHO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-guerra. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, cap.3, p.27- 44, 2006.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LIHA DE PESQUISA: TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
TÍTULO DA PESQUISA: ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE DE
LAGOA DA PRATA (MG): Velhas práticas, Novos arranjos

Mestranda: Valéria Aparecida de Castro Morais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmem Lúcia Costa

Questionário ao trabalhador vendedor ambulante

DADOS PESSOAIS

01- Nome:

02- Endereço:

03- Telefone:

04- Estado civil:

05- Natalidade:

Estado civil: Solteira(o) () Casada(o) () Desquitada(o) () Viúva(o) ()

06- Data de nascimento:

07- Escolaridade:

() analfabeta (o)

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Fundamental II Incompleto

() Ensino Fundamental II Completo

() Ensino médio completo

() Ensino Médio Incompleto

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

01- Qual sua principal atividade?

02- Desde quando você trabalha nessa atividade?

03- Este foi seu primeiro emprego? () sim () não

04- Tem carteira assinada? () sim () não

05- Qual foi seu primeiro emprego?

06- Tinha carteira assinada? () sim () não

07- Paga previdência, ou registro como autônoma(o)? () sim () não

08- Qual a sua jornada diária de trabalho?

09- Você preferiria ser empregada (o) com carteira assinada? () sim () não

Justifique sua resposta:

10 - Qual a sua renda mensal?

11 - Você faz vale quando vai trabalhar?

12 - Você sofre algum tipo de preconceito por exercer a função de vendedor ambulante?

Obrigada pela sua participação, sua opinião é muito importante para o sucesso desta pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LIHA DE PESQUISA: TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

TÍTULO DA PESQUISA: ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE DE LAGOA
DA PRATA (MG): Velhas práticas, Novos arranjos

Mestranda: Valéria Aparecida de Castro Morais

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Carmem Lúcia Costa

Roteiro de entrevista ao vendedor ambulante

Nº _____ Data: ____/____/____ Local: _____

01 – Nome: (Opcional) Natalidade:

02 – Estado civil:

03 – Nível de escolaridade:

04 – Qual a sua profissão:

05 – você já trabalhou no mercado formal de trabalho?

06 – Porque você hoje não está no mercado formal de trabalho?

07 – Há quanto tempo trabalha na informalidade?

08 – O que te motivou a entrar para a informalidade?

09 – Qual era o seu trabalho antes de entrar para o trabalho informal?

10 – Quanto tempo você se ausenta de casa?

11 – Você gosta de trabalhar no mercado informal de trabalho?

12 – Você viaja de carro, ônibus do patrão, ônibus particular, caminhão? Como é esta vagem?

13 – Como são as acomodações que você fica quando está a trabalho?

14 – Se você tivesse uma vaga de emprego no mercado formal de trabalho, você largaria o mercado informal de trabalho, ou seja, o trabalho de vendedor ambulante?

15 - Como é o seu dia a dia de trabalho?

Obrigada pela sua participação, sua opinião é muito importante para o sucesso da presente pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CAMPUS CATALÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LIHA DE PESQUISA: TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Título da pesquisa: ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE DE LAGOA

DA PRATA (MG): Velhas práticas, Novos arranjos

Mestranda: Valéria Aparecida de Castro Morais

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Carmem Lúcia Costa

Roteiro de entrevistas aos moradores de Lagoa da Prata (MG)

1 – Qual a importância da atividade desenvolvida pelos vendedores ambulantes de Lagoa da Prata?

2 – Qual a importância das fábricas que produzem para abastecer a venda ambulante?

Obrigada pela sua participação, sua opinião é muito importante para o sucesso da presente pesquisa.